



**MARIA JOÃO COSTA  
GREGÓRIO**

**PERCEPÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE  
TRANCOSO: CENÁRIOS DE INTERVENÇÃO  
URBANA**





**MARIA JOÃO COSTA  
GREGÓRIO**

**PERCEPÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE  
TRANCOSO: CENÁRIOS DE INTERVENÇÃO  
URBANA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ordenamento da Cidade, realizada sob a orientação científica do Doutor João Carlos Vicente Sarmento, Professor Auxiliar do Departamento de Geografia da Universidade do Minho e co-orientação do Doutor Jorge Carvalho, Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro.





Aos meus Pais, por toda a cumplicidade.



## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira**  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques**  
Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**Prof. Doutor João Carlos Vicente Sarmento**  
Professor Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Orientador)

**Prof. Doutor Jorge António Oliveira Afonso de Carvalho**  
Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro (Co-Orientador)



## **agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor João Sarmento, não apenas pela orientação científica, mas também pelos ensinamentos, disponibilidade e por todo o tempo que despendeu ao longo desta investigação.

Ao meu co-orientador, Professor Jorge Carvalho, pelas discussões teóricas, “descontrutoras” de ideias.

Aos meus pais, por todo o apoio e paciência, sobretudo nas horas mais complicadas.

Ao meu tio Manuel Carlos, meu “incansável bibliotecário”, pelos livros, pelas conversas e pelo carinho.

Aos amigos Céu e João, pelas sugestões, troca de ideias, ajuda e revisão de muitas páginas de texto e à Maria João e Patrícia pela paciência.



## palavras-chave

Centros históricos, percepção do espaço, cenários de intervenção urbana, photo-elicitation; scenario visualisation

## resumo

Os centros urbanos históricos são espaços dinâmicos, aos quais é atribuído um elevado valor patrimonial, e que assumem um papel fundamental na estrutura das cidades. Crescentemente, a sua reabilitação e reconversão desperta preocupações diversas às quais urge dar resposta, enquadradas em determinados contextos de interpretações da história e do património.

Os habitantes e utilizadores destes espaços devem ser elementos-chave nestes processos de mudança, e neste sentido entende-se que as imagens e percepções que constroem dos centros históricos devem ter um papel importante na preservação dos mesmos.

Assim sendo, o presente trabalho propõe-se analisar a percepção que um grupo de pessoas construiu acerca do centro histórico da cidade de Trancoso. Para tal, recorreu-se à aplicação da metodologia de *photo-elicitation* e de *scenario visualisation*, que permitiu confrontar estas pessoas com diversos cenários de intervenção urbana relativos a um conjunto de espaços do centro histórico, os quais foram apresentados num questionário e posteriormente numa entrevista. Estes cenários resultam da manipulação de fotografias, que tiveram por base a situação actual do espaço e pretendiam mostrar eventuais intervenções. Esta dissertação discute assim estas várias formas de ver e de pensar o centro histórico de Trancoso.





**keywords**

Historic centers, perception of the space, urban intervention scenarios, photo-elicitation, scenario visualisation.

**abstract**

Historical urban centres are dynamic spaces, to which rich heritage value is attributed. They assume a critical role in the structure of cities, and increasingly, various rehabilitation and reconversion processes, framed within specific interpretations of history and heritage, raise various concerns which need answers.

The inhabitants and users of these spaces should be key elements in these processes of change, therefore it is understood that the images and perceptions that make historical centres must have an important role in their preservation.

Accordingly, the present work analyzes the perceptions that a group of people construct in relation to the historical centre of the city of Trancoso, Portugal. Consequently, the methodologies of photo-elicitation and scenario visualisation were used, and that allowed confronting these people with diverse urban intervention scenarios, regarding a number of spaces of the historical centre, which were presented in the form of a questionnaire and later in an interview. These scenarios are the result of photographs' manipulation, which were based on the current situation of the spaces and intended to illustrate eventual interventions. This dissertation discusses these various ways of seeing and thinking the historical centre of Trancoso.



## Índice

1	Introdução.....	1
1.1	Objectivos.....	5
1.2	Estrutura da Dissertação .....	6
1.3	Metodologia .....	7
2	Enquadramento Teórico .....	9
2.1	A percepção do Espaço .....	10
2.1.1	O Espaço Urbano .....	18
2.2	A transformação do Espaço Urbano .....	21
2.2.1	A evolução da ideia de Património.....	23
2.2.2	O conceito de centro histórico e a sua Evolução .....	30
2.2.3	A reabilitação urbana em centros históricos.....	33
2.2.4	Conclusão .....	39
3	Metodologia.....	43
3.1	Photo-Elicitation.....	49
3.2	Scenario Visualisation .....	52
3.3	Organização e aplicação da metodologia .....	55
4.	Estudo de caso: o centro histórico de Trancoso.....	59
4.1	Descrição e Caracterização do Centro Histórico de Trancoso .....	59
4.1.1	Enquadramento Geográfico .....	60

4.1.2	Enquadramento Histórico .....	64
4.1.3	Caracterização Socio-Demográfica .....	68
4.1.4	Caracterização Morfotipológica do Centro Histórico de Trancoso .....	75
4.2	Discussão dos Resultados.....	83
4.3	Conclusão .....	111
5.	Conclusões e recomendações.....	115
	Bibliografia .....	123
	ANEXOS .....	131

## **Índice de Mapas**

Mapa 1 – Campo de Visão e Ponto de Obturação das Fotografias.....	45
Mapa 2 – Enquadramento Geográfico do Concelho de Trancoso .....	61
Mapa 3 – Principais Eixos Viários do Aglomerado Urbano da Cidade de Trancoso.....	63
Mapa 4 – Castelos da Raia da Beira .....	66
Mapa 5 – Delimitação do Centro Histórico no Núcleo Urbano de Trancoso e .....	77
Mapa 6 – Centro Histórico de Trancoso – Vila Velha e Vila Nova.....	80
Mapa 7 – Esquema Planimétrico do Centro Histórico de Trancoso .....	81
Mapa 8 – Percursos entre Portas d’El Rei e Castelo .....	84

## **Índice de Imagens**

Imagem 1 – Largo da Avenida – Revestimento das fachadas em pedra.....	46
Imagem 2 – Largo da Avenida – Fachadas pintadas de branco .....	46
Imagem 3 – Largo da Avenida – Fachadas pintadas a branco com desenhos dos monumentos pintados nas paredes .....	47
Imagem 4 – Portas d’El Rei – Iluminação Alternativa - 1 .....	47
Imagem 5 – Portas d’El Rei – Iluminação Alternativa - 2 .....	47
Imagem 6 – Castelo – Iluminação Alternativa - 1 .....	48
Imagem 7 - Castelo – Iluminação Alternativa – 2 .....	48
Imagem 8 – Placa Publicitária ao Programa Aldeias Históricas .....	73
Imagem 9 – Portas d’El Rei – Proposta B .....	85

Imagem 10 – Portas d’El Rei – Proposta F.....	85
Imagem 11 – Rua da Corredoura – Proposta J.....	87
Imagem 12 – Rua da Corredoura – Proposta A.....	87
Imagem 13 – Largo D. Dinis – Proposta A .....	88
Imagem 14 – Largo D. Dinis – Proposta H.....	88
Imagem 15 – Largo D. Dinis – Proposta G .....	88
Imagem 16 – Largo do Pelourinho – Proposta A.....	90
Imagem 17– Largo do Pelourinho – Proposta E.....	90
Imagem 18 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta A .....	91
Imagem 19 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta F.....	91
Imagem 20 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta H .....	91
Imagem 21 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta B .....	92
Imagem 22 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta E .....	93
Imagem 23 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta I .....	93
Imagem 24 – Largo Luís Albuquerque – Proposta F.....	94
Imagem 25 – Largo Luís Albuquerque – Proposta B .....	94
Imagem 26 – Largo Luís Albuquerque – Proposta C .....	94
Imagem 27 – Largo Luís Albuquerque – Proposta A .....	94
Imagem 28 – Rua Xavier da Cunha – Proposta F .....	96
Imagem 29 – Rua Xavier da Cunha – Proposta C .....	96
Imagem 30 – Rua Xavier da Cunha – Proposta E .....	96
Imagem 31 – Envolvente do Castelo – Proposta D .....	97
Imagem 32 – Envolvente do Castelo – Proposta E.....	98
Imagem 33 – Envolvente do Castelo – Proposta A .....	98
Imagem 34 – Envolvente do Castelo – Proposta F.....	98

Imagem 35 – Iluminação do Castelo – Proposta I.....	99
Imagem 36 – Iluminação do Castelo – Proposta A.....	100
Imagem 37 – Iluminação do Castelo – Proposta.....	100

## **Índice de quadros**

Quadro 1 – Dados dos Entrevistados .....	101
--	-----





## 1 Introdução

*“Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”*

Italo Calvino in *As cidades invisíveis* (2006:14)

A cidade é o resultado da evolução do ser humano. Trata-se, conseqüentemente, de uma matéria inacabada, que constrói o futuro a cada dia, sob as linhas tecidas pelo seu passado mais ou menos glorioso, o qual se encontra mais ou menos presente nas memórias que restam nos espaços que integram a cidade actual.

Tendo em mente este princípio e sabendo, portanto, que, tal como refere Lamas (2007:111) *“a cidade, como qualquer organismo vivo, encontra-se em contínua modificação”*, instituindo-se como um espaço dinâmico numa metamorfose constante, o seu estudo constitui um verdadeiro desafio para diversas ciências, entre as quais se podem destacar a arquitectura, a geografia, o urbanismo e a sociologia. Estas, preocupam-se cada vez mais com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade, bem como com os problemas ambientais inerentes ao crescimento desmesurado destes espaços.

As modificações que reconfiguram permanentemente a cidade e a vão transformando *“numa construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”* (Lynch, 1999:11), convertem-na num palco indelével para as mutações da própria sociedade e do seu olhar relativamente ao espaço que a envolve.

É no decorrer dessas alterações, pelas quais a cidade vai passando, que vão surgindo novos espaços e novos interesses acerca da cidade histórica, que, por norma, constituem a base da cidade actual. Esses novos interesses despontam devido ao elevado valor patrimonial que reside na cidade histórica e que deve, cada vez mais, ser tido em conta aquando do ordenamento da cidade. Tal como refere Ramalhete (2006:1-2),

*“o património é, sem dúvida, um dos aspectos do ordenamento do território que mais reflecte no espaço a história e a cultura das comunidades e o seu estudo constitui, no nosso entender, um dos passos essenciais para a elaboração de políticas e práticas de desenvolvimento regional, (...) justifica-se, assim, a importância crescente atribuída aos conjuntos monumentais e aos centros históricos. Os centros históricos são por excelência os locais onde podemos observar, através de registos arquitectónicos, sociais e culturais, o passado, o presente e os desejos futuros de uma população.”*

Ainda acerca destas tão importantes unidades territoriais, diz Lamas (2007:133) que: *“As áreas históricas são áreas de sedimentação e acumulação, enriquecidas por sucessivos contributos durante séculos e gerações, que seria impossível substituir ou igualar”*.

Contudo, o sinal da evolução das cidades é muitas vezes a criação de novas centralidades que terminam tendo consequências bastante negativas para o tradicional centro histórico. O tradicional “centro” encontra-se, em muitos casos, em declínio, deixando de ser um pólo condensador de funções urbanas, no qual podem ser identificadas várias patologias, tais como a desertificação, insegurança, envelhecimento, ruína, abandono do comércio tradicional, etc., conferindo-lhe um papel muito menos importante do que tradicionalmente desempenharam, sobretudo no que respeita à concentração de actividades.

Com o intuito de tentar solucionar estes problemas que afectam directamente os centros históricos, surgem políticas urbanas ligadas à reconversão e reabilitação urbana. Essas políticas, tornam-se cada vez mais importantes, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, quando *“os «centros históricos» foram eleitos como um dos problemas mais importantes das cidades”* (Salgueiro, 1999:392) e mais apoiados por vários organismos, quer a nível nacional – através da criação de alguns instrumentos jurídicos e de programas cujo objectivo é facilitar o processo de intervenção nestes espaços – como a nível internacional – onde se destaca a preocupação

crescente da União Europeia, que se manifesta através de directivas e documentos legais sobre esta temática.

O estudo destas unidades territoriais deixa, portanto, transparecer uma série de questões imprescindíveis para a compreensão da sua importância e do papel que poderão vir a desempenhar no desenvolvimento futuro das cidades: O que se entende, afinal, por centro histórico? Porque é que se constituem como espaços de elevado valor patrimonial? Quais os principais problemas com os quais se confrontam? Constituem ainda um elemento fundamental para a identidade e criação de uma imagem da própria cidade? Como é que são percebidos pela população que reside, trabalha ou que aí se desloca? E de que forma a compreensão da percepção dos espaços pode contribuir para que as intervenções a realizar nestes espaços mantenham inalterada a sua identidade?

Sabendo que a resposta a cada uma destas perguntas é essencial para compreender este espaço comum a tantas cidades, foram sobretudo as duas últimas que mais despoletaram o nosso interesse, constituindo, por isso, o ponto de partida para o presente trabalho de investigação. Esta dissertação tem, conseqüentemente, como ponto central a discussão da percepção de um conjunto de pessoas face ao espaço – neste caso concreto face aos centros históricos, mais especificamente o centro histórico de Trancoso – e de que forma essa percepção do espaço pode contribuir para, mediante a apresentação de possíveis cenários de intervenção, a criação de propostas de reconversão e reabilitação urbanas válidas, capazes de manter a identidade e a imagem que durante anos foi sendo construída, o que é de facto muito importante pois, como refere Lynch (1999:11), *“todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações”*.

Deste modo, entende-se portanto, que num processo de reconversão ou reabilitação urbana seja importante valorizar a imagem que cada pessoa constrói dos lugares pelos quais se desloca, de modo a que se possa actuar através de acções concertadas entre o conhecimento “científico” dos técnicos e o conhecimento intuitivo do cidadão, criado pela sua própria vivência do espaço.

Mediante o crescente interesse que o centro histórico desponta no contexto urbano, torna-se essencial perceber de que forma é que a população se “relaciona” com este espaço e de que forma o percebe. Não obstante, para que seja possível dar a conhecer esta relação, é fundamental que se clarifique o termo “percepção” e de que forma é que é utilizado pelas ciências sociais, nomeadamente pela Geografia, enquanto instrumento capaz de ajudar no

processo de planeamento e ordenamento das cidades, sobretudo no que respeita às políticas de reconversão e reabilitação urbana. No caso do trabalho que aqui se apresenta, muito mais do que um instrumento, a percepção constitui a base teórica, fundamental para todo o processo de investigação realizado.

Neste caso concreto, importa contextualizar a temática da percepção também dentro da “geografia humanística” que nos permite uma visão das pessoas, do espaço e das relações que se estabelecem entre estes dois conceitos. Tal como refere Cloke *et al* (1991:80 e seguintes):

*“what should be recognised is that the various exercises in phenomenological and existential geography discussed so far no only signposted a rethinking of basic geographical concepts, but also began to consider – and on occasion to back up with more ‘empirical’ observations – the way in which ‘ordinary’ people leading ‘ordinary’ lives encounter, perceive and perhaps reflect upon the spaces, places and environments all around them”.*

Ora, para que seja possível assimilar a complexidade da temática que aqui se apresenta, torna-se necessário abordar, para além do conceito de percepção, o conceito de património e da sua evolução aos longo dos tempos – ainda que a sua abordagem seja mais sucinta do que complexidade da temática merece, dadas as condicionante inerentes a um trabalho desta envergadura. A necessidade da abordagem deste conceito ocorre, uma vez que, actualmente, os centros históricos são considerados como património, o que só se tornou possível mediante o alargamento territorial do significado do termo “património”, que deixa de ser apenas o edifício e se estende ao espaço (Ramalhete 2006:iv) constituindo, actualmente, património vivo e vivido dentro das cidades.

Face a esta alteração do conceito de património, é necessário clarificar o próprio conceito de centro histórico e da sua posição na cidade, que segundo Domingos (2003,19-25) constitui parte integrante do “centro”, entendido enquanto espaço “*condensador de funções urbanas com carácter direccional e de referência, um foco polarizador, o local de maior acessibilidade, dotado de uma forte carga monumental, simbólica, iconográfica, ou patrimonial*”, que em última análise terminava representando “*a própria imagem da cidade,*” o lugar de onde despoletava o próprio sentido de identidade urbana.

Para que estes conceitos pudessem ser concretizados, optou-se pela aplicação da metodologia que de seguida se apresenta a um caso de estudo concreto – o centro histórico da cidade de Trancoso. Trata-se de uma cidade que constitui a sede de concelho com o mesmo nome localizado no centro interior de Portugal. A cidade de Trancoso é constituída pelas freguesias de Santa Maria e São Pedro e possui uma população aproximada de 3100 habitantes. A sua importância remonta à Idade Média, uma vez que, pelo facto de ostentar uma excelente localização geográfica, se converteu num ponto estratégico de defesa e de comércio. Elevada à categoria de cidade no ano de 2004, trata-se, sem dúvida, de uma cidade de pequenas dimensões que, no entanto, possui um centro histórico com características medievais ainda muito patentes, que urge preservar e intervencionar, de modo a melhorar as suas condições de habitabilidade e de o transformar num interessante destino turístico.

## **1.1 Objectivos**

O presente trabalho de investigação possui três objectivos centrais. Em primeiro lugar, é objectivo deste trabalho discutir a interpretação e percepção do espaço de um conjunto de pessoas, confrontando-as com cenários de transformação desse mesmo espaço. A recolha de dados que faculta tal discussão é feita em duas fases distintas. Numa primeira etapa, a recolha de informação foi feita mediante a realização de um inquérito por questionário, o que permitiu a recolha de dados mais objectivos acerca da temática em causa. Numa segunda fase, procedeu-se à realização de entrevistas, cujo objectivo foi a obtenção de dados mais específicos e fundamentados acerca desta temática, uma vez que o entrevistado possui uma maior liberdade para exprimir os seus pontos de vista.

Em segundo lugar, pretende-se testar aqui uma metodologia que utiliza a manipulação de imagens, enquanto ferramenta útil para um eventual processo de planeamento participativo.

Por último, é objectivo do presente trabalho analisar e discutir a natureza e dinâmica do centro histórico de Trancoso dando, assim, um contributo para a discussão da revitalização e reabilitação deste espaço.

## 1.2 Estrutura da Dissertação

É possível dividir o presente trabalho em cinco partes distintas. O capítulo dois, no seguimento desta introdução, apresenta o ‘Enquadramento Teórico’ da dissertação. Este capítulo tenta discutir os conceitos teóricos que serviram de base para o desenvolvimento de toda a investigação. Num primeiro momento, são desenvolvidos os conceitos de percepção do espaço, dentro do qual se faz uma referência concreta ao espaço urbano. É importante perceber como é que as pessoas percebem o espaço, como é que se relacionam com ele e quais as imagens que criam, sobretudo do espaço urbano, para compreender os elementos mais característicos e mais importantes a ter em conta em processos de reabilitação do próprio espaço. É posteriormente abordada a questão da transformação do espaço, à qual estão subjacentes questões como a evolução da ideia de património, o conceito de centro histórico e a sua evolução e a reabilitação urbana em centros históricos. É necessário perceber a evolução do conceito de património para que melhor se possam perceber determinadas opções de intervenção no espaço, que doutra forma poderiam ser consideradas despropositadas ou inadequadas, sobretudo no que se refere à actuação em centros históricos. É necessário perceber que, durante anos, muitas intervenções ocorridas nestes espaços contribuíram para que, segundo os conceitos actuais, muitos elementos patrimoniais tenham sido destruídos ou intervencionados de forma menos consensual, facto que deriva directamente da visão e da própria evolução do conceito de património, dentro do qual se insere o conceito de ‘centro histórico’. Para que melhor se compreenda esta questão e a sua repercussão no contexto das cidades, são referidos alguns exemplos de intervenções realizadas em espaços urbanos, de modo a perceber a aplicabilidade dos conceitos mencionados ao longo do capítulo em questão, que termina com uma breve conclusão acerca dos conceitos abordados.

A terceira parte é constituída pela ‘Metodologia’ específica utilizada neste trabalho. Neste capítulo encontra-se descrito todo o processo que resulta da utilização das técnicas de “photo-elicitation” e “scenario visualisation” na realização de inquéritos, aplicados ao nosso estudo de caso. Neste capítulo é descrita a aplicação da metodologia ao centro histórico de Trancoso, que constitui o nosso caso de estudo.

Na quarta parte desta dissertação, é apresentado um ‘Estudo de Caso’. Numa primeira fase é feita a descrição e caracterização do centro histórico de Trancoso, através do enquadramento geográfico, do enquadramento histórico e das caracterizações sócio-demográfica e

morfotipológica. Por último apresenta-se a discussão dos resultados alcançados após a análise dos dados recolhidos no âmbito dos inquéritos e das entrevistas realizadas. É objectivo deste capítulo compreender de que forma a população percebe o centro histórico e de que forma essa percepção pode condicionar determinadas acções de reabilitação que interfiram directamente com a imagem da cidade.

Na parte final desta dissertação, constituída pelo capítulo 5, apresentam-se as ‘Conclusões e Recomendações’. Neste capítulo constam as considerações face ao tema, mediante a experiência adquirida no caso de estudo prático, bem como recomendações/sugestões de técnicas passíveis de ser utilizadas neste tipo de investigação.

### **1.3 Metodologia**

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu solidificar os conhecimentos acerca da temática abordada neste estudo.

Após a realização da pesquisa bibliográfica e da consolidação de conhecimentos sobre temas como património, centros históricos, reconversão e reabilitação urbana, percepção do espaço, imagem de lugar, e sobre metodologias relativas à aplicação de imagens e criação de cenários de intervenção urbana, foi necessário comprovar a sua eficácia face ao caso de estudo previamente seleccionado, ou seja, o centro histórico da cidade de Trancoso.

A selecção deste espaço foi precedida de um estudo cuidadoso acerca das suas características, baseado não apenas em material bibliográfico, mas também na deslocação pelo terreno, de forma a perceber, *in loco*, quais as principais deficiências e quais as possibilidades de intervenção a efectuar, de modo a colmatar os problemas encontrados.

Depois de identificados alguns dos problemas com os quais se debate este espaço, foram tiradas algumas fotografias de lugares concretos, de forma a construir um percurso devidamente estruturado ao longo do centro histórico. Tendo como base essas fotografias da situação actual, foram criados, através de programas informáticos de edição de imagem, cenários de intervenção que foram posteriormente aplicados em inquéritos através dos processos de “photo-elicitation” e “scenario-visualisation”, constituindo, desta forma, a metodologia específica do nosso trabalho. Tendo por base este processo, foram realizados inquéritos e entrevistas, cujo objectivo foi

permitir obter dados para uma discussão e interpretação acerca da percepção do espaço face a cenários de intervenção. Após recolha e tratamento dos dados obtidos, procedeu-se à elaboração das conclusões e recomendações possíveis de alcançar através deste estudo. Uma descrição e análise mais detalhada dos procedimentos metodológicos usados neste trabalho é feita no capítulo Três.



## 2 Enquadramento Teórico

*“Os monumentos existem em referência a contextos rurais ou urbanos onde concretizam a sua função social e cultural, podendo definir a estrutura deste espaço envolvente ou, pelo contrário, serem influenciados por esta.”*

Miguel Tomé in *Património e restauro em Portugal* (2002:87)

Neste capítulo são apresentados os conceitos fundamentais sobre os quais se sustenta este trabalho de investigação. Vários conceitos-chave são abordados, numa tentativa de analisar de que modo é que o estudo da percepção do espaço por uma determinada população, pode constituir um elemento fundamental nos processos de reconversão e transformação espacial, em particular no que respeita ao espaço urbano. Sabendo que o espaço urbano é heterogéneo, isto é, um espaço construído e constituído por várias unidades territoriais e por elementos que se destacam na sua singularidade, nomeadamente os elementos patrimoniais, entendeu-se que seria importante perceber em que consistem quer a ideia quer a dinâmica do próprio conceito de património e decorrente da sua evolução, a ideia de centro histórico. Centrados no conceito de centro histórico, é importante analisar como se encontram estes espaços e neste seguimento, perceber a importância da reabilitação urbana sobretudo nestes espaços simbólicos, que constituem parte da própria identidade da cidade.

Por uma questão de clareza, este capítulo encontra-se dividido em duas partes principais. Primeiro será tratada a questão da percepção do espaço, que Rocha (2003:75) define como *“a forma como as pessoas se relacionam com as coisas de um modo geral”*, abordando de forma mais concreta o espaço urbano, uma vez que *“cada pessoa tem uma imagem de sua cidade, e isto tem a ver como ela a percebe, como nela vive, como nela se sente”*.

Numa segunda parte discutir-se-á a temática da transformação do espaço, onde se pretende compreender a evolução da ideia de património, acerca do qual, Almeida (1993:407-413) refere:

*“património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vacinal e paroquial, à concelhia, à regional até à nacional e internacional. É neste duplo aspecto, isto é, o de «Património como valor de identidade e de memória» de uma comunidade e, sobretudo, o de «Património como qualidade de vida» que ele será cada vez mais falado e se lhe dará, futuramente, maior importância.”*

Directamente relacionado com o conceito de património encontra-se o conceito de centro histórico e sua evolução e, tendo em conta este conceito, pretende-se perceber qual a sua articulação com as medidas de reabilitação urbana que têm sido postas em prática, através da apresentação de exemplos de intervenções realizadas.

## **2.1 A percepção do Espaço**

Para que melhor se possa compreender a temática da percepção e a forma como se relaciona directamente com os espaços urbanos, ter-se-á que aprofundar a questão da geografia da percepção, pois deste modo tornar-se-á mais inteligível o relacionamento entre estes dois conceitos.

Torna-se, então, importante analisar a emergência e desenvolvimento da Geografia da percepção no seio da história da disciplina de Geografia.

Muito embora se considere que o final do século XIX tenha sido dominado pelas correntes historicistas, a influência do positivismo face a algumas áreas científicas era ainda notória, sobretudo através das atitudes naturalista e evolucionista. Esta influência do positivismo fez com que, no início do século XX, alguns grupos filosóficos tenham desenvolvido uma corrente filosófica denominada de «neopositivismo», que se pautava por uma recusa da metafísica e do idealismo. Esta corrente «neopositivista» viria a desenvolver-se sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, sobretudo entre 1940 e 1950.

Esta corrente de pensamento influenciou também a Geografia, enquanto ciência social, tendo como marcos significativos a publicação das obras *Exceptionalism in Geography* de Fred K. Shaefer, em 1953 e posteriormente, em 1962, *Theoretical Geography*, de William Bunge. Estes acontecimentos contribuíram para que, durante a década de sessenta do século XX, surgisse uma “Nova Geografia”, cujos princípios se regem sobretudo pelo recurso à lógica e à matemática, que lhe permitem exprimir-se com rigor, muito embora se trate de uma ciência empírica que se apoia fundamentalmente nos dados da observação.

É, no entanto, ainda no decorrer da década de sessenta do século XX que surgem as primeiras críticas à nova geografia. Dadas as transformações sociais e económicas que ocorreram ao nível mundial entre as décadas de cinquenta e sessenta, o pensamento das ciências sociais vai também ele sofrer alterações, ao ponto de despoletarem inúmeras insatisfações face à corrente neopositivista. Esta corrente deixa de oferecer os mecanismos considerados mais apropriados para a nova compreensão do mundo, que exige respostas distintas das até então alcançadas.

Este facto dá origem ao despoletar de novas correntes filosóficas, como a fenomenologia e o existencialismo, torna-se importante a introdução na análise social de uma nova perspectiva psicológica que enaltecesse a experiência pessoal. Surgem, deste modo, os movimentos críticos ou radicais ligados às ciências sociais. Tal como menciona Peet (1998:44): “*objectivism makes a radical distinction between the properties objects genuinely possess and those which they only apparently possess (to the perceiver)*”.

Tal como as demais ciências sociais, também a Geografia sofreu uma forte influência destes novos movimentos. A Geografia adquiriu uma nova dimensão com a descoberta da subjectividade e da dimensão pessoal, tal como refere Jacobson (2006:17) “*Behavioral geography investigates human action in geographic space as mediated through the cognitive processing of environmental information. Its emphasis is on spatial behavior and the psychology that lies beneath it at an individual level*”. Pode considerar-se, deste modo, que a geografia da percepção e do comportamento, cuja origem se encontra na geografia neopositivista, antecederam as geografias radicais.

Desde finais da década de 1950 que as ciências sociais começaram a debater a temática do comportamento, sobretudo após a edição da obra de Herbert H. Simon (1957) intitulada *Models of Men*. Como consequência, as ciências geográficas começam a introduzir as ideias de Simon nos seus estudos, sobretudo a partir de Julian Wolpert, em 1964. Desde então as ideias de Wolpert e

de outros geógrafos trouxeram à geografia novas problemáticas, nomeadamente a do comportamento, da informação e da decisão.

Era defendido por estes geógrafos que os Homens são seres racionais quando tomam decisões. Contudo, essas decisões não são baseadas na objectividade do mundo, mas sim na forma como estes percebem o meio, uma vez que a sua percepção unicamente lhe proporciona uma imagem do meio. Esta corrente defendia, portanto, que o ser humano construía imagens mentais do mundo que eram passíveis de serem medidas adequadamente e que subjacente a essa imagem mental do meio estava o comportamento do mundo real.

As primeiras questões para as quais a geografia do comportamento e da percepção tentavam encontrar respostas prendiam-se com o meio e com a sua respectiva organização espacial, tendo sempre em consideração que, subjacente a essa mesma organização estão implícitas determinadas condições psicológicas que lhe dão origem.

Talvez dois dos geógrafos mais marcantes nesta corrente da Geografia da percepção sejam Edward Relph com a sua obra *Place and Placelessness* (1976) e Yi-Fu Tuan com a obra *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values* (1974:1), em que se analisam claramente algumas dessas preocupações: “*what are our views on the physical environment, natural and man-made? How do we perceive, structure, and evaluate it? What have been, and what are our environmental ideals? How do economy, life style, and the physical settings itself affect environmental attitudes and values? What are the links between environment and world view?*”.

Cada pessoa constrói uma imagem do espaço no qual vive ou pelo qual passa ou que de algum modo lhe é dado a conhecer. Ora, essa imagem criada por cada indivíduo está intimamente relacionada com a forma como percebe e responde aos vários estímulos que a cidade lhe suscita, como resultado do processo cognitivo individual.

Deste modo, a percepção constitui um elemento de notório valor para que se possa compreender de que forma cada pessoa interpreta o espaço e, conseqüentemente, de que modo age sobre esse mesmo espaço.

Dadas as grandes transformações sociais e culturais que ocorreram durante a década de sessenta do século XX, a visão acerca do mundo alterou-se consideravelmente. Também a perspectiva que a Geografia detinha sobre a realidade se alterou, sobretudo a partir da década de setenta do

mesmo século, adoptando novas temáticas. O pensamento geográfico, até então regido por ideias neopositivistas ou neomarxistas, conhece uma nova alternativa epistemológica, onde os conceitos humanistas se tornam preponderantes face aos demais. Tal como refere Rocha (2002:4) *“A Geografia Humanista surge, portanto, como uma alternativa, ou mesmo, uma contestação aos modelos atuantes na década de 60, sem contudo possuir uma unidade paradigmática.”*

A questão fundamental da perspectiva humanista prende-se com a análise das diversas categorias que podem ser abarcadas pelo estudo da geografia, nomeadamente o espaço, o lugar, o território, mas através da cognição humana, isto é, através da interpretação que o ser humano lhes confere.

Deste modo, tal como refere Lowenthal (1961:251) *“Essential perception of the world, in short, embraces every way of looking at it: conscious and unconscious, blurred and distinct, objective and subjective, inadvertent and deliberate, literal and schematic”*.

Embora consista uma alternativa aos paradigmas científicos até então existentes, a Geografia da Percepção não se mantém estanque, indo beber conceitos e metodologias noutras escolas de pensamento, das quais há a salientar os *Mapas Mentais*, cujo contributo para a utilização de métodos quantitativos na percepção são deveras consideráveis.

Torna-se, portanto, importante esclarecer o conceito de percepção no qual nos baseámos para o discorrer deste trabalho.

Segundo Yi-Fu Tuan (1990:4) *“Perception is both the response of the senses to external stimuli and purposeful activity in which certain phenomena are clearly registered while others recede in the shade or are blocked out. Much of what we perceive has value for us, for biological survival, and for providing certain satisfactions that are rooted in culture.”* Quer isto dizer que, para além dos sentidos e da constituição biológica, da resposta que temos que dar à nossa componente física, o processo da percepção resulta, simultaneamente, de um processo de aculturação, em que a forma como interpretamos o espaço que nos rodeia está também ligada à forma como fomos culturalmente educados. Por outras palavras, podemos dizer que, muito embora a percepção constitua uma função da pessoa em si mesma, esta sofre influência não apenas das características individuais, mas também do contexto social e relacional em que o sujeito se integra. Assim sendo, a percepção que cada um constrói do espaço é um processo resultante da fusão entre aspectos biológicos e aspectos culturais que dizem respeito à sociedade em que cada indivíduo se insere.

Desta forma, ainda segundo Yi-Fu Tuan (1990: 59): *“To understand a person’s environmental preference, we may need to examine his biological heritage, upbringing, education, job, and physical surroundings.”*

Não se trata, portanto, de um conceito perfeitamente definido e concreto; a percepção varia de indivíduo para indivíduo,

*“o ser humano e a sociedade são constituídos por unidades complexas e multidimensionais (...). As pessoas participam no meio, e não só o observam, não olham o meio como se este fosse uma fotografia, ou uma perspectiva, o meio não é algo que está “aí fora” para ser percebido ou conhecido, e sim é algo que forma parte das pessoas. As pessoas e o seu meio estão num constante, activo e sistemático e dinâmico intercâmbio”* (Dubois et al, 1965 in Melo, 2007).

Resulta assim que para que cada indivíduo possa produzir a sua interpretação do espaço tenha que estabelecer uma relação com os elementos existentes. Desta forma, tal como refere Lamas (2007:61) *“(...) os elementos visuais serão determinantes em toda a concepção e produção do espaço. Para que exista imagem (como em todo o fenómeno correlacionado com a percepção), é necessária uma relação entre objecto e observador. A forma urbana poderá ter uma multiplicidade de «imagens» que correspondam a outros tantos observadores.”*

Torna-se, por isso, importante definir o conceito de imagem. Segundo Gomes (2008:191 e 192), *“imagens são produtos quase exclusivamente visuais (...) que pertencem ao domínio da representação.”*

Acerca da formação da imagem, através da qual o indivíduo percepção o espaço, Lynch (2003:144 e seguintes) diz ainda que:

*“a criação da imagem ambiental é um processo duplo entre observador e observado. Aquilo que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e organiza e como se dirige a atenção afecta, por sua vez, o que é visto. (...) o nosso mecanismo perceptual é tão adaptável que cada grupo humano pode distinguir as partes da sua paisagem, pode aperceber-se delas e dar significado a pormenores significativos.”*

A percepção não constitui, tal como vimos, um conceito preciso através do qual, mediante determinados aspectos, vários indivíduos possam formular a mesma imagem ou conceito face a determinado objecto ou espaço.

No entanto, é através da percepção que cada indivíduo interpreta o espaço e o constrói para si mesmo, conseguindo sobre ele dar a sua opinião, valorizá-lo, construir o sentido de pertença e identificar-se ou não com esse mesmo espaço.

Compreende-se, portanto, que a percepção que cada um tem do espaço que o cerca estará também relacionada com as questões afectivas que o indivíduo estabelece com o espaço físico. Tal como refere Lewicka (2008:3):

*“the majority of authors agree that development of emotional bonds with places is prerequisite of psychological balance and good adjustment (Rowles, 1990) that it helps to overcome identity crises and give people the sense of stability they need in the ever changing world (Hay,1998), that it may facilitate involvement in local activities (...).”*

Após a explanação do conceito de percepção do qual se partirá para a análise do caso prático, torna-se de igual modo importante, no contexto deste trabalho, abordar, ainda que de forma sumária, dois conceitos muito usados ao longo desta investigação, que por vezes são utilizados de forma quase indistinta. Trata-se dos conceitos de espaço e lugar.

O conceito de espaço assume um papel preponderante na Geografia, tal como se pode constatar pelas palavras de Kuhlke (2006:441), que refere: *“Space is without doubt the most important concept within the discipline of geography”*, pois, tal como menciona Tuan (2007:3) *“we live in space”*.

Todavia, o espaço não foi sempre entendido da mesma forma. Segundo Kuhlke (2006:441), ao longo dos últimos 60 anos, foram identificados diferentes conceitos e tipos de espaço que foi classificado como absoluto, abstracto, arquitectural, concreto discursivo, material performativo, produzido, relacional, relativo, representacional, social.

Acerca do espaço, Soja (1996:45) refere que *“space is simultaneously objective and subjective, material and metaphorical, a medium and outcome of social life”*. O espaço, não deve, portanto, ser entendido como algo estático, mas sim como algo dinâmico, em constante mutação, pode ser

*“produzido, reproduzido e transformado pela sociedade”*, tal como sugere Sarmento (2004:28). No entanto, o espaço é mais. Para além do produto da sociedade e dos seus anseios, o espaço é também usado como ferramenta na produção e reprodução do próprio espaço e encontra-se na base da reorganização social, isto é, para além de produto social, o espaço desempenha também um papel fundamental na reestruturação da sociedade. É no espaço que se encontram os símbolos, os elementos representativos e identitários de uma qualquer sociedade.

A análise do espaço, segundo Sayer, deve ser realizada mediante uma visão realista, na medida em que a sua existência é independente dos objectos, visão que, aliás viria a ser refutada por outros cientistas sociais, durante a década de 1970, que argumentavam que o espaço surgia como mero reflexo da sociedade, surgindo como palco onde se desenrola a acção (Sarmento, 2004:29). A partir de meados da década 1980, verifica-se uma nova alteração relativa à interpretação do conceito de espaço que, a partir de então, passa a ser entendido cada vez menos apenas como um cenário onde decorre a acção e passa a ser considerado um elemento cujo papel é cada vez mais activo.

Acerca da questão do espaço, Lefebvre (1991), defende a união entre o espaço físico e o espaço social, uma vez que, apesar de distintos, os reinos da percepção, do simbolismo e da imaginação não são passíveis de serem separados dos espaços físicos e sociais.

Lefebvre conceptualizou um espaço entre três dimensões distintas: o *espaço percebido* é o que se prende com a percepção e com as práticas sociais, envolve uma apropriação contínua e uma reiteração do mundo organizado de acordo com os arranjos sócio-espaciais existentes; o *espaço concebido* é o que diz respeito aos académicos, aos investigadores do território, trata-se do espaço relativo à representação abstracta, perfeitamente hierarquizado, imóvel e distante do real; e o *espaço vivido* que surge como um espaço de habitantes e utilizadores, mas simultaneamente um espaço de onde destacam as imagens e os símbolos. O *espaço vivido* é o que combina real e imaginário, os objectos com os sonhos.

No que respeita ao conceito de lugar, Cresswell (2006:356) diz: *“typically refers to a particular segment of the earth’s surface that is characterized by the unique sense of belonging and attachment that makes it different from other places around it. Thus, place is a meaningful portion of space”*. Trata-se de um conceito de uso comum que se refere habitualmente a uma localização,



isto é, indica onde qualquer coisa se situa, assumindo uma função estática, contrariamente ao conceito de espaço, ao qual está, implicitamente relacionada a ideia de evolução, de mutação, de mudança. Todavia, Cresswell (2006:356) refere ainda que *“place is much more than a reference to an absolute or relative location; instead, it refers to buildings, beaches, hills, forests—all the things that make one place different from the next place”*, sendo-lhe por isso conferido uma identidade própria, que cada pessoa regista mediante a sua interpretação individual, variando, consequentemente, de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo e no tempo.

Acerca da importância do conceito de lugar, Peet (1998:49 e seguintes) fazendo referência às ideias defendidas por Relph, no seu livro *Place and Placelessness* refere que o conhecimento prático dos lugares é algo fundamental para a existência humana, constitui um aspecto profundo e complexo da experiência humana no mundo, sendo que localização e posição são condições insuficientes para definir lugar. É ainda referido que se estabelece uma forte relação entre as pessoas e o lugar, são criados laços identitários entre a população e o lugar, de tal modo que as pessoas são o reflexo do lugar onde se encontram e o lugar é o resultado das transformações efectuadas pelas pessoas

Ainda no seguimento desta ideia, Relph (cit. por Sarmento, 2004:33) defende que os sítios físicos se encontram embebidos de significados humanos: *“ser humano é viver num mundo impregnado de lugares com significado: ser humano é ter que conhecer o seu lugar”*.

Decorrente deste princípio, pode dizer-se que a identidade pessoal e cultural de cada indivíduo está intimamente relacionada com a identidade do lugar, referindo-se também à paisagem física que torna cada lugar único e perfeitamente distinguível dos demais lugares.

Associado ao conceito de lugar temos o sentido de lugar, cujo termo indica *“all of the subjective meanings that become attached to a location and the physical landscape that is characteristic of that location”* (Cresswell, 2006:356). Mas, por sentido de lugar pode entender-se mais. Pode considerar-se que sentido de lugar resulta da experiência subjectiva de cada indivíduo, descrevendo um conjunto de emoções e sentimentos face a um lugar em particular, que por vezes desponta o sentido de pertença.

Acerca deste tema, Cresswell (2006:424) refere *“sense of place refers to a particularly personal set of feelings for some part of the earth’s surface”*. Ainda acerca do conceito de sentido de lugar, Relph (cit. por Hubbard (2008:46) diz: *“an authentic sense of place is a direct and genuine*

*experience of the entire complex of the identity of places – not mediated and distorted through a series of quite arbitrary social and intellectual fashions about how that experiences should be, nor following stereotyped conventions”.*

De uma forma sumária e resumida, Yi-Fu Tuan (2007:12), contrapõe os dois conceitos dizendo que:

*“Space assumes a rough coordinate frame centered on the mobile and purposive self. Human eyes (...) provide people with a vivid space in three dimensions. (...) Place is a special kind of object. It is a concretion of value, though not a valued thing that can be handled or carried about easily; it is an object in which one can dwell. Space, we have noted, is given by the ability to move. Movements are often directed toward, or repulsed by, objects and places. Hence space can be variously experienced as the relative location of objects or places (...).”*

No âmbito deste trabalho não é possível traçar uma genealogia profunda destes dois conceitos, no entanto, tantas vezes usados indistintamente, espaço e lugar têm um significado distinto, embora complementar. É no lugar das nossas emoções que o espaço que construímos se desenvolve e transforma, sendo por isso pessoal e simbólico. Trata-se de dois conceitos fundamentais no contexto da Geografia Humana que com ela têm evoluído.

### **2.1.1 O Espaço Urbano**

A cidade é um espaço vasto de conceitos e de conteúdos, que permite diferentes interpretações, resultantes dos diferentes modos que os indivíduos percebem o espaço.

Se tivermos em conta Melo (2007:8) ao referir Andrade (1987) é passível encontrarmos dentro da área de actuação da Geografia da Percepção três áreas de pesquisa distintas: percepção regional, desenvolvimento da percepção espacial da criança e a da percepção da forma urbana.

É precisamente esta última área de investigação que mais se relaciona com a temática base deste estudo, uma vez que se prende com a preocupação com questões relativas ao design urbano, nomeadamente com o desenho das cidades e com as relações que se estabelecem no seu interior. E, uma vez que a questão das complexas relações que se estabelecem entre as diferentes unidades territoriais presentes numa cidade não são problema que diga apenas respeito aos geógrafos, estes, conjuntamente com arquitectos e urbanistas, tentam procurar soluções para os problemas que diariamente afectam o mundo urbano, nomeadamente as questões relacionadas com a diminuição da qualidade de vida, sobretudo no respeito ao centros urbanos mais antigos, devido à degradação das habitações, a problemas de circulação e estacionamento, de abastecimento, entre outros.

Imbuídos pela preocupação com a cidade e com a resolução dos problemas que a assolam, surge como uma estratégia de actuação, o recurso à percepção como meio de entender de que modo a população que a habita, a compreende e a idealiza, de forma a que as propostas de intervenção possam ir de encontro às expectativas dos seus habitantes ou, pelo menos, dos que maioritariamente usufruem de determinado espaço urbano.

Deste modo, pode compreender-se como é que a percepção e o seu estudo podem contribuir de forma decisiva para a construção de uma imagem do espaço urbano, assim como tornar-se um instrumento deveras útil para a realização de intervenções num espaço construído e consolidado, como é um Centro Histórico, um espaço repleto de significados e de simbolismo, quer para moradores e utilizadores frequentes deste espaço, quer para visitantes.

Sabendo que o âmago do presente trabalho são espaços consolidados, repletos de simbolismo como são os Centros Históricos, é necessário perceber de que forma é que estes espaços são percebidos pelos diferentes indivíduos, de que forma é que cada pessoa lê o espaço, o interpreta e que imagem resulta do decorrer deste processo. Desta forma, poder-se-á estabelecer uma correspondência entre as intervenções propostas para os Centros Históricos e as aspirações dos seus utilizadores.

Considerando o facto, tal como é referido por Lewicka (2008:3) que: *“Research in environmental aesthetic shows that people generally prefer historical places to modern architecture (Nasar, 1998). Historical cities create a sense of continuity with the past, embody the group traditions (Devine – Wrigth & Lyons, 1997; Hay, 1998; Hayden, 1997), and facilitate place attachment (Low, 1992)”*, deve ter-se em conta que a população demonstra mais interesse pelas intervenções que

se realizem nestes espaços, visto estarem associados à questão da formação da identidade do lugar e dos seus próprios moradores, que deles constroem imagens mais consensuais do que, por ventura, sucede com lugares de formação mais recente.

É ainda de salientar o facto de, tal como refere Lynch (2003:17):

*“Cada indivíduo cria e sustenta a sua própria imagem, mas parece haver uma concórdia substancial entre membros do mesmo grupo. São estas imagens de grupo, mostrando o consenso entre um número significativo de membros, que interessam aos planeadores de cidades aspirantes a um modelo de cidade que muitos possam desfrutar”.*

Naturalmente que um visitante terá, então, uma percepção distinta do espaço relativamente a um residente e, consequentemente, a imagem criada do espaço será naturalmente distinta, baseando-se em conteúdos meramente estéticos. Como refere Tuan (1990:64): *“The visitor’s evaluation of environment is essentially aesthetic. It is an outsider’s view. The outsider judges by appearance, by some formal canon of beauty. A special effort is required to empathize with the lives and values of the inhabitants.”*

Visto, portanto, que a percepção do espaço é algo que, para além de uma visão pessoal do espaço, resulta de certa forma do contexto social em que o observador se insere, resultando, consequentemente, que indivíduos do mesmo grupo social sejam capazes de criar imagens semelhantes e que, um visitante possa conceber uma imagem distinta do mesmo espaço físico face a um morador, é através da combinação das diferentes opiniões formuladas acerca do espaço que se devem conceber as medidas de intervenção. Estas intervenções físicas no espaço urbano, devem superar as lacunas que até agora lhe são imputadas, tal como refere Pintaudi (1997:213):

*“as conhecidas restaurações urbanísticas, são restaurações sociais que, conforme Certeau (1994, p.198), tendem a separar dos lugares seus praticantes. Uma desapropriação dos sujeitos acompanha a reabilitação de objectos. Mais que intenções malignas este movimento resulta da própria lógica de um aparelho (técnico e científico) que se constituiu isolando da consideração dos sujeitos o tratamento dos objectos.”*

É no sentido de conceber medidas capazes de solucionar estas lacunas associadas às intervenções urbanas, que se pretende que este tipo de acções seja cada vez mais “das pessoas, para as pessoas e com as pessoas”, isto é, medidas pensadas pelos técnicos, que sejam capazes de solucionar os problemas das pessoas que habitam, frequentam e usufruem dos Centros Históricos, através, também, da própria colaboração dos habitantes, sendo chamados a participar, dando as suas opiniões nas tomadas de decisão, uma vez que são os habitantes quem melhor conhece os problemas que afectam o espaço, e com ele associam a sua própria identidade e sentido de pertença.

## **2.2 A transformação do Espaço Urbano**

As cidades são organismos vivos, sempre em constante mutação, que tentam responder às necessidades da sociedade que se encontra em permanente evolução. Deste modo, se outrora as cidades foram concebidas como aglomerados defensivos onde as muralhas conferiam protecção, a evolução e crescimento urbanos fizeram com que a linha de muralhas fosse ultrapassada, e passasse a ser encarada como obstáculo.

As cidades cresceram, expandiram-se no espaço que rodeava as primeiras aglomerações. No entanto, no seu centro, encontram-se os núcleos primitivos das cidades, cujo valor patrimonial que representam enquanto memória de um passado e raiz identitária, é tão elevado, que se converteram, na sua grande maioria, em espaços protegidos, denominados centros históricos.

A complexidade dos centros históricos vai muito para além do espaço físico que ocupam e da representatividade material e simbólica de um passado mais ou menos distante. Longe de se tratar de espaços estagnados ou inalterados, os Centros Históricos representam cada vez mais uma aposta no futuro das cidades. Como tal, torna-se necessário procedermos a um enquadramento teórico face à problemática do património e da sua evolução, para percebermos o papel desempenhado por estes espaços na sociedade actual.

Contudo, a vastidão e complexidade do tema não permitem que se elabore neste espaço uma abordagem exaustiva, ficando apenas algumas ideias que permitam perceber o processo evolutivo pelo qual tem passado o conceito desde que entendido apenas enquanto monumento, relativamente isolado, até ao seu entendimento enquanto um conjunto de elementos, do qual termina resultando a própria concepção de centro histórico.

Para que tal concepção pudesse despoletar, conforme refere Choay (2008:149), foi fundamental o contributo de Ruskin que, ao criticar aqueles que se interessavam apenas pela “riqueza isolada dos palácios”, defende os espaços marcados pela continuidade do tecido urbano, só possível através dos edifícios de arquitectura mais simples, sendo o seu interesse seguido por Morris, na defesa dos “conjuntos urbanos”, entendidos ambos como herança histórica a preservar.

Pela importância que os termos monumento e património detêm para a compreensão do presente trabalho e dado o facto de que apenas através deles se pode chegar ao conceito de centro histórico, apresenta-se, em seguida, uma breve abordagem ao percurso evolutivo destes conceitos. Primeiramente será abordada a sua evolução em termos internacionais, explanando-se um pouco sobre o papel das convenções, dos tratados, documentos e normas internacionais concebidos para a salvaguarda do património a nível mundial; seguidamente falar-se-á um pouco do processo a nível nacional, desde as primeiras preocupações e medidas tomadas para a preservação de monumentos, até à preocupação com preservação de bens patrimoniais, entendidos como espaços de interesse reveladores da história e cultura nacionais, importantes para a formação da própria identidade local e nacional.

Segue-se uma breve referência aos centros históricos encarados como bens patrimoniais pelo simbolismo que detêm, pelas características peculiares que lhe conferem um interesse particular enquanto conjunto, dado o seu valor histórico e características arquitectónicas ou urbanísticas.

### 2.2.1 A evolução da ideia de Património

*“ Património. Essa bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico ...) que fizeram dela um conceito «nómada», prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório. (...) uma das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade”*

Françoise Choay in *A alegoria do Património*, (2008:11)

Desde a Antiguidade Clássica que alguns elementos arquitectónicos foram reconhecidos como sendo um importante testemunho civilizacional de um passado mais ou menos distante. Todavia, a constatação de que esses mesmos elementos deveriam ser considerados como aspectos integrantes da memória colectiva dos diversos povos, e, portanto, detentores de um valor que se prorroga para lá da estética, alcançando um valor patrimonial, devendo, portanto, ser preservados da destruição, é algo bastante mais recente, tal como refere Ramalhete (2006:11)

Dentro deste processo evolutivo, surgem dois conceitos fundamentais: o conceito de *monumento histórico* e o conceito de *património*.

No que concerne ao conceito de *monumento histórico*, as suas origens detêm-se sobretudo no século XIV, muito embora apenas no século XVIII se tenha popularizado e só no século XIX “o valor histórico e documental tenha sido atribuído ao monumento, através de um processo de valorização determinando essencialmente pela dimensão histórica” (Tomé, 2002:15). Relativamente ao termo *património*, conhece alterações significativas a partir do século XIX, sendo que, até então, surgia “associado aos bens possuídos por um indivíduo, transmissíveis aos seus descendentes” (Ramalhete, 2006:12). Após o século XIX, o conceito de património conhece um novo significado, assumindo-se também como “o conjunto das heranças culturais que a sociedade recebe” (Brito Henriques, 2003:59). Passa então a assumir-se a existência de um legado colectivo, que deverá ser transmitido às gerações vindouras e que contribui para a sua identificação enquanto comunidade, passando a verificarem-se determinados constrangimentos à

destruição de determinados edifícios. Ainda no que respeita à protecção patrimonial, o século XX traz consigo a criação de diversas normas de salvaguarda de elementos patrimoniais, nomeadamente grandes edifícios.

Ora, da protecção patrimonial resulta, de facto, também uma nova concepção do conceito de monumento, que deixa de ser encarado apenas como um edifício pertencente a uma elite e passa a ser encarado como um bem colectivo, cuja beleza, superioridade arquitectónica e por vezes a própria dimensão, lhe conferem uma importância transversal a várias épocas.

Para que se consolidassem os ideais de protecção do património, verificou-se a criação de um conjunto de leis e a constituição de organismos cujo objectivo era tutelar os bens identificados como património.

Contudo, a essa noção de protecção estava, na época, intimamente ligada a ideia de intervenção, surgindo, portanto, um conjunto de teorias cujo objectivo era discorrer sobre a forma mais eficaz de intervir no património, salientando-se nomes como Viollet-le-Duc e John Ruskin, que protagonizaram uma polémica relativa aos diferentes tipos de intervenção; ou Camillo Sitte e Camillo Boito, que em muito contribuíram para a evolução do pensamento relativo à intervenção em monumentos.

Em súpula, constata-se assim que, entre o século XIX e o século XX, o conceito de património evoluiu consideravelmente, passando, tal como refere Ramalhe (2006:14-15) de *“herança individual para herança colectiva, (...) de um valor afectivo e económico, para um valor estético e cultural, (...) torna-se, (...) o substrato material da história dos povos ocidentais, desempenhando um papel cultural de relevo (...) enquanto base de construções e reconstruções da identidade”*.

Com o início do século XX, muitas foram as alterações no que respeita à criação de documentos, de leis e normativas que, a nível internacional, foram surgindo no intuito de preservar estas memórias do passado que ajudam o presente a definir a sua própria identidade. A criação destes documentos surge um pouco no decorrer da própria história contemporânea, na medida em que foi também neste século que decorreram as duas guerras mundiais, responsáveis por altos níveis de destruição por todo o velho continente, que tiveram como consequência a perda de importantes bens patrimoniais.

Assim sendo, constatamos que o ponto de partida para uma nova tomada de consciência face à preservação do património surge com a *Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos* datada



de 1931. Trata-se de um documento resultante de um congresso promovido pelo Serviço Internacional de Museus – organismo Ligado à Sociedade das Nações – em que o património é encarado como bem comum e o seu valor deve sempre ser preservado:

*“A Conferência recomenda que se respeite, na construção dos edifícios, o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cujo enquadramento deve ser objecto de cuidados particulares. Devem mesmo ser preservados certos conjuntos e certas perspectivas especialmente pitorescas. Cabe também estudar as plantas e as ornamentações vegetais que convêm a certos monumentos, para lhes conservar o carácter antigo.”*

Tendo como origem a *Carta de Atenas*, surgiu em 1932 a *Resolução Sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte* que, para além de ser o primeiro instrumento jurídico a falar sobre património da humanidade, é igualmente responsável pela Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, antecessora do ICOMOS – International Council for Monuments and Sites, criado em 1965 (Ramalhe, 2006:16).

No ano de 1954, foi concebida pela UNESCO a *Convenção de Haia para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado*, um pouco como forma de evitar o que se havia passado durante as duas guerras mundiais, definindo, no seu Artigo 1.º, quais os bens que se incluem na categoria de bens culturais. É precisamente neste documento que começam a ser tidos em conta, não apenas os monumentos enquanto elementos isolados, mas também *“groups of buildings which, as a whole, are of historical or artistic interest”*<sup>1</sup>, para além de fazer ainda referência a «centros monumentais».

No ano de 1962, a UNESCO publica a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, cujo objectivo é, tal como referem Lopes e Correia (2004:95):

*“não só a preservação do aspecto original das paisagens e sítios naturais, rurais e urbanos, quer sejam obra do homem ou da natureza, mas também na medida do possível, o seu restauro. A Recomendação chama a atenção para a importância científica e estética das paisagens e dos sítios e para o facto de estes constituírem um património que é um factor fundamental nas condições de vida das populações”.*

---

<sup>1</sup> Tal como surge em: Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict disponível no site da UNESCO.

Dois anos mais tarde (1964), surge, por iniciativa do ICOMOS, a *Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios*, na qual surge já um novo conceito de património, que passa a englobar outro tipo de construções que não sejam propriamente de cariz monumental:

*“The concept of a historic monument embraces not only the single architectural work but also the urban or rural setting in which is found the evidence of a particular civilization, a significant development or a historic event. This applies not only to great works of art but also to more modest works of the past which have acquired cultural significance with the passing of time<sup>2</sup>”.*

A *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, assinada em 1975 na cidade de Amesterdão, definiu que o património arquitectónico europeu não é apenas constituído pelos monumentos mais importantes, mas que fazem parte desta categoria também os conjuntos que constituem as cidades antigas e aldeias com as suas tradições, quer seja no seu ambiente natural, quer seja no seu ambiente construído.

Ora, esta questão deixa desde logo antever que o património é algo mais do que o monumento em si e, portanto, a sua preservação deve englobar todo o conjunto que lhe confere um significado particular.

A nível nacional, o conceito de Património também conheceu uma evolução significativa, tendo acompanhado o processo evolutivo internacional, ao assinar várias recomendações e convenções internacionais sobre a temática do património e a defesa dos monumentos.

Talvez uma das primeiras referências à protecção e defesa dos monumentos antigos surja com D. João V, em que, num Alvará de 20 de Agosto de 1721, defende que se deve:

*“procurar examinar por si e pelos académicos os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino, dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Romanos, Godos e Arábicos, se achava que muitos puderam existir nos edifícios, estátuas, mármore, cipos, lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este medo um meio muito próprio e adequado para verificar muitas notícias da venerável antiguidade, assim sagrada como política, que no que restava de restantes*

---

<sup>2</sup> Citação retirada da Carta de Veneza disponível no site oficial da ICOMOS - <http://www.international.icomos.org/charters.htm>.

*memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este dano em que pode ser muito interessada a glória da Nação Portuguesa”<sup>3</sup>.*

Cerca de um século mais tarde – 1838 – Alexandre Herculano pronuncia-se sobre a questão do património num documento denominado *Monumentos Pátrios*, onde pretende chamar a atenção para a protecção dos bens patrimoniais que constituem parte da memória colectiva e que muito contribuíram para a criação de uma identidade, considerando uma “barbaridade” a atitude destruidora face aos monumentos, que se verifica na sua época, como resultado do desprestígio pelo passado e uma aposta na modernidade.

Foi, portanto, no século XIX que em Portugal se “desencadeou a problemática da salvaguarda, uma vez que, existia, a nível nacional um vasto conjunto de edifícios e outros objectos arquitectónicos, grandemente enriquecido com a nacionalização dos bens das ordens religiosas em 1834 (e posteriormente em 1911) que se viram desprovidos de ocupação e em risco de desaparecimento” (Tomé, 2002:16).

Pouco a pouco, com a criação de um enquadramento legislativo e de outros instrumentos de acção, como por exemplo o *Relatório e mappa* (1880), que constituía um documento que avaliava os edifícios que deveriam ou não ser considerados monumentos nacionais, ou o Decreto que, em 1901, estabelece as bases para a classificação dos imóveis passíveis de ser considerados monumentos nacionais, ou a reestruturação da tutela em 1911. Contribuiu também a criação dos conselhos de Arte e Arqueologia de Lisboa, Porto e Coimbra.

Mais tarde, em 1920, foi criada a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que, entre outras, detinha responsabilidade na intervenção no património arquitectónico classificado. Foi posteriormente criada a DGEMN – Direcção Geral dos Monumentos Nacionais - como instituição pública responsável pelas intervenções directas no património.

Criada já pelo Regime ditatorial que se viveu no país, esta instituição deteve um importante papel na protecção dos monumentos, encarados como memória de um passado glorioso, que não deveria ser esquecido. Tal facto, fez também com que Portugal fosse progressivamente assinando os tratados, recomendações e convenções internacionais de protecção do património.

---

<sup>3</sup> É possível encontrar esta citação do Alvará de Lei de D. João V, de 20 de Agosto de 1721, no site: <http://www.apena.rcts.pt>, o qual reúne alguns documentos que nos permitem perceber um pouco mais sobre a evolução do conceito de património a nível nacional.

Percebe-se, pois, que o património assumiu, também a nível nacional, um papel de elevada importância durante o século XX, sobretudo para o regime ditatorial, que o encarava como uma forma de proclamar o passado glorioso do povo português, sendo que para a sua preservação foram tomadas medidas desde a criação da DGEMN, enquanto organismo de tutela dos bens patrimoniais, até importantes projectos de intervenção e requalificação não apenas de monumentos – edifícios isolados, mas também de monumentos encarados enquanto conjuntos de edifícios que preservavam a identidade de uma cidade, conjuntos históricos, hoje identificados como centros históricos.

Das medidas tomadas pelo Regime para protecção do património, destacam-se as realizadas sob a orientação da DGEMN, iniciadas no ano de 1932, sendo que as de maior representatividade decorreram entre 1938 e 1940, tendo decorrido num conjunto de cinco cidades, escolhidas para celebrar as Comemorações Centenárias, por serem símbolos de importantes factos históricos e da lusitanidade: Guimarães, representando o berço da nacionalidade; Porto, encarado como o núcleo de formação; Braga, entendida como importante centro religioso; Lisboa, como capital do império; e Vila Viçosa como símbolo da restauração da independência. Tal como refere Tomé (2002:93 e seguintes):

*“Objecto de transformações de maior ou menor envergadura, os centros destas cidades conheceram dinâmicas campanhas de obras durante os dois anos de preparação das celebrações. Se, em Braga, a intervenção se limitou à abertura de uma praça ladeando a Sé, no Porto, em Guimarães e em Lisboa, partindo da analogia permitida pela situação topográfica, foram projectadas três “acrópoles sagradas”, espaços com forte presença na paisagem urbana envolvente, produto de intensos esforços demolidores. Em Vila Viçosa, a reestruturação estendeu-se a toda a povoação e teve como núcleos compositivos o Castelo, o Paço Ducal e o Centro Cívico da Vila.”*

A salvaguarda patrimonial resultava, portanto, da simultaneidade de duas vertentes distintas: por um lado, apostava-se na conservação dos monumentos, por outro, na destruição do tecido envolvente. Desta forma, pretendia-se realçar a presença do próprio monumento e sublinhar a sua importância, em detrimento da restante malha urbana que ao seu redor se tinha desenvolvido.

Deste modo, torna-se indiscutível que, para além de uma vertente cultural, a preservação do património constituiu-se igualmente como medida de carácter político, promovendo o regime e os seus ideais – como no fundo acontece um pouco por todo o mundo, se não relembre-se a destruição da estátua de Saddam Hussein aquando da ocupação norte americana do Iraque, ou a decisão dos Talibã de destruir todas as estátuas do Afeganistão, de entre as quais se destaca a maior estátua de Buda do mundo, alegando tratar-se de uma ofensa ao Islão.

Contudo, muito embora o Antigo Regime se tenha extinguido, a preocupação com o património não esmoreceu, pelo que desde então outros organismos foram criados de forma a tutelarem o património e as intervenções a ele relativas. Deve-se salientar aqui a criação em 1992 de um importante organismos de tutela do património nacional: o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – IPPAR – através do Decreto-lei n. 106-F/92, de 1 de Junho, como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização de bens imóveis que, pelo seu valor histórico e arqueológico, integrassem o património cultural do País. O Decreto-lei n. 316/94, de 24 de Dezembro, actualizou a sua estrutura, de modo a incorporar a valência «restauro» de «bens móveis integrados em bens imóveis», tal como podemos verificar no site deste instituto.

No ano de 1997, este organismo sofreu uma alteração no que respeita ao quadro de funcionamento, na medida em que neste ano foi constituído o Instituto Português de Arqueologia – IPA, cujas atribuições eram<sup>4</sup>:

1. “Assegurar o desenvolvimento das medidas de política e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da arqueologia, em todo o território nacional e nos espaços marítimos contíguos, em colaboração com os demais organismos do Ministério da Cultura;
2. Promover a institucionalização da arqueologia através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas, visando assegurar uma adequada articulação interinstitucional, na prossecução das políticas definidas para o sector;
3. Colaborar na realização de projectos e acções vocacionados para a sensibilização pública para o património arqueológico, estimulando na sociedade civil a promoção de iniciativas destinadas ao seu conhecimento e divulgação.”

---

<sup>4</sup> Pode encontrar-se mais informação sobre este instituto no site: <http://www.ipa.min-cultura.pt/>

Posteriormente foi criado pelo Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP (IGESPAR, IP), que resultou da fusão entre o IPPAR e o IPA, para além de ter incorporado ainda algumas das competências da extinta DGEMN.

Para além da criação destes Institutos, em termos legislativos, foram também instituídas algumas medidas para a preservação do património, de entre as quais referimos, como exemplo a Lei n.º 106/2003, em que a Assembleia da República autoriza o Governo a aprovar um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e a prever o regime jurídico das sociedades de reabilitação urbana, que vem a ser confirmado pelo Decreto-Lei n.º 104/2004.

Posto isto, verifica-se que, tal como sucedeu a nível internacional, também a nível nacional se foram desenvolvendo quer a evolução do próprio conceito de património – que de objectos ou edifícios isolados, passou também a conceber como objecto de protecção conjuntos de interesse, denominados em alguns casos como Centros Históricos – quer um conjunto de medidas, traduzidas em documentos legislativos, com o objectivo de salvaguarda do património.

Para o discorrer do presente trabalho, interessa sobretudo compreender a importância que os Centros Históricos adquiriram ao longo de todo este processo e qual o seu papel na actualidade, não apenas enquanto memória do passado, representando um importante papel patrimonial, mas também de que forma a sua preservação possa constituir um importante passo para o ordenamento do território, assegurando o futuro das cidades com núcleos urbanos antigos. Segue-se, portanto, uma análise dos Centros Históricos, enquanto espaços complexos, simbólicos e, de certo modo, criadores de uma identidade colectiva.

### **2.2.2 O conceito de centro histórico e a sua evolução**

Pode, então, constatar-se que o conceito de centro histórico termina sendo uma aplicação territorial do conceito de património, que deixa de ser encarado enquanto elemento isolado e passa também a englobar a sua envolvente. Implica ainda que se atribua um valor patrimonial a elementos ou espaços arquitectónicos cuja, função é sobretudo residencial e de serviços.

Os centros históricos apresentam-se, desta forma, como locais de interesse pelo conjunto que constituem em si mesmos, sublinhando a importância dos espaços que contém uma arquitectura mais dedicada às funções residencial e de serviços. Tal como afirma Ramalhete (2006:23) este aspecto revela-se importante, na medida em que *“traz para uma nova esfera o papel dos indivíduos anónimos e seu saber na construção do território”*.

Os centros históricos constituem, portanto, testemunhos de séculos de “história anónima”, e surgem valorizados pelo conjunto de edifícios com semelhanças arquitectónicas, construtivas e mesmo culturais que constituem, mais do que sucede com o edifício vernacular isolado.

Além do valor patrimonial que encerram em si, os centros históricos estão *“intimamente relacionados com as identidades territoriais, transformando-se em referências fundamentais nos diversos mecanismos de construção e de reprodução de memória e da identidade cultural das comunidades dos dias de hoje”* (Ramalhete, 2006:23).

Sob um outro ponto de vista, José da Conceição Afonso refere, numa compilação de conceitos e definições relativas ao termo *Património*, reunidas de vários documentos internacionais (no caso em concreto a *Carta do Restauro* de 1972 – Ministério de Instrução Pública Governo de Itália):

*“para efeitos de identificar os centros históricos, tem-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou como características urbanísticas ou arquitectónicas.”*

Refere ainda o facto de a sua natureza histórica consistir no interesse que tais assentamentos ostentam enquanto vestígios de civilizações passadas e como *“documentos de cultura urbana, inclusive independentes de seu intrínseco valor artístico ou formal ou do seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente o seu valor, já que não só a arquitectura, mas também a estrutura urbanística, têm por si mesmas um significado e um valor”*.

A valorização e reconhecimento da cidade enquanto conjunto de elevada importância e *“objecto patrimonial, fonte de conhecimento histórico e de prazer artístico, apresentou o primeiro*

*momento de formulação nos finais de Oitocentos” (Tomé, 2002:87). Este processo de reconhecimento do património é no fundo, o resultado de dois percursos, tal como refere Tomé:*

*“1 – a exaltação de qualidades rememorativas e museificantes de valor histórico e de antiguidade presente na teorização conservadora e passadista de Ruskin e, de certa forma, no pensamento de Boito;*

*2 – o sentido didático-pedagógico de teor revivalista, contido na leitura morfológica de Sitte, com clara preferência pelas composições medievais, ou ainda na interpretação das implantações gregas por Choisy que, contra os rígidos conceitos de desenho e simetria das “Beaux-Arts”, opunha um desenho pitoresco e orgânico, atento às características morfológicas do lugar.”*

Associado a este novo espírito de valorização do espaço urbano que retrata as memórias do passado, estão as intervenções que viriam a ser feitas como forma de preservar os centros históricos. Desta forma, tal como refere Brito Henriques (2003:223):

*“ao longo da segunda metade do século XIX a tendência dominante no que respeita às políticas para os centros históricos oscilou entre a aplicação do princípio da ‘destruição criadora’ e o simples abandono, recaindo as atenções de urbanistas, políticos e agentes económicos quase invariavelmente nas expansões modernas da cidade. [...] O paradigma renovador e progressista ganhou ainda maior fôlego depois do primeiro quartel do século XX.”*

Paralelamente ao reconhecimento do valor destes espaços, foram concebidas medidas de valorização e requalificação, que nem sempre respeitavam o traçado original, concebendo ideias distintas acerca das medidas que deveriam ser postas em prática para tornar estes espaços mais salubres.



### 2.2.3 A reabilitação urbana em centros históricos

Os centros históricos são pedaços de história que permanecem vivos até aos dias de hoje. Por isso a preservação dos seus elementos identitários é fundamental como forma de preservar a memória colectiva do espaço.

Se durante muito tempo as políticas de intervenção se resumiam apenas ao monumento enquanto elemento isolado, e se debatiam entre conservação e restauro, tal como refere Tomé (2002:147), *“o alargamento do campo de intervenção monumental a objectos referidos a outras tipologias, cronologias e geografias, acompanhou o desenvolvimento da investigação especializada, confirmando a estreita relação entre o conhecimento histórico e a salvaguarda patrimonial.”*

Neste sentido, a tomada de consciência do elevado valor patrimonial da cidade, mais concretamente dos centros históricos, desencadeia a necessária recuperação física, funcional e social destes espaços.

No entanto, apenas na década de quarenta do século XX, a intervenção na cidade antiga foi considerada uma medida pertinente e urgente. Um dos primeiros passos dados neste sentido, a nível nacional, foi a criação, no ano de 1944, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, que chamou a si as competências de intervir na cidade. No ano seguinte surgiram as primeiras propostas para a criação de “Zonas de Protecção” que, tal como refere Tomé (2002:162), eram *“instituídas normalmente em complemento de acções de restauro dos respectivos monumentos.”* Verifica-se, igualmente, a crescente necessidade de salvaguarda dos imóveis em áreas em transformação, o que na época era sinónimo de acções fortemente intrusivas e requalificadoras destes espaços.

Contudo, apenas em 1949 se verifica a criação de instrumentos legais que invocavam a classificação de conjuntos arquitectónicos, data que viria a marcar a introdução do conceito de conjunto arquitectónico e urbano.

No decurso deste processo, é ainda na primeira metade da década de 1950 que surgem os primeiros processos para a classificação de conjuntos arquitectónicos de carácter urbano, um que pretendia a classificação como imóvel de interesse público de parte da Baixa Pombalina, e outro de um conjunto de espaços constituído pela Avenida da Liberdade e pelas Praças dos Restauradores e do Marquês de Pombal. A estes dois processos viria juntar-se, três anos depois, o

da classificação da zona antiga da cidade de Guimarães. A justificação para estas classificações prendeu-se, no caso dos processos da cidade de Lisboa, com parâmetros de unidade e de integridade dos conjuntos apresentados e, no caso de Guimarães, com parâmetros de carácter turístico.

Inicialmente os processos de intervenção na cidade antiga acarretavam, na sua maioria, a demolição de edifícios, com o objectivo de desafrontar monumentos, o que implicava elevados custos com a expropriação dos imóveis a demolir, o que viria a resultar, em muitos casos, apenas na realização de trabalhos de preservação e arranjo das fachadas dos edifícios envolventes aos monumentos.

Tal como refere Tomé (2002:168) *“afirmava-se, assim, a tendência para orientar os interesses da salvaguarda ou da intervenção cada vez mais em função da problemática do conjunto arquitectónico em desfavor do edifício unitário, assumindo-se como prioritária a reflexão em torno da dimensão específica dos tecidos urbanos”*. Refere ainda que *“as primeiras experiencias conduzidas pela DGEMN [Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais] em centros antigos concretizam-se em aglomerados delimitados por muralhas e abrangidos por zonas de protecção”*.

Decorrentes da crescente preocupação com estes centros urbanos antigos, surgiram os denominados “Planos de Melhoramentos”, que tinham por objectivo a *“construção de infra-estruturas e a recuperação do espaço construído enquanto operações prioritárias e fundamentais para a qualidade das áreas urbanas”*, no âmbito dos quais viriam a consumir-se a *“construção de infra-estruturas, a recuperação e a requalificação do espaço público, a reabilitação do edificado, o restauro de monumentos e a regulamentação da gestão municipal e construção privada”* (Tomé (2002:169).

Das primeiras medidas realizadas constavam trabalhos como o tratamento de espaços públicos, sobretudo no que respeita à sua pavimentação. A intervenção nos edifícios privados, prendia-se com medidas de restauro de estilo, procurando a recuperação dos elementos originais do edificado.

Não obstante, as medidas realizadas não salvaguardavam o entendimento da cidade enquanto espaço por excelência das relações sociais, repleta de memórias e simbolismos, que comporta simultaneamente a permanência de determinados elementos com a modificação de outros,

criando-se, por isso, a ideia de cidade monumento ou cidade museu, em que a prática da actividade turística passa a ser encarada como a actividade mais viável.

No entanto estas medidas não se revelaram suficientes para a preservação da cidade histórica da progressiva perda populacional e, conseqüentemente, da degradação do edificado e do espaço entendido como conjunto. Decorrente deste facto, têm sido consecutivamente postas em prática novas medidas de regeneração urbana que, tal como refere Portas (2003:81) têm *“quase exclusivamente incidindo na cidade consolidada e na valorização patrimonial e têm ocupado um papel central, alimentadas por situações cuja legitimação social e política é mais favorável junto da opinião pública: a revitalização dos centros históricos, reforçada pela tendência de patrimonialização, da identidade, e dos sectores económicos em expansão em áreas como o turismo e a cultura (...)”*.

Pode dizer-se, de forma resumida, tal como refere Gaspar (2005:387), que Portugal inicia o *“ciclo efectivo de salvaguarda e reabilitação dos centros históricos de cidades e vilas”* sob uma forte influência da conjuntura internacional no que a este assunto diz respeito. Refere ainda o mesmo autor que *“os objectivos principais são os de conservar e recuperar os conjuntos edificados de valor histórico-patrimonial, mantendo no local a sua população residente, recuperando monumentos, melhorando a habitabilidade dos edifícios, qualificando o espaço público e promovendo a dinamização económica e cultural local”*.

Decorrente desta preocupação crescente com os centros históricos, várias cidades iniciam o processo de reabilitação destes espaços, dos quais se destacam o Porto e Évora, cidades às quais se juntaram, posteriormente *“Beja, Miranda do Douro, Guimarães, Braga, Lisboa, Angra do Heroísmo, Lagos, Guarda, Sintra, Leiria, Óbidos, Almada...”* (Gaspar, 2005:388).

As intervenções nos centros históricos das referidas cidades e das que a estas se viriam a juntar vêm comprovar a crescente importância que estes espaços ocupam no seio das cidades, bem como na urgência que existem em solucionar os diversos problemas com os quais estes espaços se debatem. Passa-se pois a apresentar dois breves exemplos de intervenções realizadas em duas cidades: Guimarães e Guarda.

### 2.2.3.1 Exemplos de intervenções

Tem sido sobretudo no decorrer destas últimas décadas que os processos de reabilitação, reconversão e requalificação urbanas se têm feito notar com maior notoriedade, uma vez que, tal como refere Salgueiro (1999:392) foi nos anos oitenta do século vinte, que os centros históricos foram considerados como um dos problemas mais relevantes das cidades. Todavia, alguns exemplos de intervenções em centros históricos tenham já várias décadas de existência, como refere Tomé (2002).

Neste capítulo referir-se-á, ainda que de modo sucinto e algo descritivo, o exemplo de duas intervenções em cidades portuguesas de média dimensão.

Exemplo da preocupação contínua face ao espaço do núcleo histórico e da execução de medidas de reabilitação de um centro histórico foi o que se procedeu na cidade de Guimarães.

Tal como refere Brito Henriques (2003:473):

*“o centro histórico tornar-se-ia uma preocupação assumida da política municipal a partir de finais dos anos 70 e desde então nunca mais cessaria de o ser, vindo a receber a sua reabilitação uma especial atenção por parte das autoridades, a ponto de a esse projecto manterem dedicado gabinete próprio e de para ele terem vindo a canalizar continuamente uma percentagem do orçamento camarário que está entre as mais altas dos municípios portugueses”.*

Tratou-se de um processo moroso, uma vez que foi contemplado como alvo destas medidas, todo o centro histórico. Para que se fizesse uma avaliação concreta acerca das deficiências do espaço e quais as medidas concretas a realizar, foi constituído um Gabinete Técnico Local, no ano de 1981. Era função deste gabinete proceder a estudos sobre as características construtivas deste espaço, de forma a aconselhar da melhor forma possível os proprietários dos edifícios, tendo em conta a manutenção das particularidades do espaço, conservando o seu sentido de conjunto.

Tratou-se de um processo complexo, onde a preservação dos aspectos mais tradicionais, que lhe conferem uma imagem muito particular, foi sempre tida em conta, tentando preservar a imagem do centro histórico, melhorando as condições de higiene e salubridade dos edifícios, preservando as suas fachadas tradicionais, encerrando ruas ao tráfego automóvel e devolvendo ao peão determinados espaços públicos, nomeadamente praças.

Citando as palavras de Aguiar (1998), que descrevem com precisão este processo de intervenção pelo qual passou a cidade de Guimarães, pode entender-se um pouco melhor todo o trabalho realizado:

*“Se me pedissem a descrição, em poucas linhas, do essencial da experiência de conservação do património urbano de Guimarães eu destacaria logo, em poucos itens: (i) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a gentrification<sup>5</sup>; (ii) a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; (iii) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”) mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries.”*

E ainda:

*“considerou-se que as intervenções sobre o centro histórico deveriam propiciar uma reanimação funcional (e financeira) articulada com o processo de (re)qualificação urbanística do restante território (urbano e periurbano).”*

As intervenções realizadas no centro histórico de Guimarães tornaram-se, certamente, num exemplo a seguir por outras cidades, uma vez que viriam a receber diversos prémios de mérito. Seguramente como consequência do mérito de todas as intervenções realizadas, o centro histórico de Guimarães viria, no ano de 2001, a ser elevado à categoria de Património da Humanidade, pela UNESCO, e mais recentemente designada Cidade Europeia da Cultura pela Comissão Europeia, em 2012.

Esta reabilitação conseguiu também colocar a cidade na lista de cidades patrimoniais e na rota do turismo nacional e internacional, merecendo também de um esforço de marketing e publicidade que projectou a cidade como um destino cultural de grande qualidade. No entanto sendo o

---

<sup>5</sup> Segundo Salgueiro, T.B. (2001) e também Mendes, L. (2006), entende-se por gentrification ou enobrecimento urbano, de acordo com algumas traduções, o conjunto de processos de transformação do [espaço urbano](#) que ocorre, com ou sem intervenção governamental, nas mais variadas cidades do mundo e que passa a ser ocupado por pessoas de classe social superior.

centro histórico a montra da cidade de Guimarães, esta reabilitação não conseguiu (ainda) solucionar os problemas sociais e económicos da cidade como um todo e mesmo do concelho, existindo uma certa discrepância entre esta reabilitação física e cultural e um certo declínio económico que possui outras origens.

Um outro exemplo que colhemos para este trabalho, foi o processo de recuperação urbana no centro histórico da Guarda. Muito mais modesto, mas nem por isso menos meritório de referência, o processo de intervenção no centro histórico desta cidade, passou também diversas etapas.

No início da década de 80 do século XX, a situação em que se encontrava este espaço era, de facto, preocupante, dado o elevado grau de degradação em que se encontrava um grande número de edifícios, que Castro (1991: 35-39) considera mesmo de “*destruição avançada*”.

O centro histórico encontrava-se muito descaracterizado, devido à constante substituição de materiais tradicionais como a madeira, presente nos caixilhos das janelas e nas portas, por alumínio, a alteração das cores tradicionais e o reboco das casas.

No intuito de reverter esta situação, após a realização de um Seminário denominado “Vida nova nos velhos centros” – que surge do interesse da Fundação Antero de Quental e de alguns dos seus técnicos pela cidade da Guarda – a Câmara Municipal é aconselhada a fornecer apoio técnico aos municípios nos processos de reconversão urbana, assim como a tornar-se num exemplo através de obras exemplares que pudessem servir de modelo a demais intervenções. Deste processo resultou um percurso de aprendizagem moroso, cujos frutos apenas anos mais tarde começaram a fazer-se notar.

No decorrer deste processo, surge a criação de um regulamento de construção para o centro histórico, no qual se defende a preservação da imagem do granito como material característico e dominante.

Foram ainda realizadas algumas publicações com o intuito de sensibilizar e informar acerca de técnicas de restauro, decorrentes de cinco anos de experiência no apoio a obras particulares no centro histórico, do projecto MEREC – projecto desenvolvido por um grupo de técnicos

americanos da Tennessee Valley Authority, que de 1983 a 1986 desenvolveu vários projectos de gestão eficiente de recursos e energia.

Posteriormente, com a constituição de um Gabinete Técnico Local, foi possível implementar determinadas medidas de preservação do património, das quais o melhor exemplo termina sendo a Rua do Comércio, que melhorou consideravelmente a sua imagem, constituindo uma medida de divulgação a favor da causa dos centros históricos.

Mais recentemente a cidade da Guarda aderiu ao Programa Polis, em que um dos objectivos era “Requalificação do Centro Histórico com o incremento das áreas pedonais e a constituição de um espaço público de qualidade”;

Guimarães e Guarda constituem dois exemplos de cidades de dimensões diferentes e de localização geográfica também bastante distinta que, no entanto, apostaram, ainda que em escala e com resultados diferentes, na realização de determinadas medidas de reabilitação urbana, cujo objectivo central foi a beneficiação do espaço correspondente ao centro histórico e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Sem no entanto ter assumido as dimensões que o caso de reabilitação urbana teve na cidade de Guimarães, as intervenções realizadas na cidade da Guarda constituem um exemplo que deveria ser posto em prática noutros espaços, nomeadamente noutros centros históricos do interior do país, tão rico em património cultural.

#### **2.2.4 Conclusão**

Evolução do conceito de património desencadeia a necessidade de protecção dos centros históricos, considerados como elementos patrimoniais de relevo, pelo facto de constituírem conjuntos de interesse vernacular.

No entanto, nem sempre as preocupações com a sua salvaguarda foram as mais correctas e, durante muito tempo, as intervenções realizadas nos centros históricos mais não eram do que

medidas que consistiam na demolição de conjuntos edificados nas imediações dos monumentos que aí existiam, por forma a conceder-lhes maior visibilidade, não respeitando, por isso, a ideia de que o valor unitário do centro histórico reside no conjunto que o forma.

Posteriormente, as medidas mais frequentes passaram a ser as que contemplavam o arranjo de espaços públicos, nomeadamente a construção de infra-estruturas e a pavimentação de ruas, em paralelo com obras de “cosmética” de fachadas. Com estas obras pretendia-se transformar a cidade não num espaço vivo e vivido, mas reconverter os centros históricos em cidades museu, dedicadas sobretudo à prática da actividade turística.

Nos últimos anos, a concepção que se tem desenvolvido acerca dos centros históricos tem vindo a alterar-se. Cada vez mais se procura intervir nestes espaços para que voltem a ser locais de residência, espaços vividos, procurando colmatar o seu abandono e restabelecer as redes sociais outrora existentes. A preocupação em preservar a identidade dos centros históricos tem aumentado gradualmente, tornando-se cada vez mais evidente e para tal vão-se desenvolvendo cada vez mais medidas que contemplam cada vez mais o cidadão comum enquanto interveniente activo no processo de reabilitação dos centros histórico. A percepção que os habitantes dos centros históricos detém face a estes espaços pode, portanto, contribuir em grande medida para a realização de intervenções que preservem a sua imagem e identidade, tornando-se progressivamente espaços mais vividos.

A intervenção a realizar nos centros históricos não pode ser encarada numa perspectiva de musealização, antes pelo contrário, uma vez que os centros históricos são já tidos como espaços de futuro, capazes de contribuir, de forma inigualável, para solucionar alguns dos problemas com os quais as cidades actuais se deparam, nomeadamente com o fenómeno da excessiva expansão urbana e as questões que a ela são inerentes.

Para além destes aspectos, a patrimonialização dos centros históricos, entendidos como espaços intimamente ligados à criação da identidade das populações que neles vivem, constitui cada vez mais um factor de atracção turística. Este facto pode contribuir de forma concreta para o desenvolvimento de certas regiões e cidades mais deprimidas em termos económicos, através da dinamização da economia ligada à actividade turística.

Podemos então concluir que as intervenções no património, quer seja entendido como elemento unitário, quer como conjunto urbano, constituem uma mais-valia para as cidades e para os seus habitantes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.



Os processos de intervenção urbana que têm sido realizados, tal como os próprios conceitos de património, cidade histórica e centro histórico, são resultantes de um processo evolutivo, não estático. As intervenções urbanas são cada vez mais importantes nas cidades e nas sociedades actuais, que simultaneamente são também mais chamadas a contribuir com a sua percepção acerca do espaço em que habitam e onde trabalham e se deslocam, de modo a harmonizar os conhecimentos e obter melhores resultados.



### 3 Metodologia

*"If I could tell the story in words, I  
wouldn't need to lug a camera."*

Lewis Hine

Este capítulo apresenta e explica as metodologias específicas aplicadas neste trabalho, que por clareza de apresentação se divide em cinco partes

Tomando como princípio o interesse acerca da interpretação da percepção do espaço por parte de um conjunto de pessoas, tornou-se impreterível a aplicação de uma metodologia que nos permitisse alcançar tal objectivo. Sabendo, portanto, que a percepção consiste num processo cognitivo de leitura e interpretação de uma determinada realidade – ver Lowenthal (1961) e Tuan (1990) referidos no capítulo 2 – e que, devido a factores anteriormente mencionados, pode conduzir a que sobre o mesmo espaço se construam imagens distintas, é fundamental o recurso a determinadas técnicas que permitam compilar informação sobre a percepção que vários indivíduos têm face ao mesmo espaço. Esta informação pode ser utilizada para analisar as alterações ou transformações do espaço que diferentes pessoas estariam dispostas a aceitar, ou, por outro lado, que consideram razoáveis.

Após a selecção do caso de estudo, o centro histórico de Trancoso, tornou-se necessário a aplicação de metodologias que permitissem a realização de um estudo conciso acerca do espaço. Para tal, optou-se pelo recurso à "photo-elicitation" e ao "scenario-visualisation". Para a realização do presente estudo optou-se pela divisão em cinco partes distintas que passamos a descrever.

Numa primeira fase, foi estudado o centro histórico de Trancoso, nomeadamente as suas características e enquadramento geográfico, histórico e morfológico, de forma a perceber melhor o espaço, a sua configuração e as suas necessidades mais prementes de intervenção. Esta fase

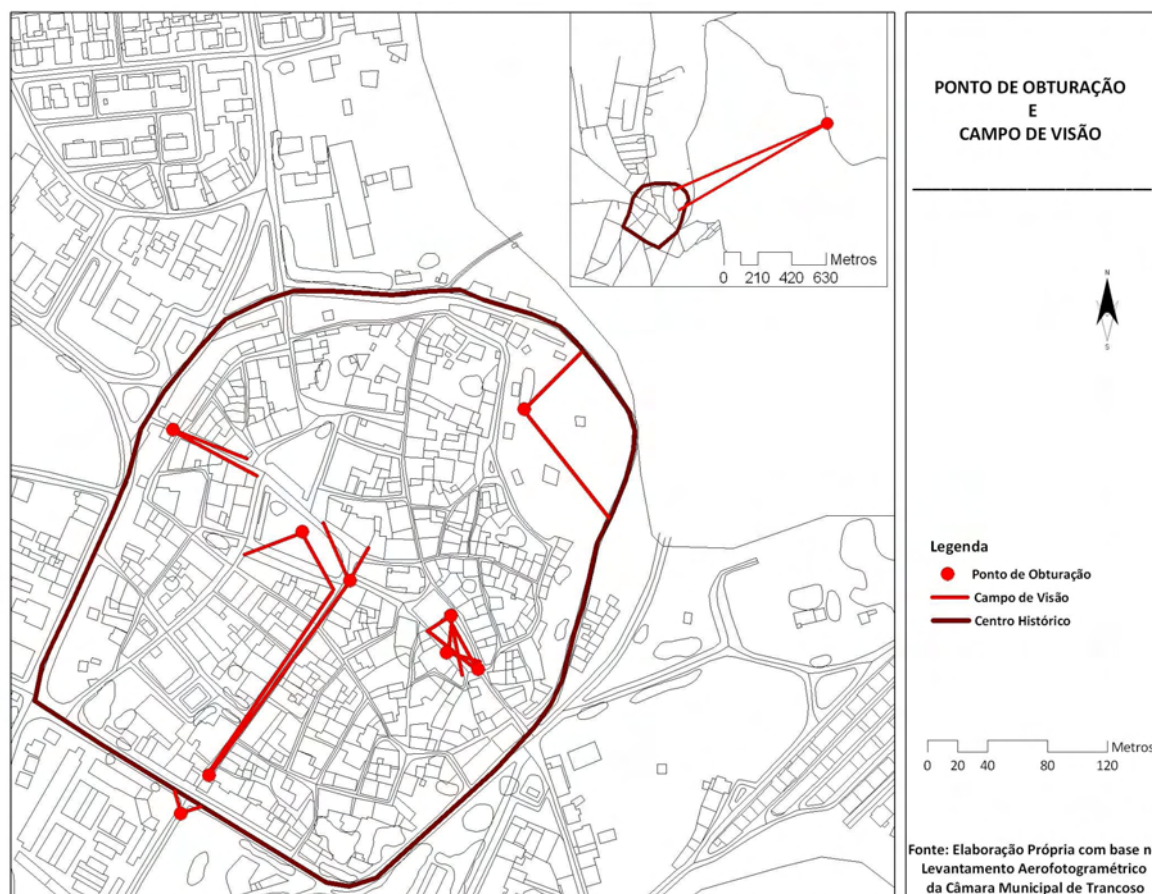
implicou um conhecimento profundo do terreno e caracterizou-se pelo percorrer das diversas artérias da vila e pela observação de aspectos que vão desde os elementos arquitectónicos até às práticas sociais.

Numa segunda fase, foram seleccionados e posteriormente fotografados dez locais do centro histórico: Portas d'El Rei, Rua da Corredoura, Praça D. Dinis – mais conhecida como Largo da Avenida, designação que assumiremos –, Largo do Pelourinho, Largo Luís Albuquerque – cujas propostas de intervenção se focaram em três espaços distintos: edificado a Norte do largo, edificado a Sul do largo e o largo em si mesmo – Rua Xavier da Cunha, o espaço envolvente ao Castelo e o Castelo propriamente dito.

A escolha destes espaços encontra uma justificação no facto de serem todos eles locais em que uma intervenção urbana de reabilitação é urgente, como forma de valorização do espaço. Trata-se de espaços com uma grande importância “estratégica”, uma vez que constituem, na sua maioria, locais de circulação quase obrigatória, quer para quem reside, quer para quem visita o centro histórico. Trata-se das principais ruas de acesso a este espaço, que se encontram rodeadas por edifícios que necessitam de uma intervenção no que respeita às fachadas, que se encontram bastante descuidadas, mas também às ruas, nas quais a circulação automóvel constitui um problema devido às suas dimensões reduzidas. Para além das fachadas e da questão da circulação, outro aspecto tido em conta, aquando da selecção dos espaços a tratar, foi a questão da vivência do espaço, retratada através das propostas para largos e espaços abertos, nomeadamente o Largo Luís Albuquerque e a envolvente do Castelo.

Os locais foram seleccionados tendo em conta dois critérios: um deles, foi que estes permitissem uma ligação entre si, construindo-se como que um percurso entre as Portas d'El Rei e o Castelo, passando pelos locais mais emblemáticos da cidade, como é a Rua da Corredoura, o Largo do Pelourinho e o Largo da Avenida, que por sua vez ligam outras duas portas da cidade, as Portas do Prado e as Portas de S. João. Por outro lado, a escolha recaiu sobre estes espaços por se tratarem de espaços facilmente identificáveis na malha urbana para os inquiridos.

No mapa que se segue (**mapa 1**), podem ver-se os pontos de onde foram tiradas as fotografias, em que o ponto representa o local aproximado de onde foi tirada a fotografia e as linhas representam o campo de visão.



**Mapa 1 – Campo de Visão e Ponto de Obtenção das Fotografias**  
**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara Municipal de Trancoso**

Num terceiro momento, tendo por base as fotografias tiradas que retratam a situação actual, recorrendo a programas de tratamento de imagem, nomeadamente Adobe Photoshop CS2 e Macromedia Fireworks MX 2004, foram feitas alterações nas imagens, criando cenários possíveis de intervenção. Para cada um dos espaços seleccionados foram “construídos” vários cenários, que incluem alterações nas fachadas, nos passeios, no mobiliário e vegetação urbanos e na iluminária/iluminação dos espaços. Relativamente à iluminária, foram criados novos “ambientes visuais” com a introdução de cores diferentes, mais fortes e mais variadas, tal como pode ser visto nas propostas sugeridas para as Portas d’El Rei e para o Castelo (ver inquérito em anexo questões 1 e 10). Foram ainda sugeridas alterações para os candeeiros que fazem a iluminação dentro do centro histórico, nomeadamente para as ruas da Corredoura e Xavier da Cunha e para o Largo Luís Albuquerque (ver questionário em anexo, questões 2, 7 e 8), assim como para os holofotes que iluminam o castelo (questão 9 do questionário em anexo). No que respeita à introdução de

mobiliário e vegetação urbanos, encontram-se destacados nas propostas apresentadas para o Largo Luís Albuquerque, onde se optou pela colocação de mobiliário urbano como bancos ou cadeiras e mesas, fontanários e candeeiros, mas também algumas árvores (ver questão 7 do inquérito em anexo). Relativamente a propostas de alteração das fachadas, são sobretudo visíveis nas propostas de intervenção realizadas para as casas do Largo da Avenida, do Largo do Pelourinho e do Largo Luís Albuquerque, tal como pode ser confirmado através as imagens apresentadas nas questões 3, 4, 5 e 6, respectivamente, presentes em anexo.

Podemos dizer que nas diversas propostas que foram elaboradas para os vários espaços, optou-se por tentar apresentar alguns cenários mais conservadores e outros mais “pós-modernos”. Este jogo entre conservadorismo e pós-modernismo teve como finalidade uma certa provocação dos inquiridos, na tentativa de despoletar a crítica e a memória latente, tentando deslindar a própria imagem que cada um deles possui acerca dos espaços seleccionados para este estudo.

No que se refere a cenários mais conservadores podemos referir os das fachadas, sobretudo aqueles em que se optou pela pedra enquanto único material de revestimento, ou quando o branco é utilizado como única cor das fachadas, tal como se pode verificar nas seguintes imagens (Imagens 1 e 2):



**Imagem 1 – Largo da Avenida – Revestimento das fachadas em pedra**



**Imagem 2 – Largo da Avenida – Fachadas pintadas de branco**

No respeitante a cenários mais “pós-modernos”, podem referir-se cenários tais como o representado pela imagem que se segue, em que se sugere que se representem nas paredes os principais monumentos da cidade, desenhando-os, tipo graffiti (**Imagem 3**).

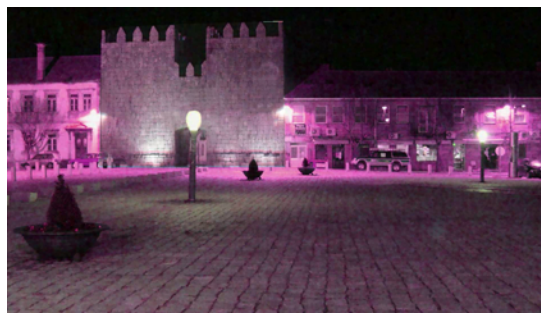


**Imagem 3 – Largo da Avenida – Fachadas pintadas a branco com desenhos dos monumentos pintados nas paredes**

Para além deste, podem ainda ser considerados cenários mais arrojados os constituídos pela mudança de cor na iluminação quer das Portas d’El Rei, quer do castelo (**Imagens 4, 5, 6 e 7**), uma vez que são responsáveis pela mudança significativa do ambiente visual, constituindo um grande impacto visual, tal como se pode verificar através das imagens que se seguem, representativas de alguns desses cenários supra mencionados (os restantes cenários podem ser vistos no inquérito presente em anexo). A prática de alterar a cor da iluminação em diversos locais das cidades tem-se tornado cada vez mais recorrente como refere Gardner (2006:366) “*extensive use of colour features and projections by local authorities as a supposedly magic panacea for projecting and marketing their town or city’s identity*”, fazendo referência a espaços como Fairfield Halls em Croydon – UK, ou Bull Ring em Birmingham, entre outros.



**Imagem 4 – Portas d’El Rei – Iluminação Alternativa - 1**



**Imagem 5 – Portas d’El Rei – Iluminação Alternativa - 2**





**Imagem 6 – Castelo – Iluminação Alternativa - 1**



**Imagem 7 – Castelo – Iluminação Alternativa – 2**

Num quarto momento, mediante os cenários criados para cada um dos locais seleccionados, foi desenhado um questionário, cujo objectivo foi registar a ideia da população inquirida através de uma escala constituída entre os valores um (1) e cinco (5), em que 1 correspondia a uma intervenção considerada muito boa, 2 uma intervenção boa, 3 uma intervenção razoável, 4 uma intervenção má e 5 uma intervenção muito má (ver questionário em anexo). Através dos inquiridos foi ainda possível recolher outro tipo de informação de cariz qualitativo, nomeadamente através de um campo onde era possível registar observações feitas pelos inquiridos face ao espaço – centro histórico, intervenções propostas, outras intervenções desejáveis. Foi também possível perceber se havia interesse por parte dos inquiridos em manifestar a sua opinião face a possíveis intervenções a decorrer neste espaço em concreto. Para que não restassem quaisquer dúvidas, foi explicado aos inquiridos que os cenários apresentados não eram representativos de alterações concretas a realizar nos próximos anos, mas sim imagens possíveis de obter, caso o centro histórico sofresse determinadas intervenções.

Por último, foram realizadas entrevistas a alguns dos inquiridos que, aquando da realização do inquérito, se mostraram disponíveis para um contacto posterior, com a finalidade de responderem a uma entrevista subordinada ao mesmo tema. A realização da entrevista, teve, portanto, uma preparação prévia, uma vez que, para este segundo contacto, foram antecipadamente entregues cópias dos cenários criados e mostrados nos inquéritos, de modo a que os entrevistados pudessem perceber as propostas criadas. Foi depois acordado com os entrevistados uma deslocação pelo centro histórico, seguindo o percurso estabelecido pela sequência das questões dos inquéritos, ainda que se permitisse uma certa flexibilização do



percurso, em que o entrevistado poderia conduzir o entrevistador até locais por ele considerados relevantes.

Tratando-se de uma entrevista, foi apenas seguido um guião, que pretendia abordar determinados conteúdos fundamentais - Elementos representativos; Elementos dissonantes; Tradição *versus* Autenticidade; Estética das Fachadas; Circulação Automóvel – para a compreensão da imagem percebida pelo entrevistado, deixando, portanto, que este tivesse uma certa liberdade de resposta.

Segue-se uma descrição mais pormenorizada dos dois métodos utilizados para a concretização dos inquéritos.

### 3.1 Photo-Elicitation

O processo de *photo elicitation* - também referido em alguma bibliografia como “photo-interviewing” e “projective-interviewing”- tal como refere Harper (2002:13) “*is based on the simple idea of inserting a photograph into a research interview.*” Trata-se portanto de uma técnica cuja implementação não é de todo complexa e cujas vantagens podem ser bastante consideráveis, uma vez que permite ao entrevistador obter informação distinta e mais complexa do que obteria através de um inquérito convencional. Harper (2002:13) justifica o facto referindo que “*the difference between interviews using images and text, and interviews using words alone lies in the ways we respond to these two forms of symbolic representation*”. Ainda segundo o mesmo autor, tal facto encontra um fundamento que se prende com a componente física do ser humano, na medida em que o processamento de imagens por parte do cérebro encontra-se muito mais evoluído do que o processamento de informação verbal, o que faz com que a reacção à imagem por parte dos entrevistados seja mais favorável. “*Thus images evoke deeper elements of human consciousness than do words (...). These may be some of the reasons the photo elicitation interview seems like not simply an interview process that elicits more information, but rather one that evokes a different kind of information*” (Harper, 2002:14). Ora, desta forma, pretende-se incitar a memória latente e reduzir determinados “mal-entendidos” que poderiam,

eventualmente, derivar de uma descrição verbal de determinado espaço, pois encontram-se representados na fotografia.

Antes de prosseguir com a descrição deste processo, torna-se necessário conhecer um pouco do historial de utilização deste método.

Trata-se de um processo referido pela primeira vez em 1957 pelo fotógrafo e investigador John Collier, membro de uma equipa de investigação da Cornell University, que pesquisava acerca da saúde mental das comunidades em mudança das províncias marítimas do Canadá. Este investigador propôs a introdução de fotografias nos inquéritos como forma de solucionar um problema relativo à concordância das categorias relativas à qualidade das casas na área de investigação. Como resultado do recurso a este método, os investigadores sentiram que as fotografias haviam avivado a memória dos inquiridos e reduzido os mal-entendidos face às questões de vocabulário, assim como potenciado conteúdos mais precisos, o que de facto demonstra as potencialidades do recurso a este tipo de inquéritos.

Tal como refere Harper (2002:14) *“photo-elicitation has played a great role in recent developments in visual sociology, (...) has also crept into the disciplines of psychology (Sustik 1999), education (Dempsey et al. 1994; Smith et al. 1999) and organizational studies (Buchanan 1998), but to this point is treated as a waif on the margins rather as a robust actor in a developing research traditions.”* Para além das ciências referidas, também na Geografia este método tem tido aplicabilidade, como se pode comprovar pelo trabalho de Pato e Silva (2006) sobre a experiência urbana dos jovens e a identidade dos lugares que configuram os seus espaços de vida, no qual foi pedido a um grupo de jovens que registassem, utilizando máquinas fotográficas descartáveis, e posteriormente comentassem um conjunto de fotografias ilustrativas dos espaços públicos nos quais decorre o seu dia-a-dia.

No documento *“Photo-Elicitation as a Research Method for Investigating Conceptions of Engineering”* – Purdue University (2007:1) – é ainda referido que *“photo-elicitation is a qualitative inquiry approach that provides a means for deeply understanding the perspectives and experiences of people, their beliefs, and how they understand their worlds.”* É ainda referido no mesmo documento que *“photo elicitation provide information about settings and factual information and can be used to probe participants about how they define their world.”* É ainda mencionado que as fotografias, por elas próprias, são apenas ferramentas incapazes de constituir uma investigação. Contudo, quando combinadas com outras técnicas, podem conduzir a

importantes dados qualitativos, que podem acrescer conhecimento acerca das concepções pessoais. *"[Photos] also correspond to how people think visually, elicit longer and more comprehensive accounts than interviews, elicit values and beliefs, and connect to core definitions of the self to society, culture, and history"* (Purdue University ,2007:1)

Acerca do potencial desta técnica, Parker (2005:1) refere que *"it reveals a strong potential for contextualized, interpretative and critical discovery offered through photo-elicitation's foundations in anthropology, ethnography and visual sociology."* Para além destas potencialidades é ainda de salientar que, para os entrevistados, a fotografia pode servir para avivar memórias e ajudar na construção de uma ideia face ao espaço, oferecendo detalhes e pistas que fazem recordar o contexto dos eventos retratados, promovendo, de certo modo, uma reconstrução do espaço no contexto na sua reconversão.

Deste modo, ao recorrer a esta metodologia da aplicação de fotografias nos inquéritos efectuados, pretendeu-se estimular os inquiridos de modo a poder obter outro tipo de informação acerca da imagem que constroem do espaço, da percepção que detém do centro histórico de Trancoso. Pretendeu-se, ainda, auscultar a opinião da população sobre os cenários propostos e, simultaneamente, perceber a sua disponibilidade para a mudança e para a participação em aspectos relacionados com o planeamento e ordenamento do território, neste caso em concreto, de um centro histórico. Não foi descurado o facto de que as respostas dadas pela população se prendem, de uma forma marcante, com a percepção que cada um detém do centro histórico, face à sua própria vivência do espaço. De tal facto resulta uma maior ou menor resistência à mudança, face a cenários mais arrojados, e mesmo relativamente a questões como a circulação viária ou a alusão a determinados elementos dissonantes.

Como reflexo do aumento de pormenor e da compreensão do espaço retratado na fotografia, pode considerar-se, de certa forma, um aumento do tempo de resposta ao inquérito, uma vez que a memória visual do espaço é mais dilatada e capaz de suscitar mais informação acerca da percepção do espaço.

Para além da introdução de fotografias do espaço, recorreremos a um outro método que consiste em construir cenários alternativos à situação actual, a qual serve de base, e posteriormente

apresentá-los à população, neste caso através dos inquéritos. É precisamente esse método que passamos a descrever no ponto seguinte.

### 3.2 Scenario Visualisation

De uma forma geral, poder-se-ia dizer que o processo de scenario visualisation consiste na visualização de cenários possíveis para uma determinada realidade. Contudo, antes de perceber concretamente o conceito de scenario visualisation, é de toda a pertinência perceber de que forma deve ser aqui entendido o conceito de cenário, visto ser possível atribuir a esta palavra vários significados.

Tal como refere Harvey (2008:198), *“a palavra cenário tem uma interessante etimologia e uma ainda mais interessante variedade de sentidos em diferentes línguas, de tal modo que, se em latim – scaenarium – se entende como o lugar da cena, do teatro, em português, de uma forma geral, define o conjunto de elementos que criam a ilusão de um lugar onde ocorre uma acção dramática”*. Ainda segundo o mesmo autor, (2008:200) é possível, *“a partir da palavra cenário reconectar a dimensão física às acções, ou em outras palavras, queremos associar os arranjos espaciais aos comportamentos e, a partir da daí, poder interpretar suas possíveis significações”*.

Segundo Tress et al. (2003:192) *“the term “scenario” is used to describe very different kinds of future-oriented studies: trend analyses, prognoses, forecasts, variant analyses, sensitivity analyse, or a snapshots of what might be.”*

Por outro lado, Steinitz et al., (in Lange et al., 2007:3), refere-se a cenário *“as an outline or plot for a future of a landscape.”* Lange et al. (2007:3), citando Ringland, destaca a importância de transmitir o conteúdo dos cenários, uma vez que *“scenarios are about ideas, and ideas are notoriously difficult to communicate”*.

No entanto, pode partir-se para uma definição mais concreta, tendo em conta o nosso objectivo. Seguiu-se, para assegurar tal intuito, a descrição efectuada por Tress et al. (2002:162), na qual o cenário é encarado *“as a description of the current situation, of a possible or desirable future state as well as a series of events that could lead from the current state of affairs to this future state.*

*Scenarios present stylised constructions of possible future developments, sometimes quite deliberately in the form of stereotypes, archetypes, optimum or doomsday situations, or other extremes.*” Ainda segundo o mesmo autor, os cenários não representam as previsões mais realistas para o futuro, isto é, não se trata de prognósticos. Permitem, no entanto, desenvolver determinadas alternativas acerca do futuro da paisagem, caso ocorram determinadas situações. Não se trata, também no nosso caso de estudo, da criação de prognósticos, mas de representações do que poderia acontecer ao espaço caso fossem implementadas determinadas opções. Palang *et al.* (2000:86) refere que a paisagem actual – paisagem aqui entendida como a expressão visual resultante da soma de objectos e processos numa dada localidade, num determinado tempo – resulta de certas alternativas no passado que podem ser restauradas através do recurso de mapas antigos, fotografias e descrições. Ao mesmo tempo, a paisagem é detentora de potencialidades futuras que dependem das decisões tomadas no presente.

Palang *et al.* (200:86) refere ainda que *“scenarios should be based on landscape history and provide options for future development (...) creating scenarios is not an aim in itself, it provides insights into mechanisms and outcomes of future landscape change”*.

Mediante tudo o que atrás foi mencionado, neste trabalho procurou-se criar um conjunto de cenários possíveis de implementar para cada um dos dez espaços seleccionados no centro histórico de Trancoso, de modo a que se conseguissem visualizar determinadas alternativas, mediante a opção da introdução de determinados elementos. Para tal, recorreu-se ao uso de programas informáticos que permitiram modificar fotografias que retratam a situação actual, permitindo a construção de cenários alternativos. Em alguns casos, nomeadamente no que respeita à cor das fachadas dos edifícios, procurou-se adoptar algumas alternativas que retratassem as cores tradicionais. Noutros cenários, optou-se pela introdução de novos elementos, capazes de alterar significativamente a situação actual.

No que respeita às Portas d’El Rei, os cenários criados relacionam-se com a alteração na cor da iluminação deste espaço. Trata-se de cenários bastante arrojados que, no entanto, não pretendem constituir um fim em si mesmos, mas mostrar alternativas à situação actual (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 1).

Na Rua da Corredoura, as alterações propostas nos diferentes cenários criados pretendem reproduzir alternativas com a introdução de mobiliário urbano, nomeadamente floreiras, candeeiros e esplanadas, o que não só modifica a leitura do espaço como, de certa forma, resulta

em algumas alterações na questão da circulação automóvel (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 2).

Relativamente ao Largo da Avenida, as propostas apresentadas pretendem recriar cenários alternativos para as cores e materiais das fachadas dos edifícios, que passam desde a utilização da pedra, até à pintura das fachadas com diversas cores. Este tipo de cenários foi ainda utilizado para os edifícios do Largo do Pelourinho e para os edifícios do Largo Luís Albuquerque (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questões 3, 4, 5 e 6).

No que respeita ao Largo Luís Albuquerque em si mesmo, os cenários criados retratam a introdução de elementos arbóreos e de diversos elementos de mobiliário urbano, como candeeiros, bancos e fontanário, contendo ainda, alguns cenários, a representação de lugares de estacionamento (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 7).

Os cenários criados para a Rua Xavier da Cunha representam possíveis alterações no que respeita aos telhados dos edifícios e ao mobiliário urbano, que, tal como sucedia já nos cenários criados para a Rua da Corredoura, têm influência na circulação automóvel (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 8).

Para a envolvente do Castelo, os cenários criados prendem-se com a introdução de mobiliário urbano, nomeadamente bancos, papeleiras e painéis informativos, assim como a alteração dos focos de iluminação (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 9).

No caso dos cenários criados para o Castelo, prendem-se, tal como sucedeu com as Portas d'El Rei, com a alteração da cor da iluminação do monumento e sua área envolvente (ver conjunto de cenários no questionário em anexo, questão 10).

Mais do que avaliar o interesse da população por cada um dos cenários apresentados, o conjunto dos cenários criados para os diferentes espaços pretendia não só dar a conhecer alternativas que poderiam eventualmente ser adoptadas, e ainda de que forma a população inquirida reagia ao uso desta metodologia, assim como tentar perceber de que forma os referenciais que construíram acerca do centro histórico, de Trancoso, a sua percepção individual do espaço, influencia a sua opinião acerca da mudança.

### 3.3 Organização e aplicação da metodologia

Para que se cumprissem os objectivos delineados neste trabalho, tal como supra referido na metodologia proposta, foi necessária a realização de inquéritos e entrevistas que permitissem auscultar a percepção da população face ao espaço urbano, mais concretamente face ao centro histórico da cidade de Trancoso, que adoptámos para estudo de caso.

Deste modo, considerou-se oportuno a divisão da metodologia em duas fases distintas: uma primeira fase que decorre da aplicação de inquéritos e uma segunda fase correspondente à realização de entrevistas.

Neste contexto e decorrente da prática relativa à realização de inquéritos, foi realizado um “pré-teste” com o objectivo de verificar possíveis lacunas que pudessem interferir ou condicionar a participação dos inquiridos. Realizaram-se cinco “pré-testes”, através dos quais se concluiu que o número de cenários apresentados para cada um dos espaços seleccionados era muito elevado, condicionando as respostas, na medida em que se tornava demasiado moroso e confuso para os inquiridos. Desta situação resultou um ajuste, ou seja, uma redução do número de propostas para cada questão, diminuindo o tempo gasto por pergunta, tornando-se, também, menos confuso, dada a redução de hipóteses a avaliar.

Pode considerar-se que o inquérito se encontra dividido em três partes distintas: primeiro é apresentada uma breve apresentação do trabalho, uma justificação face aos locais seleccionados e a escala de classificação dos cenários propostos para cada uma das questões/locais. Em seguida, apresenta-se um espaço destinado ao número do inquérito e aos dados relativos ao inquirido, dos quais não consta o nome, visto tratar-se de inquéritos anónimos. A terceira parte é constituída pelas várias questões e respectivos cenários de intervenções propostos para cada um dos espaços considerados no presente estudo.

Após a realização do “pré-teste” foram realizados 25 inquéritos, entre os meses de Novembro e Dezembro, no centro histórico de Trancoso, com uma taxa de resposta de aproximadamente 71.4%. Em média, a aplicação de cada inquérito demorou cerca de 30-35 minutos.

É de salientar o facto de, após uma certa resistência inicial por parte de alguns dos inquiridos em participar na resposta aos inquéritos, muitos viriam a revelaram-se bastante críticos e

colaborantes, face à apresentação de fotografias, fazendo observações quer aos cenários criados, quer à situação actual do centro histórico, tendo por base a sua leitura do espaço e, por vezes, memórias do espaço noutros tempos.

Numa segunda fase do nosso trabalho, foram realizadas seis entrevistas, cujo objectivo era o de aprofundar e enriquecer o estudo da percepção que os inquiridos têm deste mesmo espaço e acerca da imagem que constroem do próprio centro histórico.

O recurso à entrevista justifica-se como forma de complementar a informação obtida através dos inquéritos por questionário realizados, de modo a obter informação qualitativa que nos permita a obtenção de dados mais concretos e detalhados acerca da percepção que os inquiridos têm acerca do espaço em estudo.

A selecção dos entrevistados fez-se mediante a disponibilidade demonstrada aquando da realização dos inquéritos, uma vez que foi perguntado a todos os inquiridos acerca da sua disponibilidade para a realização de uma entrevista, a decorrer posteriormente, a qual pressupunha uma deslocação pelos diferentes espaços retratados pelas fotografias, de forma a fazer o percurso delineado. Deste modo, o número de entrevistados – seis – resulta dos inquiridos que se mostraram disponíveis para um contacto posterior, aos quais foi pedido o contacto para a marcação da entrevista.

Como forma de preparar a entrevista, foram fornecidas aos entrevistados, com alguns dias de antecedência, cópias dos cenários representados nos inquéritos, para que, sobre eles o entrevistado pudesse reflectir e criar uma certa familiaridade com as propostas apresentadas, de modo a que se tornasse possível uma abordagem mais directa acerca dos elementos considerados mais importantes.

Para a realização da entrevista, foi seguido um guião (ver em anexo), cujo objectivo era conduzir o entrevistado a abordar questões relativas aos i) elementos representativos, ii) elementos dissonantes, iii) tradição *versus* autenticidade, iv) estética das fachadas e v) circulação automóvel, sem que, no entanto, se tornasse restritivo, isto é, foi permitido aos entrevistados abordarem outras questões que julgassem pertinentes no decurso da entrevista.

Para além da flexibilidade dos temas a abordar, foi também concedida alguma elasticidade nos trajectos efectuados com os entrevistados, de modo a que, estes pudessem conduzir a entrevista por alguns espaços que considerassem pertinentes, e que de certo modo constituíssem parte da



sua imagem do lugar e contribuísem para a percepção do centro histórico enquanto espaço unitário.

A duração de cada entrevista foi muito variada, de tal modo que a mais longa se prolongou por sessenta minutos, face à mais breve, que decorreu em apenas aproximadamente quinze minutos. Esta discrepância em termos temporais deve-se sobretudo ao conhecimento que cada um dos entrevistados detém acerca do centro histórico, uma vez que, ainda que todos os entrevistados tenham alguma ligação a este espaço, constitui para alguns o seu local de trabalho e/ou residência, enquanto que para outros constitui apenas um local ao qual se deslocam para usufruir de serviços, compreendendo-se, portanto, um menor conhecimento deste espaço.

Após a conclusão do processo de realização e análise de inquéritos e entrevistas, pode concluir-se que – não sendo objectivo do presente trabalho a obtenção de uma vasta amostra de dados, mas sim de um número que permitisse iniciar um debate acerca da percepção do espaço – vinte e cinco inquéritos constituem um número razoável para a obtenção de um leque considerável de perspectivas acerca dos cenários propostos, da imagem do centro histórico e da funcionalidade da metodologia em questão. A realização de um maior número de inquéritos resultaria na necessidade de realizar um tratamento estatístico da informação obtida, não sendo de todo objectivo do presente trabalho a recolha e tratamento de informação quantitativa.

No que concerne a um maior número de entrevistas, poderia ser interessante, na medida em que poderia trazer novas perspectivas acerca da percepção e da construção da imagem que é construída acerca do centro histórico de Trancoso. Talvez fosse, inclusive, interessante realizar entrevistas a pessoas que não tivessem respondido previamente ao inquérito. No entanto, as limitações temporais para a realização desta investigação terminaram por condicionar o número de entrevistas realizado. Não obstante o facto de o número de entrevistas não ter representatividade em termos numéricos refira-se uma vez mais que não era intuito deste trabalho obter valores com representatividade estatística, mas sim reunir um conjunto diversificado de perspectivas que permitisse abrir a discussão acerca da percepção do espaço. Sendo este o âmago do nosso trabalho, as entrevistas realizadas revelaram-se suficientes para o início de uma alteração capaz de cumprir o objectivo supramencionado, uma vez que permitem obter várias perspectivas acerca da percepção do centro histórico de Trancoso e dos elementos que mais contribuem para a construção da imagem deste espaço. Considera-se, portanto que a amostra cumpre os objectivos do trabalho.



## **4. Estudo de caso: o centro histórico de Trancoso**

Proceder-se-á neste capítulo à descrição do estudo do centro histórico da cidade de Trancoso.

Por uma questão de organização metodológica, optou-se pela divisão do presente capítulo em três subcapítulos: o subcapítulo 4.1 corresponde à descrição e caracterização do centro histórico da cidade de Trancoso, o subcapítulo 4.2 relativo aos resultados alcançados e o subcapítulo 4.3 relativo às conclusões.

O subcapítulo 4.1 – Descrição e Caracterização do Centro Histórico de Trancoso, apresenta o caso de estudo, onde se encontra descrito o seu enquadramento geográfico, histórico e as suas características morfológicas, de modo a melhor compreender o espaço que seleccionámos para estudo de caso. Por seu turno, no subcapítulo 4.2 serão discutidos os resultados alcançados durante a realização do estudo de caso. Por último, no ponto 4.3 apresentam-se as conclusões retiradas de todo este processo de investigação face à metodologia adoptada.

### **4.1 Descrição e Caracterização do Centro Histórico de Trancoso**

Neste subcapítulo pretende apresentar-se o caso de estudo seleccionado através da sua caracterização concreta, possível através do ‘Enquadramento Geográfico’, correspondente ao ponto 4.1.1; do ‘Enquadramento Histórico’ correspondente ao ponto 4.1.2; da ‘Caracterização Sócio-demográfica’, presente no ponto 4.1.3; e da ‘Caracterização Morfológica do Centro Histórico de Trancoso’, presente no ponto 4.1.4.

Serão, portanto, abordados ao longo deste subcapítulo os aspectos geográficos, históricos, sociais e morfológicos, que julgámos mais pertinentes para descrever e caracterizar o centro histórico de Trancoso, que, dadas as suas características tão peculiares, pensou-se ser meritório o seu estudo. Muito embora as dimensões relativamente reduzidas deste espaço pudessem ser entendidas como elemento dissuasor para a realização de um trabalho desta natureza, as suas características particulares que o transformam num espaço com uma unidade estrutural tão definida, e

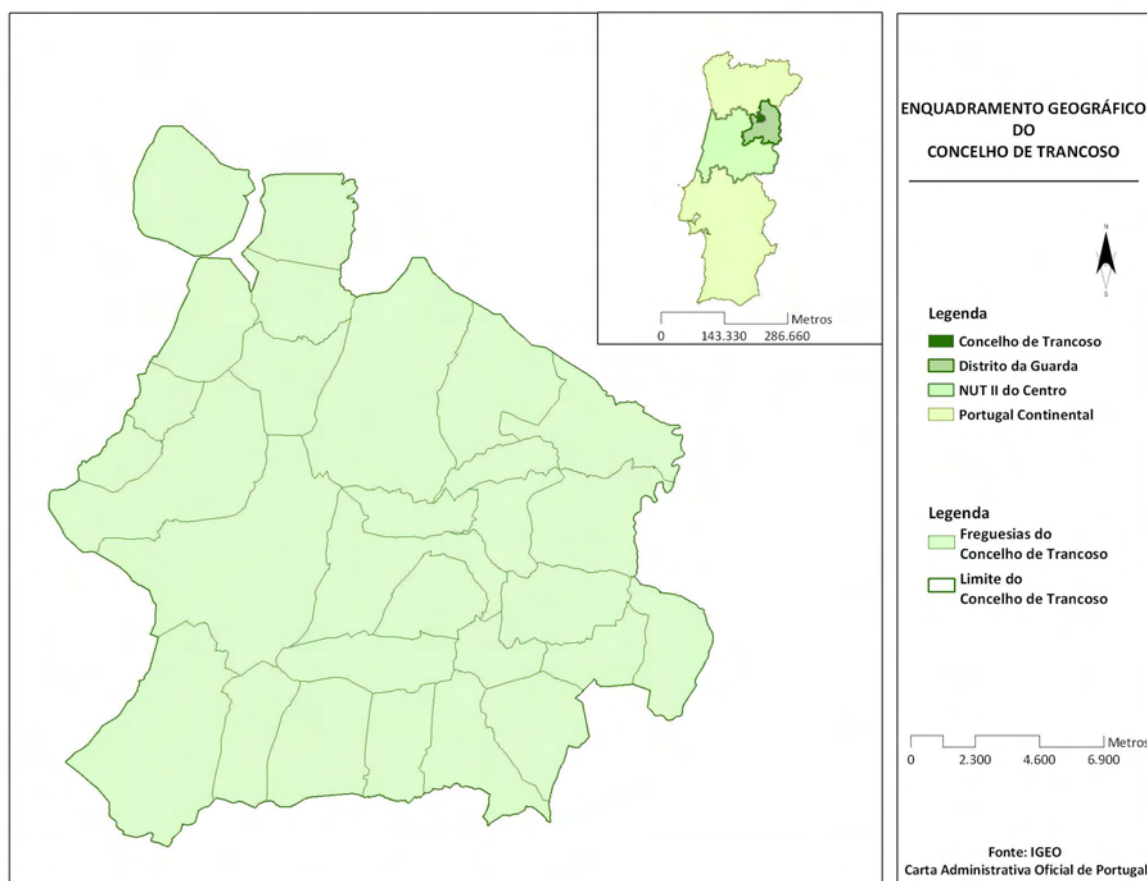
perfeitamente identificável no seio da cidade, revelaram-se de grande importância de modo a justificarem a sua escolha.

#### **4.1.1 Enquadramento Geográfico**

A compreensão de qualquer território só é possível quando procedemos ao seu enquadramento, uma vez que tal como refere Carvalho (1989:9) *“nenhum núcleo urbano surge do nada, à margem de enquadramento humano e geográfico”*.

Uma vez que, durante séculos, os factores geográficos foram determinantes para a escolha de um determinado território, enquanto espaço de fixação humana, e visto que assim sucedeu com a primitiva ocupação humana do território que actualmente conhecemos como Trancoso, é de toda a pertinência iniciarmos a análise do caso prático explorado neste trabalho, apresentando o enquadramento histórico-geográfico, entendendo aqui, que a componente histórica se prende com a vertente humana/enquadramento humano do território.

No que respeita à sua localização em termos administrativos, a Vila de Trancoso, sede concelhia, elevada à categoria de cidade no ano de 2004, localiza-se na Região Centro de Portugal, mais concretamente, na NUTIII da Beira Interior Norte e pertence ao Distrito da Guarda, onde se localiza a Noroeste, confrontado já com concelhos do distrito de Viseu (**mapa 2**).



**Mapa 2 – Enquadramento Geográfico do Concelho de Trancoso**

**Fonte: Elaboração Própria através da cartográfica do IGEO – Carta Administrativa Oficial de Portugal**

Em termos de localização geográfica, a cidade de Trancoso encontra-se situada em pleno Planalto Beirão, mais precisamente num espaço de transição entre o Planalto da Nave e a superfície da Meseta. Situa-se numa posição estratégica, no ponto mais alto do planalto, conferindo-lhe não só um elevado poder defensivo, uma vez que, a Nascente e a Norte os seus limites terminam numa vertente bastante acentuada e de difícil acesso, como lhe proporciona, consequentemente, um grande domínio visual sobre uma vasta extensão de território que se alarga quase até terras de Espanha, permitindo visualizar os castelos de Almeida, Guarda, Moreira de Rei e Pinhel, factor determinante para a remota fixação humana verificada neste espaço.

Muito se tem escrito sobre a localização geográfica deste território, como podemos confirmar pela enfática descrição feita no *Dicionário Enciclopédico das Freguesias* (1997:405), que inicia a sua referência a Trancoso da seguinte forma:

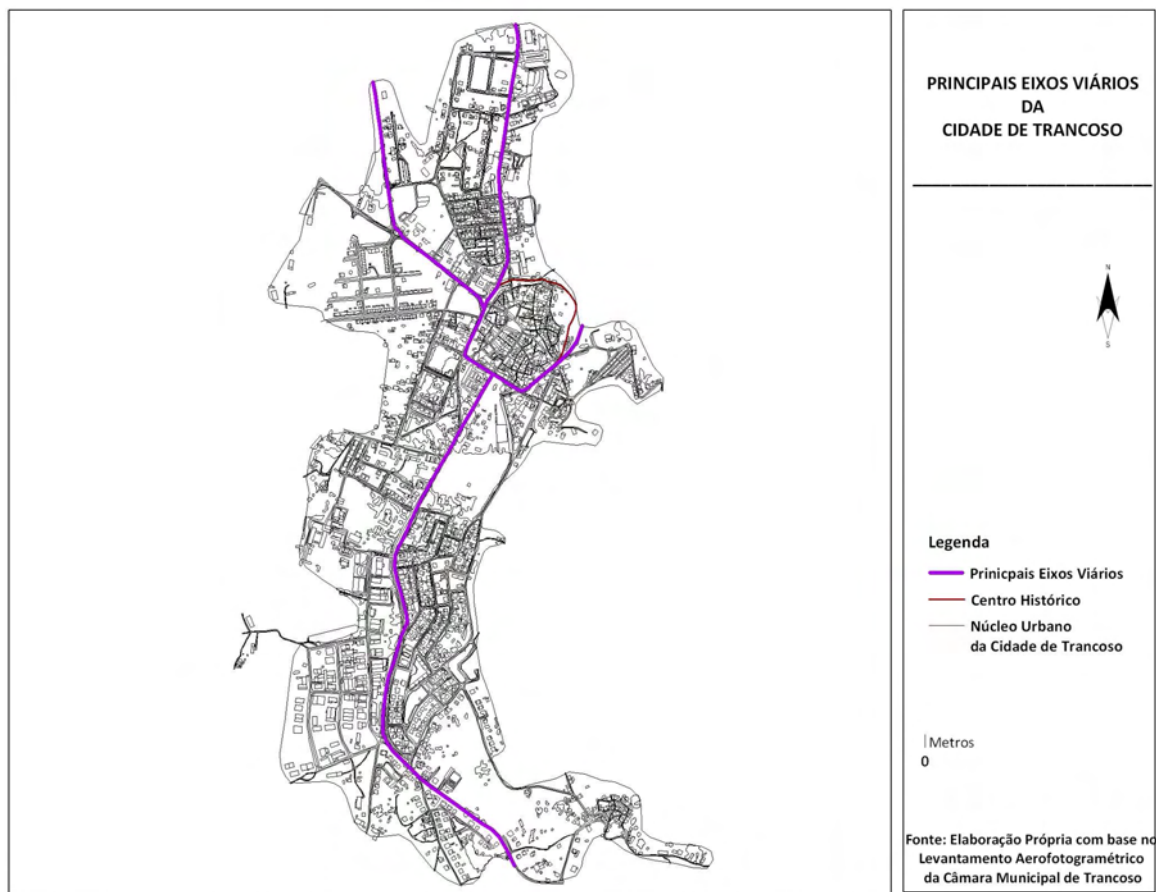
*“rivalizando com a paisagem altiva, majestosa, agreste, soberba de contrastes e belezas, da Beira Alta, ergue-se na sua imponência medieval, sobre um planalto que domina um vasto horizonte, a pitoresca vila de Trancoso, padrão augusto e fiel de séculos áureos de conquistas e vitórias. Já era velha quando Portugal nasceu, mas a história arquivou pelos tempos, feitos ricos em heroísmo, que são o orgulho deste burgo, relicário místico de lendas, profecias e devoções seculares. A par da sua curiosidade histórica, apresenta um panorama surpreendente, que se avista por muitas léguas em redor, tocando terras de Espanha”.*

Tal como referido no site do Município, *“É uma zona de montanha, com cotas muito elevadas (chegam a alcançar os 985 metros nas freguesias de Sebadelhe da Serra e Guilherme e 890 metros nas freguesias de Terrenho, Moreira de Rei e Trancoso).*

Ainda sobre o enquadramento geográfico, Teixeira (1982:11) no seu livro dedicado a esta cidade, denominado ‘Trancoso, Terra de Sonho e Maravilha’, escreveu que

*“nasce-lhe a poente o rio Távora, afluente do Douro; é divisória de águas para os Rios Douro e Mondego, e fica situada num planalto dos mais pitorescos e encantadores da Beira, a 898 metros de altitude. A seus pés desenrola-se um vastíssimo panorama, podendo os nossos olhos admirar deslumbrados, partindo do poente para o norte, as serras de Almansor, Padrela, Moncorvo e, mais ao longe, a Marofa, e já por Espanha a dentro divisamos, lá longe, a Meseta Ibérica, limitada ao fundo pelas serras da Gata, Greda, Guadarrama e Montes Ibéricos. Voltando para o Sul divisamos, fechando o horizonte, a nossa Serra da Estrela, a mãe da Beira, o coração de Portugal”.*

Foi precisamente esta configuração tão particular em termos territoriais e o facto de se localizar numa área relativamente aplanada, que permitiu o crescimento das duas freguesias que constituem este núcleo urbano – Santa Maria e São Pedro - que se têm estendido ao longo dos eixos viários, dando-lhe uma configuração alongada, como se pode constatar através do **mapa 3** relativo ao aglomerado urbano da cidade de Trancoso.



**Mapa 3 – Principais Eixos Viários do Aglomerado Urbano da Cidade de Trancoso**  
**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara Municipal de Trancoso**

No que respeita ao clima, não só a cidade mas todo o concelho de Trancoso, reflectem o clima de altitude que caracteriza esta região. Apresenta grandes amplitudes térmicas, que se traduzem em invernos rigorosos, com as temperaturas a registarem valores abaixo dos zero graus, em que a ocorrência de precipitação é frequente, muitas vezes sob a forma de neve. É ainda frequente a formação de geada. Pontualmente, em dias de temperaturas mais baixas, com nevoeiro e sem vento, ocorre a formação de sincelo, um fenómeno meteorológico algo raro e de inegável beleza, que constitui uma atracção desta cidade. Contrariamente, os verões são bastante quentes e secos com temperaturas que ascendem com frequência aos trinta graus.

Todas estas características geográficas conferem ao território em estudo uma perfeita identificação e delimitação, encontrando-se, no entanto, perfeitamente inserido na zona raiana, o que, para além de o aproximar da fronteira com Espanha e de uma importante cidade espanhola,

Salamanca, – que constitui um pólo cultural e turístico de elevada importância – localiza-o também numa vasta região onde o património histórico-cultural e natural constituem elevados pontos de interesse.

#### **4.1.2 Enquadramento Histórico**

Em termos do enquadramento histórico desta cidade, sabemos que, devido às condições físicas tão propícias que apresenta, a sua ocupação humana é muito remota, de tal modo que ainda não foi possível assegurar a data das suas primeiras ocupações humanas, muito embora, segundo Teixeira. (1982:11), estas remontem ao século XIX a.C., com os Iberos.

Contudo, uma vez que esta ocupação tão remota não foi, até ao momento confirmada com outros documentos, os primeiros dados concretos que asseguram a existência de Trancoso enquanto espaço habitado e fortificado são, ainda assim, anteriores à formação da nacionalidade, pois o testamento de D. Flâmula Rodrigues, documento datado de 960, refere já este território, como se comprova pelas palavras de Viterbo, citado em Correia (1989:116), que na cedência de seus bens a dita senhora refere concretamente: *“Ordinemus nostros castellos esse Trancoso, Moraria, Longroiva, Vacinata, Amindula, Pena de Ouro, Alcobria, Sermonzelli, Caria”*.

Este documento comprova não só a ocupação humana e a existência de uma fortificação em Trancoso, já no século X, como também a existência de uma série de castelos nas suas imediações, o que vem reforçar a ideia de Gomes (1996: 3-4), acerca desta região da Beira, que se “caracteriza por uma ocupação humana mais precoce e intensa”, uma vez que, as origens de alguns castelos desta região remontam, “se não na sua forma actual, pelo menos na sua localização, a períodos bem anteriores à existência do Reino Português”, referindo, em particular, os casos de Trancoso, Longroiva, Moreira e Numão.

Ora, para além de confirmar a antiguidade de Trancoso, o testamento de D. Flâmula permite-nos ainda enquadrar o território em estudo face à região em que se localiza e a outras fortificações



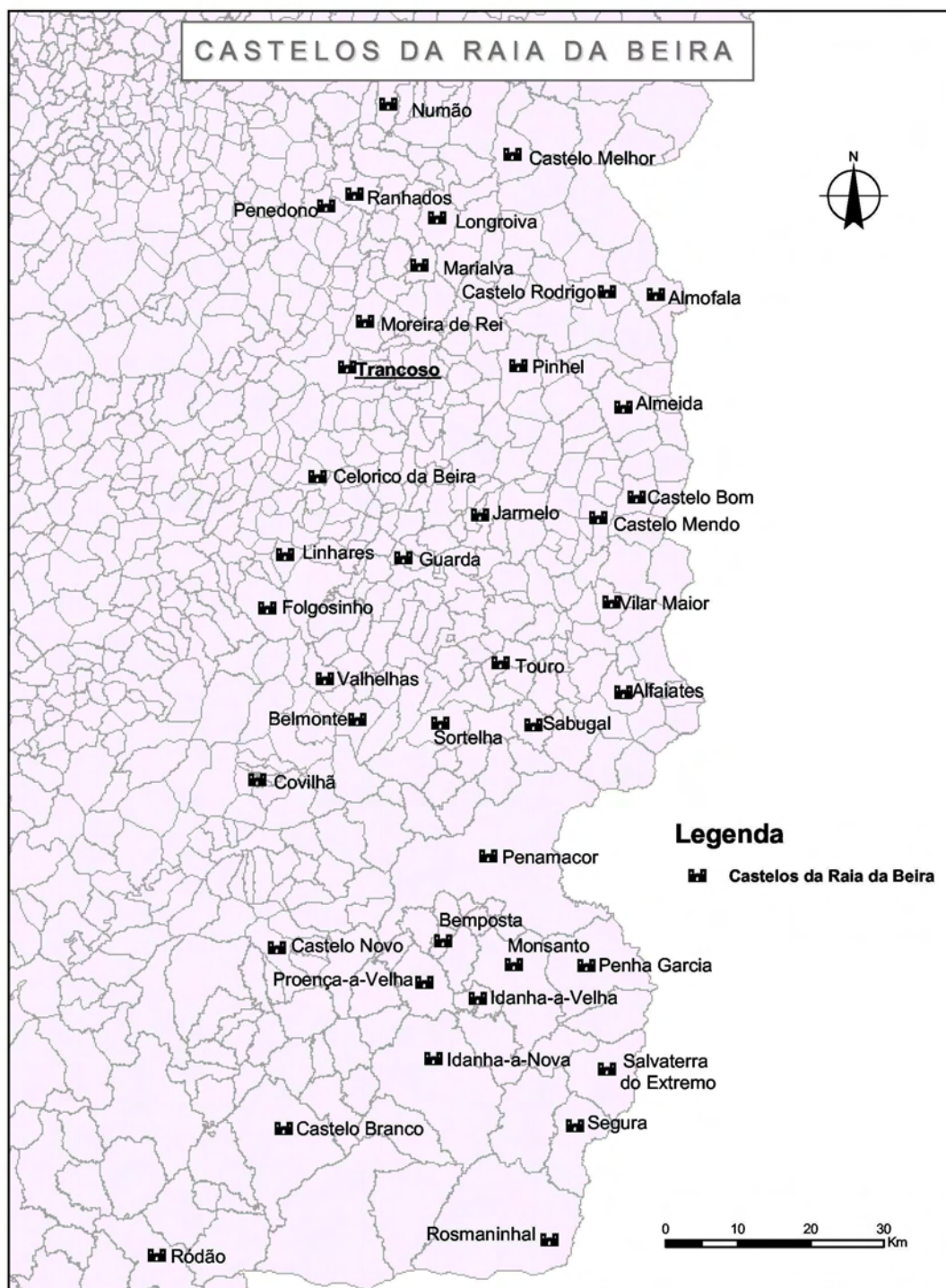
com origem temporal semelhante, que, como teremos possibilidade de ver mais adiante, nunca viriam a atingir a importância que Trancoso deteve séculos depois.

É-nos, pois, possível dizer que Trancoso faz parte de um conjunto de fortificações (mapa 4) cuja origem é anterior à formação da nacionalidade, inserindo-se no período da Alta Idade Média, que constituíam quase uma linha defensiva, que mais tarde viria a ser aproveitada no período da expansão do reino de Portugal, face aos Muçulmanos, que então ocupavam grande parte do território, bem como face às batalhas com Castela e Leão, que durante séculos constituíram uma ameaça constante a este território.

Dada a quantidade de fortificações existentes nesta região da Raia, era quase impossível para o poder real assumir a sua construção. Por isso, tal como refere Gomes (1996:9), a origem de alguns destes castelos está directamente relacionada com a capacidade e iniciativa dos concelhos, estabelecendo uma hierarquia, que determinava a dependência de vastos territórios relativamente à sede do concelho, que se tratava, muitas vezes, de um espaço amuralhado ou que se desenvolvia à sombra de um castelo, como era o caso de Trancoso, Guarda, Celorico ou Covilhã.

Para além do seu importante papel em termos defensivos, a situação geográfica de Trancoso, assegurava-lhe uma grande importância no que respeita ao percurso Norte/Sul, de entre os quais se destacava o percurso Guarda – Trancoso – Lamego, uma vez que estabelecia a ligação entre duas importantes sedes episcopais: Guarda e Lamego.

Ainda segundo Gomes (1996:119), *“a vila de Trancoso foi, juntamente com a Guarda e a Covilhã, das mais importantes da Beira Medieval. A sua prosperidade deveu-se em grande parte à concorrida feira, mas reflectia também a riqueza do seu termo, ocupando uma parte importante do Planalto da Nave”*.



Mapa 4 – Castelos da Raia da Beira  
 Fonte: Gomes, 1996, Castelos da Raia da Beira

Contrariamente ao que sucedeu com outras localidades, como Vilar Maior, Marialva ou Numão, que hoje constituem espaços desertificados e cujas perdas populacionais se começam a verificar em finais do século XIV, Trancoso conseguiu aumentar a sua população. Este facto pode ser confirmado pela iniciativa de D. Dinis, ao mandar ampliar a linha de muralhas de forma a poder abranger as construções que se encontravam fora das muralhas primitivas, com o intuito de proteger estes edifícios civis.

Sobre as origens deste povoado, Dordio (1998:38) diz-nos que ainda é possível observar vestígios do assentamento roqueiro altomedieval no morro granítico do castelo de Trancoso, referindo ainda que, a Torre de Menagem, construção imponente, situada no ponto mais elevado do morro, apresenta origens anteriores ao resto da fortificação, uma vez que nela é possível identificar certas particularidades de construção que remetem ao tipo de construção moçárabe.

A integração deste território no espaço da monarquia portuguesa é feita ainda durante o reinado de D. Afonso Henriques que lhe concedeu foral entre 1157 e 1163. Todavia, foi apenas no reinado de D. Dinis e, posteriormente, nos reinados de D. Pedro e D. Fernando que Trancoso viria a arrogar um papel de destaque enquanto centro regional *“nas iniciativas régias de reorganização do território”* (Dordio, 1998:38).

No que concerne à edificação dos castelos, não nos podemos olvidar que, tal como refere Gomes, (1996:37), resulta da necessidade estrutural de segurança da própria população na época medieval, constituindo *“edificações inscritas numa vivência e numa visão peculiar dos espaços, implicando uma escolha de determinados sítios, que ainda hoje nos impressionam pela sua singularidade”*. Ora assim sucede com o castelo de Trancoso que, com o passar dos séculos não perdeu a sua majestade e singularidade, constituindo uma verdadeira obra de engenharia digna de ser observada e admirada.

Sabendo que na região onde se insere, os castelos assumem essencialmente dois tipos: ou era *“uma construção fortificada, simples torre realçada ou não por um pequeno recinto, ou assumia uma estrutura mais complexa, geralmente associada às localidades sedes de territórios”* (Gomes, 1996:38).

Trancoso, insere-se precisamente no segundo grupo de construções fortificadas, na qual podemos distinguir o castelo propriamente dito, cercado por um muro de dimensões mais reduzidas; e o

espaço rodeado de muralhas, no interior das quais a localidade ganha forma através das suas ruas e praças e demais edifícios, sempre sobre a presença vincada das torres que vigiam quer o interior quer o exterior da muralha. Das cerca de catorze torres que fizeram parte da escritura original, podemos ainda encontrar sete. A cerca possui ainda quatro portas de entrada, de entre as quais salientamos as Portas D'El Rei e as Portas do Prado, às quais estão relacionadas quatro das sete torres existentes, que envergam o brasão real e o brasão do concelho, respectivamente.

#### **4.1.3 Caracterização Socio-Demográfica**

Tal como mencionado anteriormente no enquadramento geográfico, Trancoso localiza-se na zona centro do país e pertence ao distrito da Guarda, um distrito do interior, muito próximo da fronteira com Espanha.

Durante décadas esta região sofreu consideráveis perdas populacionais, devido à emigração que se registou em toda esta região deprimida do interior. No entanto, para além da emigração, muita população beirã deslocou-se para cidades do litoral, em busca de melhores condições de vida. Como seria de esperar, estes movimentos migratórios afectaram tremendamente a estrutura demográfica da região e, como se pode perceber, pelo seu enquadramento geográfico, o concelho de Trancoso não foi excepção a esta tendência. Verifica-se actualmente um considerável índice de envelhecimento populacional que, segundo dados do INE relativos aos censos de 2001, se situava em aproximadamente 191,04%.

No que concerne às duas freguesias que constituem o centro histórico de Trancoso, também elas conheceram neste período um elevado índice de envelhecimento – 120,29% Santa Maria e 101,00% São Pedro – mas ainda assim com valores bastante inferiores aos valores concelhios.

Este facto deixa transparecer um outro elemento de extrema importância para a análise demográfica municipal em geral e das freguesias de Santa Maria e São Pedro, em particular. Para além das migrações internacionais e inter-regionais, verifica-se um outro movimento de população que assume uma importância considerável, trata-se das migrações dentro do próprio concelho entre as freguesias mais rurais e as freguesias de cariz mais urbano. Actualmente

verifica-se uma deslocação da população, sobretudo população mais jovem, das freguesias mais rurais do concelho, para as freguesias de Santa Maria e São Pedro, que constituem a cidade de Trancoso. Este dado é confirmado pelos dados do INE relativos aos censos de 2001, em que estas duas freguesias foram as que mais cresceram em termos populacionais, contrariando a tendência municipal para a perda de população, tal como é possível verificar através do **Gráfico 1**.

Esta tendência, também ela bastante característica das regiões do interior, relativa ao aumento populacional das freguesias mais urbanas em detrimento das freguesias mais rurais e menos desenvolvidas, gera bastantes desequilíbrios em termos demográficos, uma vez que as povoações mais deprimidas tendem a ficar mais deprimidas e despovoadas e as freguesias mais povoadas tendem a ver a sua população e a sua área de construção aumentar consideravelmente.

Estas afirmações são confirmadas pelo Diagnóstico Social, documento elaborado pelo Conselho Local de Acção Social de Trancoso (2006:20 e seguintes), onde se pode ler acerca desta questão:

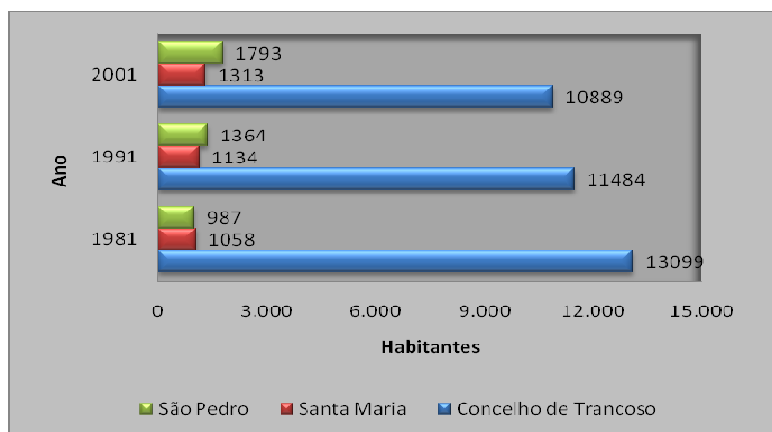
*“a população apresenta um povoamento disperso, tendo vindo a observar-se um grande abandono das aldeias e uma concentração na sede de concelho, (nomeadamente as freguesias de Santa Maria e São Pedro) (...).*

*(...) Num total de 10889 indivíduos (ano de 2001), 3106 indivíduos residem na sede de concelho (somatório de 12,1% na freguesia de Santa Maria e de 16,5% na freguesia de São Pedro), representando este valor perto de 30% da população total.*

*(...) Relativamente ao alojamento, convém salientar o facto de que devido à desertificação das aldeias, que se encontram cada vez mais desaproveitadas, o número de casas abandonadas e em estado de alguma degradação é cada vez maior, observando-se, no entanto, o inverso nas freguesias que fazem parte da sede de concelho, onde a concentração populacional é cada vez maior ”.*

No entanto, há que referir que, muito embora, no caso específico de Trancoso, as freguesias de Santa Maria e São Pedro tenham aumentado progressivamente a sua população, verifica-se uma tendência de abandono do centro histórico. Quer isto dizer que, muito embora estas freguesias tenham mais população, esta não procura o centro histórico para se fixar, mas uma habitação nas

novas áreas residenciais, nas novas urbanizações que têm vindo a ser construídas nas últimas décadas.



**Gráfico 1 – Evolução da População no concelho de Trancoso e nas freguesias de Santa Maria e São Pedro**  
**Dados INE – Elaboração Própria**

No que respeita ao emprego, tal como podemos confirmar pelo Diagnóstico Social (2006:26), o sector de actividade que mais população emprega a nível municipal é o sector terciário, com uma taxa de cerca de 70,8%, seguido pelo sector secundário com 24% e por último o sector primário com apenas 5,2%. Esta reduzida percentagem de empregabilidade no sector primário é justificável, tal como é mencionado no mesmo documento (2006:29), uma vez que: *“a debilidade do sector primário passa, entre outros aspectos, pela dificuldade em tornar a agricultura numa actividade económica, ou seja, estabelecer a actividade agrícola não como um modo de subsistência, mas antes como uma actividade em que seja possível competir com os mercados de distribuição e escoamento dos produtos, com baixos custos para o produtor, visando o lucro”*.

Se se tiver em conta apenas o espaço referente à unidade territorial que constitui o centro histórico de Trancoso, é fácil perceber que as actividades dominantes são o comércio e os serviços – dos quais há a destacar a Câmara Municipal de Trancoso, a Raia Histórica, os escritórios da Santa Casa da Misericórdia e a GNR, e ainda duas das três farmácias existentes na cidade – no entanto em termos concelhios, podemos encontrar algumas unidades industriais, algumas das quais ainda relacionam-se com um dos produtos típicos da região – o queijo.

Todavia, o centro histórico de Trancoso constitui também um espaço de residência. Muito embora lhe estejam inerentes alguns dos problemas considerados “típicos” da generalidade dos centros históricos, nomeadamente o envelhecimento do parque habitacional, o envelhecimento considerável da população que aí reside, problemas de circulação automóvel, não deixa de ser um espaço residencial. E tal como sucede em outros centros históricos, um dos elementos sociais que o caracterizam é a vida social. Como sabemos, desde há muito que os centros históricos constituem pontos fundamentais na vida social de uma cidade. Constituíam, aquando da sua origem, locais de troca comercial, visto ser no interior da cidade que se realizava o mercado, as procissões, os eventos sociais e religiosos, que reuniam a população. No caso concreto de Trancoso, há já muito que o mercado foi deslocado para fora das muralhas, realizando-se, ainda que relativamente perto do centro histórico, fora do espaço amuralhado, o que, se, por um lado, traz medidas consideradas higienistas para a cidade consolidada, por outro, afasta o buliço social tão característico das feiras e que durante séculos fez parte da identidade deste espaço.

Talvez como resultado da própria evolução social, actualmente, tal como sucede em outras cidades, como por exemplo no centro histórico de Guimarães, esta vida social, ainda que de modo mais contido, até devido às próprias dimensões do centro histórico de Trancoso, é feita através da existência de alguns bares que aí se localizam. A quase totalidade destes estabelecimentos localiza-se nas imediações do Largo da Avenida, constituindo como que um pólo atractivo para este tipo de estabelecimentos. No entanto, é possível localizar um outro muito perto das Portas d’El Rei, numa rua perpendicular à Rua da Corredoura.

No entanto, a existência de estabelecimentos desta natureza num espaço maioritariamente residencial pode levantar questões de conflito entre a vida social inerente à existência de bares e os moradores, devido ao barulho provocado pelo movimento constante de pessoas e viaturas a circular, à música mais alta e até a algumas questões de segurança.

No que respeita à vida cultural, em Trancoso tem-se verificado um certo distanciar das actividades e espaços culturais do centro histórico, isto porque a relativamente recente construção do centro cultural, com cinema, biblioteca e centro de exposições, se localiza fora desta unidade territorial, bem como as feiras temáticas, sobretudo as relacionadas com a promoção de produtos regionais, como por exemplo a feira dos enchidos. Se por um lado, há que compreender que, no centro histórico poderiam não existir as melhores condições para a realização de parte destes eventos, por outro lado, há que ter em conta que a opção de realizar determinadas actividades fora do



centro histórico termina afastando a vida cultural do centro, o que pode vir a ser pernicioso, pois deixará de se conotar o centro a um espaço atractivo culturalmente, uma vez que se tende a dispersar as actividades de índole cultural.

Sabendo que as escolas desempenham um importante papel na vida cultural de uma cidade, ou pelo menos existe essa pretensão, no caso de Trancoso, a existência de uma Escola Profissional têm vindo a mostrar um bom exemplo, na medida em que um grande número dos seus alunos são cabo-verdianos, o que promove o multiculturalismo e o intercâmbio cultural. Estes alunos, na sua maioria, residem, durante o período lectivo, na residência de estudantes da Escola Profissional de Trancoso, que se localiza no centro histórico e que constitui, sem dúvida um bom exemplo de reabilitação urbana, visto que, os edifícios que a constituem encontravam-se em mau estado de conservação, e actualmente podem ser considerados modelos de intervenção a seguir.

Em termos culturais e tratando-se de um centro histórico, há um outro elemento que não podemos descurar quando abordamos a questão do enquadramento social – falamos naturalmente do turismo.

Acerca desta actividade económica, Simões (2003:15) refere que *“o turismo tem sido uma actividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos”*.

Ora, dada crescente importância do turismo é necessário ter em conta, tal como refere Cavaco (2003:27), que *“os espaços de recriação devem possibilitar ao turista o seu confronto com lugares diferentes dos habituais, com outras paisagens e com outras pessoas, turistas e não turistas, outros modos de vida, outras culturas e comportamentos e, não menos importante, o confronto consigo próprio”*. É portanto necessário que os lugares possuam uma identidade própria, que muitas vezes é indissociável do património que possui.

No que concerne à importância concedida ao turismo neste concelho, esta torna-se evidente na página Web da Câmara Municipal, onde é referido:

*“O Turismo em Trancoso tem registado nos últimos anos um forte desenvolvimento, que se explica não só pela integração do concelho na rede das “Aldeias Históricas”, mas também pela existência de novos equipamentos urbanos e unidades hoteleiras.*



*Com os seus numerosos monumentos, de arquitectura civil, militar e religiosa, a cidade de Trancoso constitui um dos mais expressivos Centros Históricos do país, visitado anualmente por muitos milhares de pessoas”.*

Sem dúvida, o património histórico da cidade de Trancoso onde se destaca, naturalmente, o centro histórico, confere à cidade um grande interesse, sobretudo no que respeita ao turismo cultural, que foi consideravelmente impulsionado pela adesão ao Programa das Aldeias Históricas no ano de 2005 (**Imagem 8**). Este programa, tal como refere Lousada (2008:143), *“criado na segunda metade da década de 1990, é considerado uma das intervenções mais importantes no património rural. As aldeias escolhidas foram consideradas “exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs”.* Como critérios para a selecção dos primeiros locais definidos como Aldeias Históricas, definiu-se a *“existência de património arqueológico, arquitectónico ou ambiental classificado, na unidade formal do tecido urbano construído e na importância histórico-cultural” (idem, 2008).*



**Imagem 8 – Placa Publicitária ao Programa Aldeias Históricas**  
**Fonte: Fotografia da Autora Março de 2009**

Se por um lado este programa tem como objectivo a afirmação de novas formas de turismo rural, deve igualmente ser tida em conta a sua articulação com os programas de desenvolvimento que têm surgido sobretudo nas últimas décadas do século XX e que se destinam a áreas de cariz mais rural.

Desta forma, Trancoso pode aproveitar as suas características patrimoniais para a promoção da actividade turística, uma vez que, no respeitante a outras actividades económicas, nomeadamente no que respeita a actividade industrial, é um município com elevadas deficiências.

O turismo não deve ser encarado como solução absoluta para os problemas desta região deprimida do interior. No entanto, pode e deve ser considerado como parte integrante da solução. As características naturais, patrimoniais e culturais desta região deverão ser exploradas de forma sustentável, dando a conhecer uma outra realidade, que relembra um Portugal rural de características medievais, que está na base da identidade nacional. É pois de salientar, tal como é feito na Carta do Lazer e do Turismo<sup>6</sup>, que *“se toda esta região tem sofrido uma gradual desertificação humana e declínio de actividade económica, não se poderá no entanto contestar o elevado potencial turístico que pela mesma razão apresenta, exibindo intactos testemunhos do património construído, cultural e natural do passado mais remoto”*.

O turismo pode, deste modo, contribuir de forma inigualável para o progresso de toda esta região, nomeadamente para o desenvolvimento de Trancoso, não apenas através do programa das Aldeias Históricas, mais relacionado com o que se pode denominar de turismo cultural, mas apostando, também, no turismo rural, turismo de natureza, dado o enquadramento geográfico de excelência que envolve não só a cidade, mas todo o concelho.

---

<sup>6</sup> <http://www.cartadolazer.inatel.pt/>

#### 4.1.4 Caracterização Morfotipológica do Centro Histórico de Trancoso

*“As cidades são isso; cenário da história, da grande, da pequena, da local, da nacional, da universal; os homens vêm de partes muito diversas, de aldeias, de vitórias distantes; os acontecimentos forjam-se em todo o mundo, mas a cidade é ponto de convergência, o lugar da acção, onde todos os processos se comprimem, se esquematizam e aceleram, forno de combustão social. Desde logo fica a memória, a cidade converte-se em arquivo.”*

Fernando Chuenca Goitia in *Breve História do Urbanismo* (2003:37)<sup>7</sup>

A formação e implantação das cidades medievais apresentam determinadas características muito particulares, que constituem marcos muito importantes na identidade destes espaços. Tal como refere Carvalho (1989: 21-26) acerca da fundação e assentamento das cidades medievais, as questões defensivas presidem à edificação de um núcleo urbano, de tal modo que os povoados eram fundados em locais cujas condições de segurança estivessem minimamente garantidas, o que resultava na construção dos aglomerados populacionais em pontos mais elevados. Não obstante essa condição, estas povoações eram ainda defendidas por muralhas, que tinham por finalidade colmatar as fragilidades defensivas da sua localização. Esta é precisamente a situação em que podemos encontrar em Trancoso, uma vez que, tal como referido, esta cidade se localiza no ponto mais elevado de um planalto e se encontra delimitada por uma compacta cerca de muralhas.

Tal como outras cidades do período medieval, o Centro Histórico de Trancoso encontra-se perfeitamente definido pela sua cercadura de muralhas, que para Goitia (2003:89) terminam desempenhando o mesmo papel de uma moldura numa obra de arte, com os seus volumes sabiamente proporcionados e presididos pela dominante do castelo.

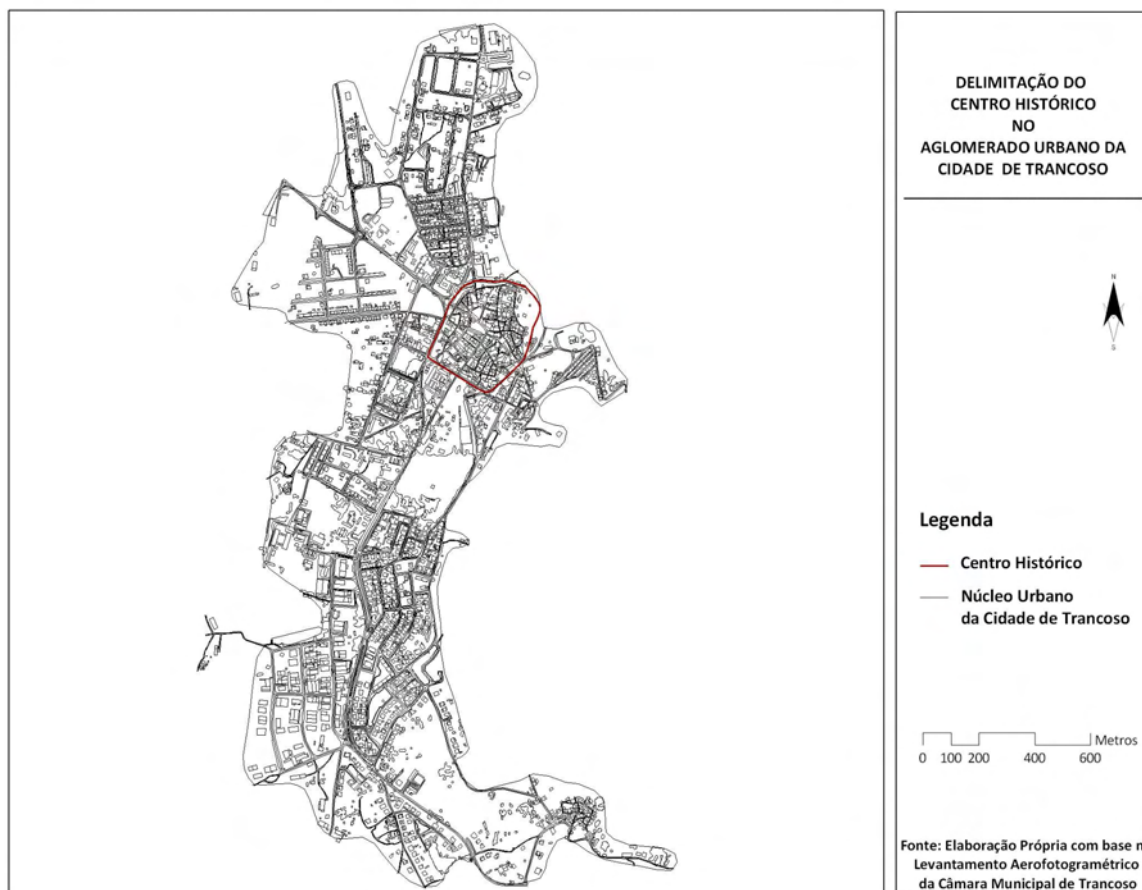
Para Morris (1991:98-122), existem três tipos de cidades medievais de crescimento orgânico: as de origem romana, estabelecidas novamente, os burgos e as que superam o estatuto de aldeia

---

<sup>7</sup> Primeira edição 1982.

graças à intensa actividade comercial. Tendo em conta esta classificação e analisando a história deste povoado, podemos classificar Trancoso como se de um Burgo se trate, uma vez que o seu desenvolvimento se processou em torno de um castelo e o seu desenvolvimento foi possível através de importantes benesses reais, que tinham como intuito controlar um lugar de importância estratégica como era este território. Trata-se ainda de um espaço cuja forma típica é constituída por um núcleo formado por um castelo no seu ponto mais elevado do território, dominando a cidade civil, que de ia desenvolvendo dentro das fortificações.

O Centro Histórico de Trancoso, apresenta-se como um bom exemplo desta configuração definida por Carvalho (2003) e Morris (1991). É essencialmente constituído pelo espaço intra-muros da cidade, espaço esse que se encontra perfeitamente delimitado pela cerca de muralhas de origem medieval, a qual se encontra em bom estado de conservação. As muralhas impõem-se, desta forma, como marco imponente na imagem da cidade, assim como as suas torres, que conferem um ar ainda mais imponente a esta construção secular e permitem, não só o controlo visual para o interior da fortificação, como para a sua envolvente. Continuam a conferir ao Centro Histórico a imagem de um espaço compacto e fechado, características que se lhe atribuem também devido às reduzidas dimensões do espaço em questão.



**Mapa 5 – Delimitação do Centro Histórico no Núcleo Urbano de Trancoso e**  
**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara**  
**Municipal de Trancoso**

Deste modo, esta unidade territorial apresenta-se como um espaço muito bem delimitado, com uma configuração oblonga, orientação nordeste-sudoeste e fronteiras muito bem definidas na estrutura da cidade, a qual, tendo nascido nele, terminou por extravasar os limites da muralha e espreadu-se, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, num processo continuado e inacabado, pelo planalto que a sustenta.

O castelo sobressai das restantes construções do conjunto do Centro Histórico, não só pelas suas dimensões consideráveis, mas, claro está, pela sua excelente localização geográfica, no pondo mais alto da unidade territorial instalada a nordeste do planalto, permitindo-lhe, desta forma, uma perfeita visibilidade não apenas para o espaço edificado que rege, mas também e principalmente para o vale que se estende a nascente e para outros territórios para lá do términos do vale.

A comunicação da vila com o exterior das muralhas era, como refere Carvalho S. (1989:26-33), estabelecida através das portas que, para além da questão da comunicação, desempenhavam ainda uma importante função fiscal, pois era aí que se cobravam os impostos sobre as mercadorias que entravam, denominado imposto de portagem.

Ora, também neste ponto, Trancoso coincide com a descrição que se faz das cidades medievais, uma vez que a coesão das fortificação amuralhadas era apenas interrompida pelas portas que permitem o acesso ao interior da antiga vila,

Dessas portas e rasgos no pano de muralhas há que salientar as mais imponentes: as Portas d'El Rei, que apresentam o brasão real, sendo por isso as mais importante e estão orientadas a sudoeste, as Portas do Prado a Oeste, as Portas de S. João (demolidas em finais do século XIX) a Este, as Portas do Carvalho a Norte. Existem ainda os postigos do Boeirinho, das Portas da Traição e do Olhinho do Sol. Actualmente esta cerca de muralhas apresenta mais algumas descontinuidades entre as quais as Portas Novas, que resultaram de um processo de demolição de troços no pano da muralha que decorreu em finais do século XIX e que tinha por objectivo melhorar as acessibilidades ao interior das muralhas.

Decorrentes das principais Portas da Vila – Portas d'El Rei, Portas do Prado e Portas de S. João – partem os principais eixos viários do espaço intra-muros, que são a Rua Dr. Fernandes Vaz, mais conhecida como Rua da Corredoura, a Rua Dr. Xavier da Cunha e a Rua das Portas de S. João, respectivamente.

Das ruas supra mencionadas devemos destacar a Rua da Corredoura, por se tratar de um importante elemento estruturante do espaço. Talvez por isso constitui não só a rua de maiores dimensões como aquela que apresenta um traçado perfeitamente rectilíneo.

A confluência destes eixos viários faz-se no Largo D. Dinis, mais conhecido como Largo da Avenida, que constitui o largo de maiores dimensões de todo o espaço intra-muros, que serve de referência para a unidade territorial em estudo e que constitui, por isso mesmo, um outro importante elemento estruturante.

Das Portas do Carvalho sai outra rua que estabelece a ligação entre estas e as Portas de S. João. De dimensões relativamente reduzidas, a referência é feita pelo facto de se pensar que esta rua coincide com o traçado da primeira cerca de muralhas, destruída aquando do alargamento das mesmas mandado fazer por D. Dinis, em finais do século XIII.

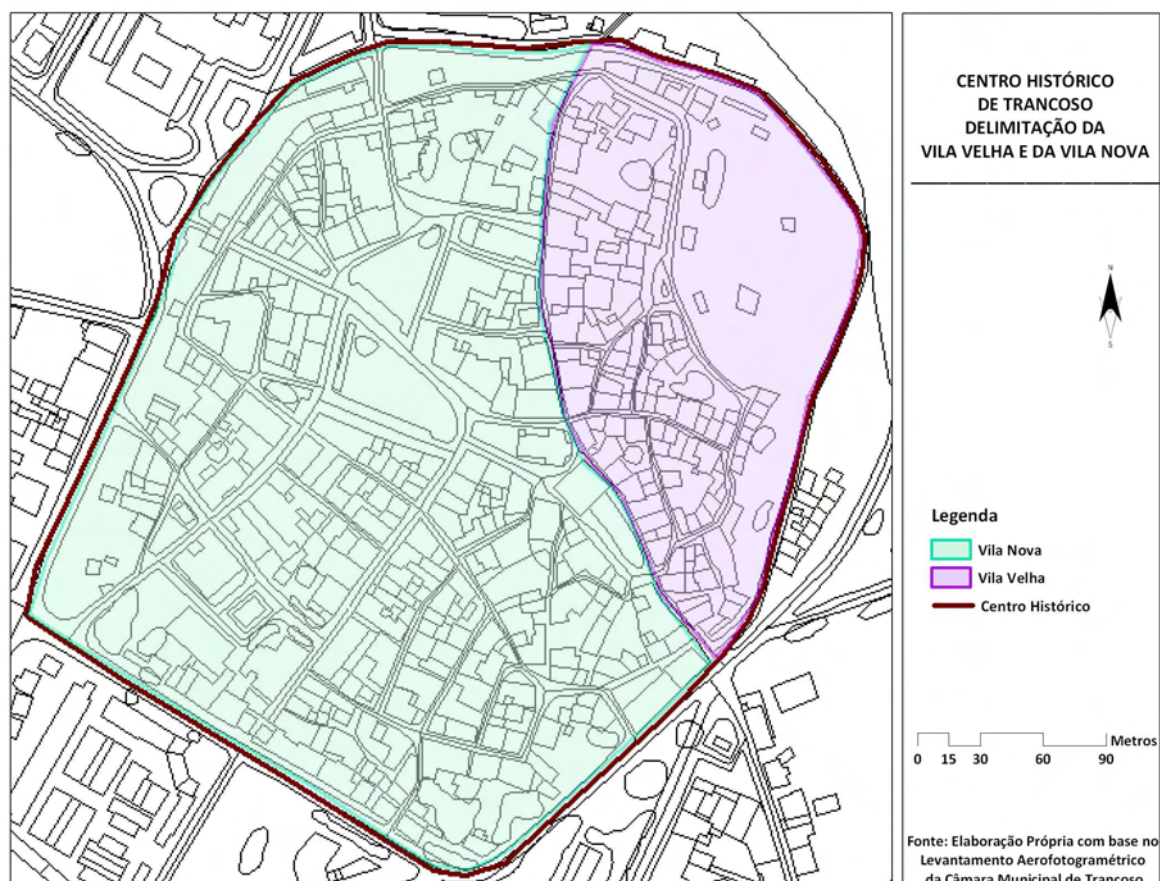
Por este motivo, tomaremos este eixo viário – Rua Dr. João Abel, mais conhecida por Rua dos Cavaleiros – como referência que permite estabelecer uma diferenciação entre o espaço mais antigo da vila e o que se desenvolveu no período posterior à criação da segunda cerca de muralhas, cerca essa que hoje delimita o perímetro do Centro Histórico de Trancoso.

Assim, teremos duas unidades morfoestruturais que juntas formam o Centro Histórico e que, apesar das suas diferenças estruturais, se unem numa certa identidade.

A primeira delas refere-se às edificações mais antigas, ao primeiro núcleo urbano de Trancoso, que se estende desde o Largo D. Afonso Henriques até à Rua dos Cavaleiros. Este espaço é caracterizado pela sua forma absolutamente irregular, fruto de um crescimento orgânico, onde as ruas são estreitas, íngremes e de traçado algo tortuoso de modo a adaptar-se na perfeição à irregularidade do terreno, que aqui apresenta um desnível de aproximadamente 17m, condicionando a circulação automóvel. Os edifícios apresentam uma cércea baixa, sobretudo à medida que nos vamos aproximando do castelo, onde a maioria das casas possui apenas rés-do-chão e uma pequena área de implantação. É ainda de salientar o pormenor de um certo nivelamento dos edifícios no que confere à sua altura, uma vez que as casas mais altas localizam-se mais distantes do castelo e conseqüentemente, a uma cota inferior, enquanto que as habitações mais acercadas do castelo apresentam uma altura menor, encontrando-se contudo numa cota mais elevada. A esta unidade morfoestrutural do território em estudo, corresponde também o edificado mais antigo, onde os materiais e técnicas de construção são mais tradicionais. Trata-se também do espaço onde a densidade construtiva é mais elevada, o que é confirmado pela inexistência de qualquer outro largo ou praça, para além do já mencionado Largo D. Afonso Henriques.

No que respeita ao restante espaço intra-muros, compreendido entre a Rua dos Cavaleiros e a actual cerca de muralhas, que constitui a outra grande unidade morfoestrutural identificável no centro histórico de Trancoso, é de fundação mais recente, remontando a sua origem, principalmente, ao período que sucedeu ao alargamento do traçado das muralhas, para o perímetro actual, dando origem à chamada “vila nova” (**mapa 6**). Esta construção monumental deveu-se à importância que Trancoso conheceu durante o século XIII e que levou D. Dinis a mandar alargar o perímetro das muralhas, de modo proteger e abarcar as habitações que começavam a surgir fora da primeira cerca de muralhas.



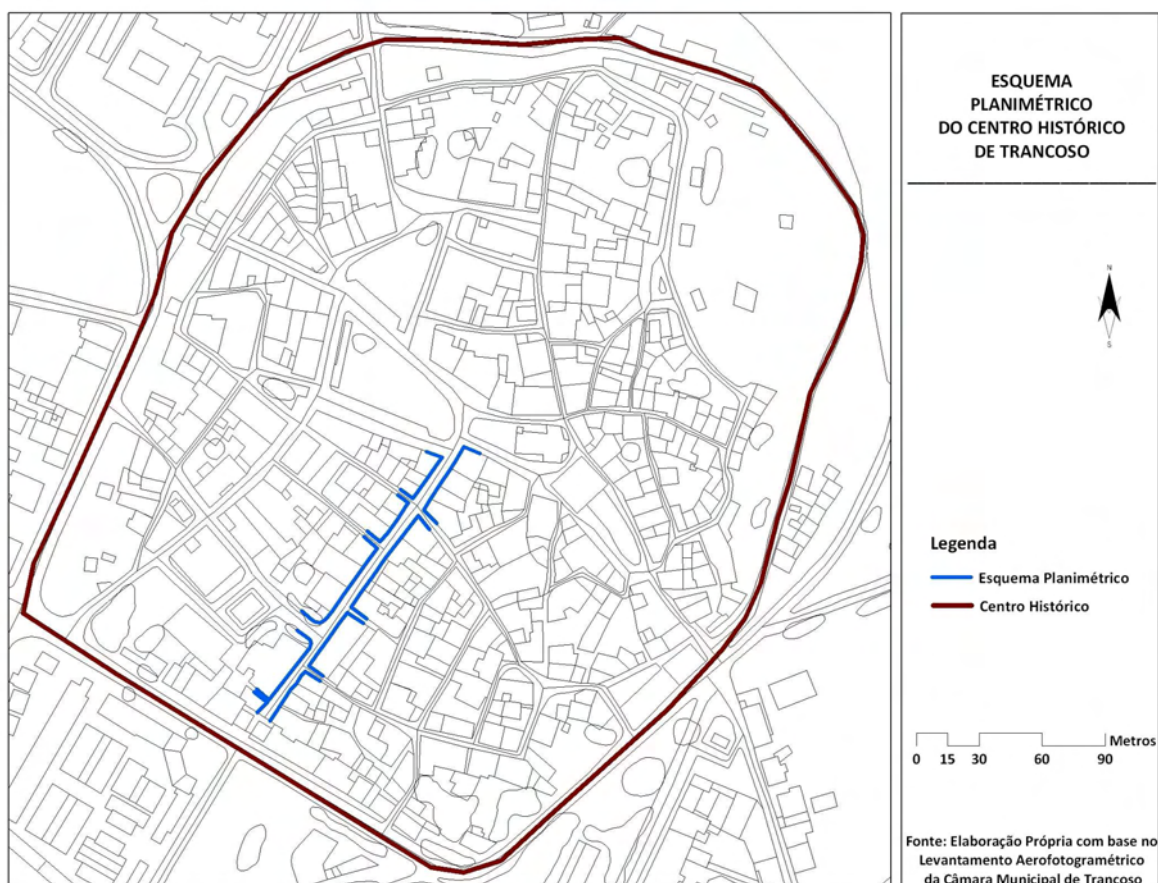


**Mapa 6 – Centro Histórico de Trancoso – Vila Velha e Vila Nova**

**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara Municipal de Trancoso**

Muito embora esta última unidade morfoestrutural referida se tenha desenvolvido mediante as necessidades da população que aí se ia instalando e por isso, em termos morfológicos, podemos dizer que se trata de um espaço de configuração irregular, é no entanto possível identificar um esquema planimétrico que coincide com o que Goitia (2003:88) define como espinha de peixe. Este esquema planimétrico caracteriza-se pela existência de uma rua principal, no caso de Trancoso a Rua da Correudoura, de onde partem outras secundárias, paralelas entre si, mas oblíquas relativamente à rua principal, dando origem à formação de quarteirões (mapa 7).





**Mapa 7 – Esquema Planimétrico do Centro Histórico de Trancoso**  
**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara Municipal de Trancoso**

Podemos ainda subdividir esta unidade morfoestrutural em dois, dada a particularidade construtiva assumida pelo “bairro judaico”, que se encontrava compreendido entre a Rua da Corredoura e as Portas de S. João. Este bairro caracterizado por uma maior homogeneidade construtiva, quer no que se refere à volumetria das edificações, quer no que respeita à própria configuração dos edifícios, sem ornamentações, revelando sobriedade e caracterizados pela existência de uma porta estreita e uma porta larga, tradicional do tipo de construção praticada no século XIV, devido à crescente prática da actividade comercial, que serviam, respectivamente para o desempenho das funções residencial e comercial e pela cêrcea relativamente contida dos edifícios, que tinham, por norma rés-do-chão e primeiro andar, chegando no máximo aos dois andares. Devemos também salientar a forte densidade construtiva deste bairro, consequência, talvez, da obrigatoriedade de todos os elementos da comunidade judaica aí terem que residir, não se podendo fixar em qualquer outro local da vila. Esta densidade torna-se mais evidente pela

quase inexistência de espaços abertos como praças ou largos, a referir apenas o Largo da Roseira de dimensões bastante modestas e de configuração irregular.

No respeitante ao território compreendido entre a Rua da Corredoura e as muralhas a Oeste e a Norte, é de realçar o facto de se tratar de edifícios cuja área de implantação é de maiores dimensões, terminando por “consumir”, cada um deles, uma área considerável de terreno, contrariamente ao que sucedia com as casas da “vila velha” ou mesmo da grande maioria do bairro judaico. Ainda relativamente ao edificado, é possível verificarmos a existência de um vasto número de construções com pátio interior, ou pequeno quintal, destinado a jardim ou ao cultivo de pequenos espaços hortícolas, o que desde logo confirma uma maior área de ocupação de solo por proprietário, mas uma baixa densidade construtiva.

É nesta subdivisão do Centro Histórico que podemos encontrar um maior número de largos e praças, que conferem ao espaço um aspecto mais arejado, menos compacto, privilegiando os espaços de convívio e de encontro da população. É também importante mencionar que é precisamente neste espaço, em que a densidade construtiva não é tão elevada, que se situam as igrejas, que constituíam elementos extremamente importantes na configuração e estruturação do espaço físico das cidades medievais.

As igrejas da Misericórdia e de S. Pedro encontram-se localizadas de frente para o Largo D. Dinis, o que lhes confere, portanto, um amplo destaque, pois surgem perfeitamente evidenciadas no espaço envolvente. Por sua vez, a Igreja da Santa Maria localiza-se também ela num largo que, muito embora não detenha a importância do atrás mencionado largo D. Dinis, possui dimensões razoáveis, que permitem destacar esta construção de vulto no contexto do perímetro das muralhas.

Tal como refere Correia (1989:283-290), alguns espaços, dentro do que entendemos hoje como Centro Histórico, sofreram importantes alterações estruturais. De entre esses espaços, destacamos a Rua da Corredoura, que apesar de ter sido construída sob o título de Rua Direita, por ser a rua que estabelecia a ligação entre as duas principais portas da vila – Portas d’El Rei e Portas do Prado - detinha um traçado bastante irregular, como consequência das progressivas construções de anexos e balcões das casas comerciais, que se iam sobrepondo ao traçado da rua, aglutinando-a. Em finais do século XIX, esta rua foi, por isso, alvo de substancial arranjo, que consistiu sobretudo na demolição de balcões e no recuo de algumas casas, que resultaram no acerto das fachadas dos edifícios, originando o actual traçado rectilíneo da rua.

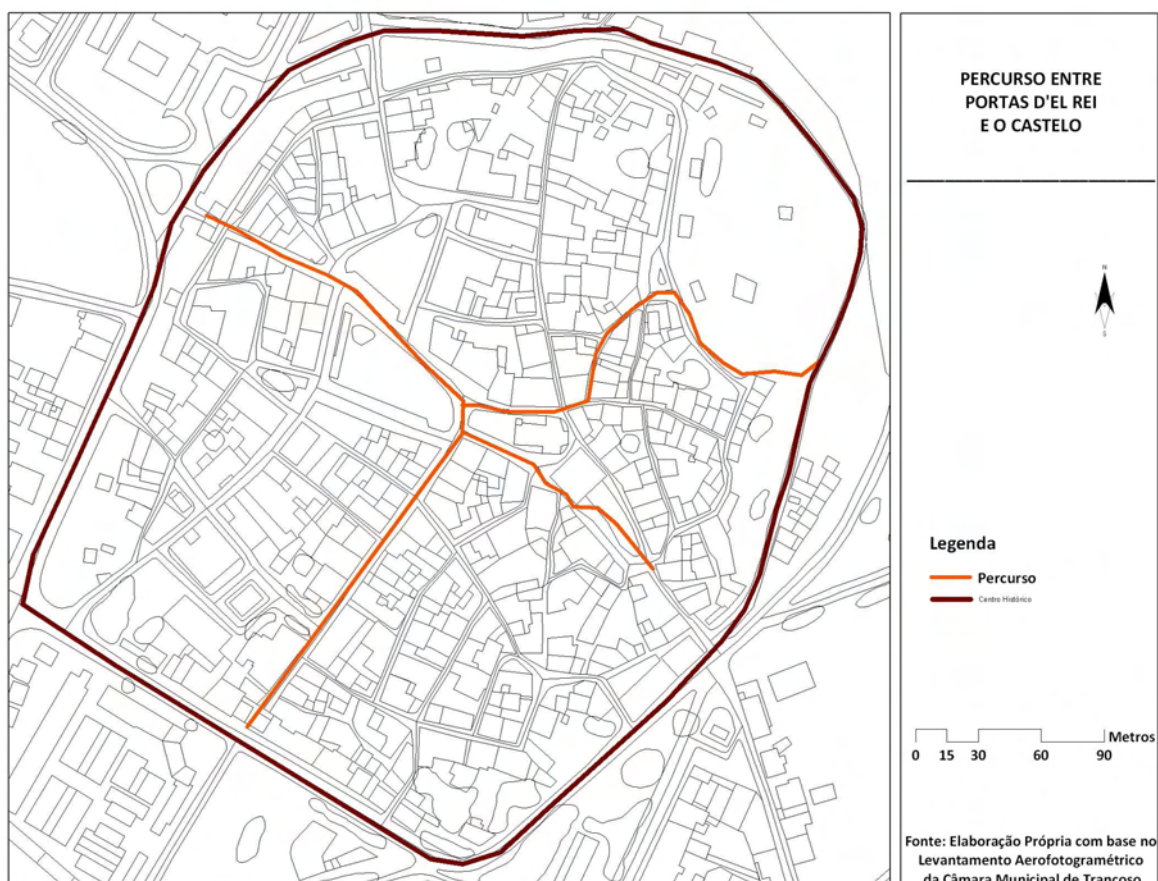
Após a análise efectuada, podemos dizer, tal como refere Carvalho (2003:18), que se trata de um “espaço público comum, complexo e irregular mas unitário, (...) em que a forte concentração/densidade (...) e, sobretudo, a estética específica, talvez com algo de espontâneo e anónimo, subentende um pensamento que não integra rigidez planimétrica ou esquematização cartesiana, mas que traduz associações volumétricas reportadas para o espaço público”.

## **4.2 Discussão dos Resultados**

Após a apresentação e enquadramento do caso de estudo, ou seja, da cidade de Trancoso, mais concretamente do seu centro histórico, neste capítulo apresenta-se a discussão dos resultados alcançados decorrentes de todo o trabalho de investigação realizado.

Tal como mencionado no capítulo 3.3, relativo à ‘Organização e Aplicação da Metodologia’ seguidas no caso de estudo, recorreremos à elaboração de inquéritos que se baseavam em imagens modificadas dos já referidos dez espaços citados.

A sequência das questões, foi determinada em relação a um percurso entre as Portas d’El Rei e o Castelo (**mapa 8**), pretendendo-se estabelecer uma correspondência entre os espaços a tratar e o percurso previamente delineado.



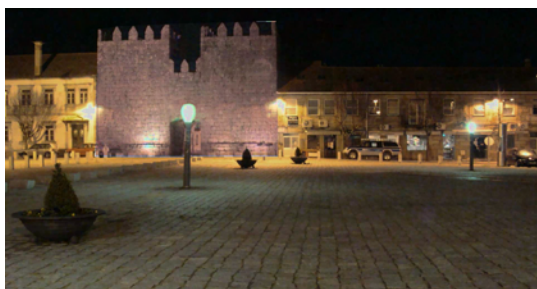
**Mapa 8 – Percursos entre Portas d'El Rei e Castelo**

**Fonte: Elaboração própria com base no Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela Câmara Municipal de Trancoso**

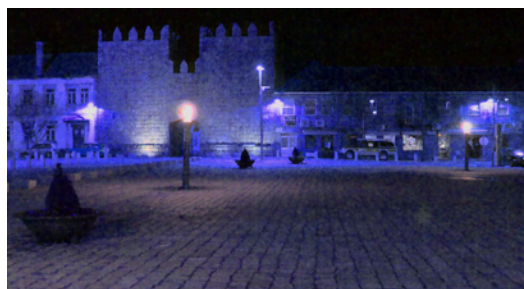
Antes da apresentação dos dados obtidos através da análise dos inquéritos, é importante salientar as reacções dos inquiridos ao depararem-se com as imagens apresentadas como propostas alternativas à situação actual dos diversos espaços do Centro Histórico de Trancoso. Apesar de um inquérito com imagens ser, de certa forma, mais moroso do que um inquérito tradicional com recurso apenas a linguagem verbal/escrita, o recurso a imagens suscita, de algum modo, mais interesse por parte dos inquiridos – tal como sugere Harper (2002) citado no ponto 3.1 – Photo Elicitation do presente trabalho – originando comentários e uma maior interacção entre quem faz/apresenta o questionário e o inquirido. É ainda de referir que o uso de imagens suscita ainda memórias e a formulação mais rápida, por parte do inquirido, de um ponto de vista, de uma leitura do espaço a que a questão se refere, pois a imagem permite, por processos cognitivos, uma melhor compreensão do espaço e sua respectiva percepção.

Ao ser apresentada a primeira questão, referente às Portas d’El Rei, os inquiridos mostraram alguma surpresa face às propostas apresentadas. Contudo, muito para além das preferências referidas por cada indivíduo – que no caso consideraram maioritariamente a imagem ‘B’ como sendo uma solução ‘muito boa’ e ‘boa’ e a imagem ‘F’ como ‘má’ ou ‘muito má’ (ver **Imagens 9 e 10**) – os comentários despoletados pelas imagens foram de facto muito reveladores. Grande parte dos inquiridos pensa que a ideia de mudar a iluminação poderia, de facto, constituir uma mudança significativa, capaz de melhorar e valorizar o espaço em questão. Trata-se da entrada principal para o espaço amuralhado do Centro Histórico da cidade de Trancoso, que segundo vários inquiridos podia beneficiar com uma alteração na iluminação, podendo, inclusive ser um ponto de atracção turística, pela sua “originalidade”, criando-se, deste modo, um processo de diferenciação entre este espaço e outros, também considerados centro histórico. Foi, no entanto, referido também que, muito embora as soluções apresentadas fossem interessantes, talvez o recurso a cores mais suaves pudesse valorizar mais as Portas, apresentando um ponto de vista mais conservador, assim como o recurso a uma cor diferente para as Portas e para o edificado que as rodeia, o que representa um ponto de vista menos conservador.

Houve, no entanto, quem manifestasse uma opinião pela continuidade da cor da iluminação presente, sob o argumento de que esta é a que mais valoriza o granito, que constitui o material de construção das Portas d’El Rei.



**Imagem 9 – Portas d’El Rei – Proposta B**



**Imagem 10 – Portas d’El Rei – Proposta F**

Ao apresentar a segunda proposta, referente à Rua da Corredoura, a imagem ‘J’ foi considerada como intervenção ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’ pela maioria dos inquiridos, que por sua vez, no conjunto



classificaram como ‘Má’ ou ‘Muito Má’ a intervenção representada na imagem ‘A’ (ver Imagem 11 e 12). Deste conjunto destacam-se as imagens ‘C’, ‘E’ e ‘G’ consideradas como intervenções ‘Razoáveis’ (em anexo).

Tal como é sugerido no capítulo alusivo à metodologia, ao visualizarem as imagens, os inquiridos tendem a mostrar-se mais participativos e com mais facilidade expressarem os seus pontos de vista. Este facto contribui também para que os comentários realizados às imagens sejam mais expressivos e por vezes distintos. Assim, os comentários e opiniões acerca da reconversão/reabilitação desta rua são bastante variados, sendo que, em grande parte, prendem-se com questões relacionadas com a presença de tráfego automóvel e com o arranjo das fachadas dos edifícios. Deste modo, alguns inquiridos referem o facto desta rua ter todas as características para se converter numa rua pedonal, permitindo ainda que se efectuem cargas e descargas e o acesso a veículos de emergência, visto tratar-se de “uma rua estreita, em que a estrutura das Portas d’El Rei e da casa dos arcos acaba por ser danificada, como podemos ver que a casa dos arcos até está mais inclinada para a rua. É uma rua tradicional, muito agradável para andar a pé”. Segundo algumas das pessoas que manifestaram esta opinião, desta forma já não seria necessário o recurso a floreiras e a medidas impeditivas ao estacionamento, sendo que, as floreiras poderiam ser aplicadas apenas nas janelas e varandas das casas, “de modo a dar mais cor à rua”. Contudo, há ainda quem defenda que a rua da Corredoura deveria permitir a circulação de automóveis desde as Portas d’El Rei até ao cruzamento com o Largo do Município, para onde deveria ser obrigatório virar, permitindo, deste modo, que o restante percurso da rua fosse pedonal, dando, deste modo, espaço às esplanadas e até, como um dos inquiridos referiu, “a comércio de rua, como acontece na Feira Medieval, com umas tendinhas, sobretudo no Verão quando há mais emigrantes e turistas”. De sublinhar ainda um pormenor referido pelos inquiridos, que poderia melhorar a imagem do centro histórico: a substituição dos candeeiros actuais por outros que pudessem lembrar os candeeiros tradicionais. Esta observação relativa à substituição dos candeeiros actuais por outros que façam lembrar os tradicionais, levanta uma outra questão que se prende com a ideia de autenticidade e com reinvenção da tradição, pois não é sugerido pelo inquirido que se voltem a colocar os candeeiros antigos, mas sim que sejam reinventados segundo o modelo tradicional. Há, portanto, uma ideia de que devem ser utilizados materiais novos, mas seguindo os modelos antigos, dando um ar de retrocesso temporal, de tradição. Para além da alteração dos candeeiros, foi ainda proposta a alteração dos toldos das lojas que podiam ser uniformizados. Por seu turno a questão da uniformização dos toldos, deixa transparecer uma certa “racionalização”, a busca pela “ordem”, que é traduzida através da

estandardização destes elementos. Foi ainda referida a necessidade de realizar uma “limpeza das fachadas, que se encontram muito descuidadas e dão um certo ar de abandono”. Sublinhe-se aqui a expressão “ar de abandono” que se revela deveras interessante, na medida em que existe a consciência por parte do inquirido que, de facto, não se trata de uma rua abandonada, visto os seus edifícios se encontrarem maioritariamente habitados e apresentarem, sobretudo no rés-do-chão, estabelecimentos comerciais. No entanto o facto de as fachadas se encontrarem descuidadas confere-lhe uma aparência de abandono – revela-se a dicotomia entre o facto de a rua parecer e o estar abandonada.



**Imagem 11 – Rua da Corredoura – Proposta J**



**Imagem 12 – Rua da Corredoura – Proposta A**

A terceira questão apresentada nos inquéritos sugeria a intervenção no conjunto de edifícios que envolvem o Largo D. Dinis, ou Largo da Avenida. A proposta ‘A’, de entre as propostas apresentadas, foi considerada, pela população inquirida, como tratando-se maioritariamente de uma intervenção ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’, sendo no entanto de destacar o facto de a proposta ‘H’ ter sido considerada como uma ‘Boa’ intervenção. De referir o facto de que, para esta última proposta, os inquiridos referiram que seria mais interessante, a projecção nas paredes dos edifícios das imagens dos monumentos, do que pintá-las, sobretudo nas noites de verão, constituindo um ponto de atracção. Como intervenção ‘Má’ ou ‘Muito Má’ foi considerada a proposta ‘G’ (ver Imagem 13, 14 e 15). Sobressai, desta forma, o desagrado mostrado por um número considerável de inquiridos face à aplicação das cores tradicionais, por serem consideradas cores “muito fortes”, mas também pelo desconhecimento por parte dos mesmos,

que o vermelho ocre e o amarelo-torrado constituíam as cores tradicionais das casas do centro histórico. Verifica-se, portanto, uma certa relutância à pintura das fachadas noutras cores, uma relutância face à mudança em detrimento da estabilidade, demonstrada pela preferência pelas fachadas em pedra e pintadas a branco. Foi ainda referido por um dos inquiridos que “as fachadas pintadas com várias cores fazem lembrar a Costa Nova, não tem nada a ver com isto aqui”.



**Imagem 13 – Largo D. Dinis – Proposta A**



**Imagem 14 – Largo D. Dinis – Proposta H**



**Imagem 15 – Largo D. Dinis – Proposta G**

Nas alternativas apresentadas para este espaço, é de salientar o facto de terem suscitado opiniões consideravelmente divergentes. Alguns inquiridos mencionaram o facto de não gostarem de ver este Largo com as casas todas de pedra, pois conferia-lhe “um aspecto muito pesado e sombrio”, tendo inclusive sido dito por um inquirido que “a pedra à mostra nestes edifícios



deveria ser banida”. Por outro lado, um considerável número de respostas obtidas refere precisamente o inverso, considerando a hipótese de todos os edifícios serem revestidos a pedra como uma opção muito boa, “já que a pedra constitui um elemento tradicional da construção desta região”. É ainda referido como alternativa que o revestimento das paredes deveria ser tido em consideração não por questões estéticas, mas sim devido às características construtivas do próprio edifício, isto é, se a pedra, por exemplo, tem qualidade para estar à vista ou não, devendo neste caso estar revestida.

A preocupação do tratamento do espaço do Centro Histórico enquanto conjunto ao invés de cada espaço ser tratado individualmente é também mencionada, uma vez que, várias pessoas referiram, o facto de este largo – Largo D. Dinis – e do Largo do Pelourinho terem que ser tratados como um todo, sendo alvo do mesmo tipo de intervenção, quer no que respeita a materiais – caixilhos, portas dos edifícios, colectores de águas pluviais e toldos de publicidade – como também nas cores e revestimento dos próprios edifícios.

Pode, de certo modo, interpretar-se esta questão como um interessante elemento da percepção – a população, muito embora se trate de dois largos distintos, percepção o espaço como comum, como um espaço unitário em que as ruas estabelecem a ligação, mais do que separam estes dois largos.

Um dos inquiridos, vai ainda mais longe, referindo o acto de todos os largos deverem sofrer o mesmo tratamento estético, “para não termos grandes discrepâncias dentro do Centro Histórico”, no que respeita a este tipo de espaços públicos.

A pergunta 4 é relativa ao Largo do Pelourinho, acerca do qual um elevado número de inquiridos pensa que, a proposta ‘A’ se revela como um intervenção ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’. Contrariamente, a proposta de intervenção ‘E’ constitui, para um elevado número de inquiridos, uma ‘Má’ ou ‘Muito Má’ opção em caso de intervenção (ver imagens 16 e 17). Verifica-se no caso deste largo, uma tendência para que as opiniões da população vão de encontro a uma manutenção da situação existente, ou seja, embora defendam uma uniformização no que respeita a portas, caixilhos de janelas, toldos de publicidade e tubos colectores de águas pluviais, a prevalência da cor branca como revestimento dos edifícios é a preferida pela população inquirida. Esta posição enquadra-se um pouco no sentimento tido pelos primeiros projectos de intervenção urbana em centros históricos, em que se defendia uma certa uniformização dos espaços tradicionais, medidas seguidas em certos aspectos nas intervenções realizadas pelo Estado Novo – ver Tomé (2002).

É ainda interessante perceber que a população não se identifica com as cores tradicionalmente utilizadas em Trancoso, cores fortes como o ocre e o amarelo escuro, outrora escolhidas por serem mais resistentes e ocultarem um pouco o resultado das intempéries invernais, que se traduziam em chuvas intensas e terminavam sujando as fachadas das casas. A maior parte dos inquiridos desconhecia sequer que eram sobretudo estas duas cores as cores mais utilizadas neste espaço no passado.



Imagem 16 – Largo do Pelourinho – Proposta A



Imagem 17– Largo do Pelourinho – Proposta E

É de salientar que, de novo, a população inquirida referiu a importância do tratamento igual entre o Largo do Pelourinho e o Largo da Avenida, bem como consideraram o facto de se eliminar o estacionamento em frente, sobretudo, aos edifícios do Largo do Pelourinho, uma medida importante que valoriza o conjunto e permite “uma visão panorâmica” do espaço. É importante salientar aqui o facto de a percepção que as pessoas constroem acerca do espaço se alterar também devido à introdução de novas tecnologias que permitem uma leitura diferente, como é o caso das fotografias aéreas que inicialmente eram tiradas através de um balão e que actualmente são conseguidas através de satélites. O recurso cada vez mais frequente a estas novas tecnológicas contribui de forma decisiva para alterar a imagem que as pessoas detêm do espaço que as cerca, deixa de ser apenas o que vêm no seu contacto directo com o espaço, e passa a ser a combinação entre o que vêm e as imagens que lhes são fornecidas acerca desse mesmo espaço. Foi sugerido que o estacionamento fosse apenas permitido durante a noite para os moradores, como sucede nos centros históricos de outras cidades.

Nas questões 5, 6 e 7, referentes ao Largo Luís Albuquerque, foram abordados vários aspectos do mesmo largo, mas o facto de a fotografia ser um meio estático, isto é, embora através da

fotografia se possa representar o espaço, trata-se de uma representação estática, sem movimento, o que levou a que o Largo fosse considerado sob três pontos de focagem distintos. Deste modo, a questão 5 corresponde aos edifícios a norte do Largo, a questão 6 refere-se aos edifícios a sul e a questão 7 a propostas de intervenção para o próprio largo.

No que concerne à questão 5, um grande número de inquiridos classificou a proposta 'A' como sendo um exemplo de 'Muito Boa' ou 'Boa' intervenção e a proposta 'F' como uma 'Má' ou 'Muito Má' intervenção (ver imagens 18 e 19). É ainda de referir o facto de uma considerável percentagem de inquiridos ter referido a proposta 'H' como 'Má' intervenção (ver imagem 20).



Imagem 18 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta A



Imagem 19 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta F



Imagem 20 – Largo Luís Albuquerque (N) – Proposta H

O tratamento deste largo, quer dos edifícios a norte quer dos edifícios a sul do Largo, devem, segundo a opinião dos inquiridos, ser tidos como um conjunto e a sua reabilitação deverá obedecer aos mesmos princípios e recorrer aos mesmos materiais. Foi referido ainda, por alguns inquiridos, o facto de ser interessante que cada largo tivesse um “ambiente próprio tendo em conta as diferentes ruas”. Foi mais uma vez referido que, para que a pedra possa ser exposta nas fachadas, é necessário ter em conta o facto de ter ou não qualidade para ficar visível, isto é, em muitos casos a pedra era apenas utilizada como um material de construção útil para a sustentabilidade das paredes, mas, como o intuito era o revestimento, não se apostou em pedra “aparelhada”, por isso sem qualidade estética para constituir uma fachada.

A questão 6 é relativa aos edifícios a sul do Largo Luís Albuquerque, para os quais as propostas consideradas na sua maioria como ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’ foram a ‘B’ e a ‘E’ e a que mais desagradou foi a proposta ‘I’, tendo sido considerada maioritariamente como tratando-se de uma intervenção ‘Má’ ou ‘Muito Má’ (ver Imagens 21, 22 e 23).



Imagem 21 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta B



**Imagem 22 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta E**



**Imagem 23 – Largo Luís Albuquerque (S) – Proposta I**

Há ainda a sublinhar que também as propostas ‘A’ e ‘F’ foram consideradas maioritariamente como ‘Boa intervenção’, contrariamente à proposta ‘G’, que, segundo os inquiridos, constitui uma ‘Má intervenção’. Com uma percentagem considerável de apreciações enquanto ‘intervenção Razoável’ destacam-se as propostas representadas pelas imagens ‘C’ e ‘D’ (em anexo).

No caso concreto deste conjunto edificado, foi mencionado por vários inquiridos a necessidade de preservar e evidenciar o edifício conhecido como “a casa do gato negro”, conotada por alguns indivíduos como tratando-se de um vestígio significativo da presença judaica em Trancoso. Foi ainda referida a importância de uniformizar os toldos dos estabelecimentos e a necessidade de encontrar outras soluções para as caixas de ar-condicionado, de modo a que não se vejam, “porque não têm nada a ver com o espaço histórico e são esteticamente feias.”

Em resposta à questão 7, relativa ao Largo Luís Albuquerque propriamente dito, a imagem ‘F’ foi a que mais interesse suscitou aos inquiridos, que a classificaram maioritariamente como tratando-se de uma intervenção ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’, tal como sucedeu com a imagem ‘B’, que também se destacou na preferência da população que respondeu aos inquéritos. Esta posição contrapõe-se à



proposta representada pela imagem 'A', que foi considerada como tratando-se de uma intervenção 'Má'. Com uma percentagem elevada de respostas avaliando-a como 'intervenção Razoável', apresenta-se a imagem 'C' (ver imagens 24, 25, 26 e 27).



**Imagem 24 – Largo Luís Albuquerque – Proposta F**



**Imagem 25 – Largo Luís Albuquerque – Proposta B**



**Imagem 26 – Largo Luís Albuquerque – Proposta C**



**Imagem 27 – Largo Luís Albuquerque – Proposta A**

No que concerne às opiniões dos inquiridos acerca deste espaço, elas revelam-se bastante interessantes. Para alguns dos inquiridos a questão do estacionamento não tem muita razão de ser, pois “fazia todo o sentido, pelas próprias características do Largo, ser fechado ao tráfego motorizado, trata-se de um lugar para estar e não de passagem”. Há inclusive quem chegue a sugerir a colocação de um parque infantil e de esplanadas e que a representação dos desenhos dos monumentos nas fachadas dos edifícios teria mais sentido neste largo do que no Largo D.

Dinis. Dos entrevistados, há ainda quem relembre que este largo tem um poço, que deveria ser reaberto, pois trata-se de um elemento da identidade do próprio lugar, dadas as características e a história que possuía. Por outro lado, há quem percepcione este largo como um espaço que pertence aos moradores, quase com um lado intimista. Por tal, pensam ser fundamental reservar lugares de estacionamento sobretudo para os moradores – um pouco no sentido do que Yi-Fu Tuan denomina por sentido do lugar (ver Tuan, 1990 e 2007). Numa posição de certo modo intermédia há os que defendam a arborização do largo, e a introdução de mobiliário urbano, sobretudo “bancos e candeeiros que dêem uma ideia de antigo, de tradicional”, retirando o estacionamento, mas permitindo a circulação dos automóveis. É, deste modo, visível que a percepção que a população tem do espaço e da sua identidade influencia substancialmente a posição que cada um tem acerca das intervenções a realizar neste largo, defendendo convictamente as suas posições.

A questão 8 refere-se à Rua Xavier da Cunha (ver inquérito em anexo). Trata-se da rua que dá acesso às segundas mais importantes Portas da Vila, uma vez que, a par com as Portas d’El Rei, encontram-se brasonadas e viradas na direcção de Lamego, um importante centro religioso. Tal facto faz despoletar diversos pontos de vista sobre as opções consideradas mais pertinentes num processo de reabilitação de um centro histórico. Das propostas apresentadas a opção ‘F’ foi a que reuniu um maior consenso como intervenção ‘Muito Boa’. Já a opção ‘C’ foi considerada por um número significativo – 14 respostas em 25 - de inquiridos como uma intervenção ‘Boa’. No conjunto de intervenções ‘Má’ e ‘Muito Má’, a imagem ‘E’ foi a que mais votos obteve. De referir também que a imagem ‘B’ é considerada ‘Razoável’ para um significativo número de pessoas – 15 em 25 - (ver imagens 28, 29 e 30).



Imagem 28 – Rua Xavier da Cunha – Proposta F



Imagem 29 – Rua Xavier da Cunha – Proposta C



Imagem 30 – Rua Xavier da Cunha – Proposta E

Também a percepção que os inquiridos têm acerca desta rua faz com que a avaliação das imagens propostas seja feita mediante parâmetros distintos. Desta forma, surgem opiniões que mantêm a máxima que o Centro Histórico não deveria ter trânsito. Neste sentido, medidas como o alargamento dos passeios tornam-se desnecessárias, visto o peão não ter que partilhar o espaço com veículos motorizados. É ainda referido que o alargamento dos passeios poderá não ser suficiente para evitar o estacionamento, por isso a medida mais eficaz termina mesmo sendo o encerramento ao tráfego automóvel. Alguns dos inquiridos referem mesmo o facto de “as intervenções terem que ser feitas em duas escalas distintas: uma no que respeita à rua, às fachadas, atendendo às necessidades visuais do peão que circula na rua e uma outra que se prende com intervenções nos telhados para favorecer uma vista panorâmica a quem pretenda percorrer os corredores de ronda ao longo da muralha”. É ainda referido em alguns inquéritos que deveriam ser retirados os actuais toldos das lojas e deveria optar-se por uma uniformização



para todas as lojas, de forma a conferir uma certa ideia de conjunto. Também o mobiliário urbano, deveria sofrer alterações, sobretudo os candeeiros que deveriam “lembrar mais os antigos candeeiros de rua, mais tradicionais.” Um dos inquiridos referiu ainda que, o tipo de intervenção a operar nesta rua deveria ser concordante com as intervenções a realizar na Rua da Corredoura. Este comentário deixa desde logo transparecer uma visão de conjunto do espaço que constitui o Centro Histórico de Trancoso. Esta percepção de conjunto tem como ponto de referência a Rua da Corredoura, o acesso principal que deve servir não apenas de “cartão-de-visita”, mas também como “padrão” para intervenções a realizar noutros espaços, noutras ruas.

A questão 9 diz respeito a intervenções propostas para o espaço envolvente ao Castelo. As diversas propostas elaboradas para este espaço surgem com o intuito de o valorizar, e prendem-se com medidas como alteração da iluminária, introdução de mobiliário urbano, mais concretamente bancos e papeleiras e a apresentação de painéis interpretativos da paisagem. É ainda sugerida a possibilidade de introduzir uma cerca de protecção.

Face às propostas apresentadas, a população inquirida seleccionou, maioritariamente, no conjunto de Intervenções ‘Muito Boas’ e ‘Boas’, as imagens ‘D’ e ‘E’. Como exemplo de uma ‘Má intervenção’ a imagem ‘A’ foi a mais seleccionada, sendo contudo interessante verificar que a solução ‘F’ foi simultaneamente a referida pelos diversos inquiridos como uma intervenção ‘Muito Má’ e ‘Muito Boa’ (ver imagens 31, 32, 33 e 34).



**Imagem 31 – Envolvente do Castelo – Proposta D**



**Imagem 32 – Envolvente do Castelo – Proposta E**



**Imagem 33 – Envolvente do Castelo – Proposta A**



**Imagem 34 – Envolvente do Castelo – Proposta F**

No que respeita a este espaço, quase todos os inquiridos referiram o facto de este necessitar de facto de uma intervenção visto encontrar-se praticamente abandonado e constituir um depósito de lenha e lixo para os moradores das imediações. “Trata-se de um espaço muito importante não apenas pelo facto de constituir a envolvência do castelo, mas também pelo facto de permitir uma excelente visualização de uma vasta paisagem para nascente.” Na sua quase maioria, os inquiridos referiram ainda, o facto de a iluminação existente ser pouco apropriada dadas as dimensões das caixas dos holofotes, o material de que são feitas e o seu estado de conservação.

Há ainda quem mencione que mobiliário urbano a introduzir deveria ser de “linhas modernas para contrastar com o antigo do castelo”, defendendo no entanto que o material usado deveria ser apenas o ferro e a madeira, para “não tirar o protagonismo ao castelo”.

A questão mais controversa das propostas foi a questão da cerca, pois para uns constitui uma solução interessante e confere mais protecção, já para outros é vista como “um elemento desnecessário, que pode condicionar a visibilidade do castelo e da barbacã desde a estrada”.

Por último, a questão 10 assemelha-se à questão 1, uma vez que, tal como na primeira, prende-se com a alteração na cor da iluminação do espaço, no caso concreto do Castelo e envolvente.

Para esta questão, a intervenção considerada maioritariamente como ‘Muito Boa’ ou ‘Boa’ foi sobretudo a ‘I’, em contraponto às propostas ‘A’ e ‘F’ que foram valoradas como ‘Má’ ou ‘Muito Má’ intervenção (ver imagens 35, 36 e 37).



Imagem 35 – Iluminação do Castelo – Proposta I



Imagem 36 – Iluminação do Castelo – Proposta A



Imagem 37 – Iluminação do Castelo – Proposta

Em relação a esta proposta de intervenção, os inquiridos têm opiniões distintas. Para uns era interessante inovar e optar por uma “iluminação arrojada como acontece em monumentos de outros países e mesmo noutras cidades cá em Portugal”, sobretudo se se tratasse de uma iluminação dinâmica, que permitisse a alteração das cores ao longo da noite (doze em vinte e cinco); para outros era ainda necessário ter em conta uma iluminação que favorecesse a barbacã (quatro em vinte e cinco); e na opinião de outros inquiridos, a iluminação actual é a mais adequada para este tipo de construção (nove em vinte e cinco).

O facto de em certas imagens termos optado por cores muito fortes prendeu-se, sobretudo com o facto de querermos provocar os inquiridos, fazendo com que, através da negação às propostas, se tornassem mais críticos e nos revelassem um pouco mais acerca da percepção que detêm do espaço, quais os elementos a ter em conta, a evidenciar.

É de salientar, em jeito de conclusão, que as opções que os inquiridos tomam estão intimamente relacionadas com a forma como percebem o espaço, como se identificam com ele, quais os elementos que tomam como mais relevantes. Torna-se importante conhecer a percepção que a população detém do espaço, para que as medidas a adoptar em caso de intervenção possam de facto corresponder quer às necessidades, quer às expectativas e preferências da população que aí reside, trabalha ou se desloca.

Como forma de complementar a informação obtida pelos inquéritos e como descrito no ponto 4.2 do presente capítulo, em Março de 2009 foram realizadas entrevistas a seis dos inquiridos que se mostraram disponíveis, sendo quatro do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Ao longo deste trabalho usaram-se nomes fictícios por forma a salvaguardar a identidade dos participantes. Assim, colocando mesmo de parte um tratamento mais formal e coloquial, que não se ajusta à metodologia aqui empregue (Cloke, 2004:127), o restante deste capítulo é constituído com base na interacção com Maria, Paula, António, Joaquim, Raquel e Ana – **ver quadro 1**.

#### **Quadro 1 – Dados dos Entrevistados**

**Fonte: Elaboração Própria**

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Residência</b>	<b>Local de Trabalho</b>	<b>Profissão</b>
Maria	43	Casada	No Centro Histórico	No Centro Histórico	Arqueóloga
Marta	29	Solteira	Fora do Centro Histórico	Fora do Centro Histórico	TSSHT <sup>8</sup>
António	26	Solteiro	No Centro Histórico	No Centro Histórico	Funcionário Camarário
Joaquim	64	Casado	Fora do Centro Histórico	Fora do Centro Histórico	Reformado
Raquel	21	Solteira	Fora do Centro Histórico	Fora do Centro Histórico	Estudante
Ana	52	Casada	Fora do Centro Histórico	Fora do Centro Histórico	Professora

Com a finalidade de obter mais informação acerca da construção da imagem e da percepção que os inquiridos detêm face ao centro histórico de Trancoso, foram abordados na entrevista cinco pontos principais: i) elementos representativos; ii) elementos dissonantes; iii) tradição *versus* autenticidade; iv) estética das fachadas; e v) circulação automóvel.

Mediante a análise das entrevistas, foi possível inferir que a relação directa que os entrevistados detêm com o espaço faz com que a construção da imagem do centro histórico seja distinta de

<sup>8</sup> Técnica Superior de Segurança e Higiene no Trabalho



entrevistado para entrevistado, ou seja, a percepção do espaço que cada um dos entrevistados possui é baseada na sua vivência quotidiana do espaço. Esta afirmação pode comprovar-se na medida em que os entrevistados que residem ou trabalham no centro histórico conhecem melhor o espaço, referindo, por isso, determinados pormenores que passam despercebidos aos entrevistados que, ainda que detendo uma relação “afectiva” ao centro histórico, apenas aí se deslocam pontualmente.

### **i) Elementos Representativos**

Analisando as respostas obtidas, verifica-se que, relativamente aos elementos representativos ou simbólicos, existem alguns comuns a todos os entrevistados: todos referiram como principais elementos identitários do centro histórico de Trancoso as muralhas, as Portas d’El Rei e o Castelo.

As muralhas são referidas enquanto elemento identitário do centro histórico na medida em que ainda se mantém relativamente bem conservadas e, como é referido por Maria, arquóloga, dão um certo aspecto de coesão do espaço, visto formarem “uma vila amuralhada que ainda se vê... as pessoas não precisam de procurar placas para encontrar o centro histórico porque ele está rodeado pelas muralhas, e as pessoas pensam: eh pá, que vila fantástica, ainda à medieval, aqui à beira interior, é mesmo aldeia histórica” referindo ainda que, “para além da cerca de muralhas em si é o verde, em termos de paisagem... é o facto de haver o parque e a relva junto às muralhas combinam muito bem, que valorizam a envolvente.”

Não obstante a concordância nestes elementos, Joaquim, reformado, referiu um pormenor interessante, que comprova que a percepção é um processo que resulta não só das sensações apreendidas pelos nossos sentidos, mas também de um processo de socialização a que cada indivíduo é sujeito face à comunidade a que pertence (ver capítulo 2.1, páginas 4 e 5). Ele refere que: “a imagem, chamemos-lhe postal ilustrado, que sempre nos mostraram, e que identifico com Trancoso, são as Portas d’El Rei (...) mas, para mim, a identidade de Trancoso, se é que ainda tem identidade<sup>9</sup>, é a zona medieval, junto ao castelo”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Identidade do centro histórico enquanto elemento tradicional, cuja imagem construída baseia-se no facto de ser um espaço de formação sobretudo medieval – identidade do espaço.

<sup>10</sup> Esta ideia, também partilhada pelo António, (como se verá em seguida) é fundamentada pela divisão histórica entre a Vila Velha e a Vila Nova, feita pela primeira linha de muralhas anterior ao século XIII, que já não existe, mas que é de

Para além destes três elementos, foram ainda referidos o pelourinho, as igrejas, as demais portas da vila e alguns solares que, segundo António, funcionário camarário, “fazem com que isto seja um centro histórico e não um espaço normal”. No entanto, António pensa que os elementos representativos são apenas “elementos pontuais” e “não zonas ou ruas,” pelo facto de “o centro histórico de Trancoso já estar muito descaracterizado”. Se tivesse que referir uma zona, seria também “a zona envolvente do castelo”, porque é ainda a que mantém alguma da originalidade deste espaço. No entanto, para outra das entrevistadas, Raquel – entrevista número 6 -, existe uma rua que ela identifica como elemento representativo de Trancoso: a rua da Corredoura, assim como um espaço em concreto, o jardim que se encontra no Largo Dr. Eduardo Cabral, diz: “eu gosto muito daquele jardim ali, mas não sei como é que se chama, aquele que fica em frente ao Palácio Ducal”. É ainda de salientar outro elemento que foi referido por Marta – entrevista número 5 – que, muito embora não se localize dentro do centro histórico propriamente dito – entenda-se espaço intra-muros da cidade de Trancoso – pertence à sua zona de salvaguarda: o Convento dos Frades.

## **ii) Elementos Dissonantes**

Ainda que as muralhas constituam, segundo a percepção dos entrevistados, um forte elemento identitário do centro histórico, dada a ideia de unidade que estas transmitem, é referido que, muito embora numa primeira impressão quem visita este espaço fica encantado com “o seu estado de conservação”, depois de entrarem dentro do centro histórico, um olhar mais cuidadoso deixa transparecer “um grande número de elementos dissonantes”, que faz com que quem visita este espaço, “acabe por se perguntar o que é que aqui acaba por ser um centro histórico ainda valorizado ou ainda se conserva? Se calhar muito pouco, muito pouco” refere a Maria.

Partindo deste discurso proferido por esta entrevistada, passamos assim a analisar as respostas dadas face aos elementos dissonantes apontados pelos entrevistados.

---

certa forma celebrada pelo poder local (que a marcou na Rua dos Cavaleiros) e que está presente no imaginário da população local como o cerne do centro histórico (ver capítulo 4.1.4). Há, portanto um conflito entre uma visão do centro histórico como pristino, estático, imutável e as alterações próprias de um espaço vivo e habitado

Face a estes elementos, as respostas são mais variadas, muito embora haja elementos referidos por vários entrevistados. Tal facto justifica-se pelo interesse pessoal de cada um dos entrevistados e pela sua imagem pessoal do espaço. Um dos elementos referidos como dissonantes foram os fios eléctricos, que se estendem ao longo das fachadas e que cruzam as ruas, os quais foram referidos nas entrevistas da Maria, do António e da Marta. Esta última, por exemplo, argumenta que estes “ficam muito feios e também fazem com que as fachadas das casas fiquem feias com tantos fios”. Para solucionar este problema, António, que é residente no centro histórico, diz que os “fios deviam ser enterrados” e refere ainda “que as antenas parabólicas deviam ser proibidas no centro histórico e, quanto às outras, não sei, deveria estudar-se outra solução, talvez antenas interiores, não sei... e agora querem pôr painéis solares nas casas. Acho que também deviam ser proibidos, isso descaracteriza completamente o centro histórico, quem por exemplo subir ao castelo e olhar para os telhados das casas, depois só vê os painéis, não tem nada a ver com este espaço, acho que se devia pensar melhor essas medidas antes de serem implementadas... afinal o centro histórico também não é assim tão grande... não acho bem.”

São ainda considerados desarmoniosos os materiais de uso mais recente nas portas e nas janelas, nomeadamente o alumínio e os diferentes tipos de telha, que nada têm de tradicional, mas que se tornaram de uso recorrente “e perante os quais a autarquia também não tem tomado medidas”, tal como refere Maria, que pelo facto de trabalhar directamente com o património, demonstra uma atitude de grande interesse face a esta temática.

Um outro elemento apontado como dissonante é a questão dos toldos publicitários das lojas e das montras “onde metem os envidraçados como muitos edifícios têm, que cortam a ideia dos centros históricos, com portinhas pequenas... mesmo as janelas com caixilhos e essas coisas, isso corta completamente com essa imagem”, refere o António, um jovem que reside no centro histórico. Foram referidos também como elementos dissonantes algumas reconstruções em que foi alterada a cêrcia original do edifício, acrescentando pisos, e adulterados os materiais utilizados nas portas e nas janelas, que já não são coincidentes com os elementos tradicionais. Em relação a este tópico, Joaquim, refere um facto curioso, ao dizer que: “a harmonia desta zona está a ser destruída mas não encontro justificação para isso, na procura de conforto, que pode muito bem ser conseguido sem destruir elementos tradicionais como as fachadas”. Para além das intervenções feitas nos edifícios, o mau estado de conservação em que se encontram outros edifícios é também um elemento considerado dissonante pelos entrevistados, que defendem que é “urgente intervir antes que fiquem piores, e depois passa ainda uma imagem mais negativa do



centro histórico de Trancoso e depois muitos turistas podem nem sequer querer voltar...” salienta Marta, uma jovem estudante. É defendido pelos entrevistados que acerca desta problemática deveria haver um papel mais activo da autarquia, quer no que respeita à fiscalização das obras realizadas que deveriam, sobre todos os aspectos, obedecer ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico em vigor, referindo mesmo que “em alguns casos [se deve] obrigar mesmo a deitar abaixo ou então obrigar a rebocar, ou se é uma casa em ruínas obrigar o proprietário a compor<sup>11</sup>... acho que muitas vezes as coisas acabam por acontecer sem que as pessoas ... se preocupem muito com isso... lá haverá uma casa que tem um projecto de arquitecto ou que o dono, já tem alguma idade e em que a casa também já é bastante antiga e que por isso a preserva ou então fica tudo sem jeito, são os portões, são as portas, são os cabos de electricidade, é principalmente isso... o facto de muitos não rebocarem casas que não deviam estar em pedra... uma série de coisas” salienta Maria.

Ainda relativamente às intervenções efectuadas no edificado, é referido que, para além da alteração da cêrcia, a utilização de materiais modernos, como “mármore, granito polido e as caixas do ar-condicionado, descaracterizam completamente o centro histórico” Marta.

Um outro elemento referido como sendo dissonante no centro histórico é o Café Avenida, denominado pelas duas entrevistadas que a ele se referiram como “o café transparente” e que segundo Ana, “até podia ser um lugar interessante, porque sendo transparente não colidia com as fachadas, mas está completamente degradado e isso não se justifica face ao lugar onde se encontra. Estar a modernizar-se em centro histórico e depois encontrarmos um café transparente em que os vidros partidos estão colados com papel autocolante, dá um ar decrépito, muito desagradável.” É ainda referido por esta entrevistada que o edifício novo que pretendia ser um centro comercial em frente às Portas d’El Rei é também um elemento dissonante, pois mesmo não estando dentro do centro histórico, está “tão próximo e não faz ligação nenhuma com a envolvente”.

São ainda considerados dissonantes os candeeiros actuais que dizem “não se enquadram com o espaço, não têm nada a ver com um centro histórico”, refere António.

---

<sup>11</sup> Os prédios em ruínas tem sido alvo de uma preocupação cada vez maior por parte dos responsáveis políticos. O regime de reabilitação urbana, que vigora há dez anos, previa já a possibilidade de expropriação por utilidade pública e no dia 10 de Abril de 2009 foi anunciada uma nova medida, sobre a qual foi realizado o pedido de autorização legislativa, que visa a venda coerciva de imóveis degradados em áreas de intervenção urbana com intervenções sistemáticas..

Complementando os elementos dissonantes, é referido pelos entrevistados a existência de vários elementos devolutos, nomeadamente o espaço que envolve o castelo – para o qual são, aliás, propostas algumas intervenções no inquérito realizado, na questão 9 – bem como o Palácio Ducal, referido por todos os entrevistados como sendo um espaço arquitectonicamente relevante “que não se justifica estar no estado de degradação em que se encontra.”

Também foram considerados devolutos alguns largos, que Joaquim alega “terem perdido toda a importância social que tinham enquanto lugar de encontro entre as pessoas, mas agora essa função foi substituída pelo estacionamento dos automóveis, o que lhes fez perder toda a identidade.”

### **iii) Tradição *versus* autenticidade**

Sabendo que a questão da identidade está intimamente relacionada com a tradição, pretendeu-se também, através das entrevistas, perceber qual a percepção dos entrevistados face à questão da preservação da tradição *versus* autenticidade e da implementação da modernidade, relativamente a alguns elementos, sobretudo no que respeita ao mobiliário urbano.

No tocante a este ponto, constatou-se, relativamente aos entrevistados que, enquanto que para uns é importante ser antigo, para outros “parecer antigo pode resolver” – Marta.

Constata-se então que estamos perante um ponto de discussão bastante interessante, pois as opiniões afiguram-se distintas, o que permite analisar vários pontos-de-vista. Deste modo, por um lado, há quem defenda que é importante ser antigo, na medida em que “parecer antigo é falsear a história”, como refere Ana. Esta professora defende ainda que, “se é antigo é interessante se puder ser reutilizado e mostrado... é importante para dar a conhecer como era, mostrar como se utilizava e quais eram as suas funções”. Por outro lado, num discurso mais moderado, Joaquim refere: “se houver possibilidade de repor antigos com uma certa harmonia, isso era o ideal, agora se se optar por reposições que nos levem a revermo-nos num certo passado cultural e arquitectónico não tenho nada contra mas há que dizer que são reproduções e não vender como originais para não falsificar os elementos tradicionais”. No entanto, Marta encara esta questão de uma forma ainda mais liberal, dizendo apenas que mesmo que não seja antigo, o facto de parecer já ajuda a mudar a imagem do espaço, não necessita ser antigo, basta parecer.

Acerca deste ponto, António refere ainda que “não devemos tentar transformar isto numa vila medieval, porque nós não sabemos como é que era, por isso acho que o que é importante é valorizar os elementos que ainda existem antigos e tentar preservar aqueles que, embora a antiguidade não seja muita, como por exemplo as casas que foram construídas no início do século XX, pois também ajudam a construir a imagem do centro histórico”.

Acerca deste tópico, foi ainda mencionado por Ana que era importante conjugar os elementos de cada época, de modo a permitir traçar a evolução do espaço no tempo, uma vez que “cada época tem a sua marca, o seu registo”. Esta ideia é complementada pela concepção que António tem acerca da tradição *versus* autenticidade, referindo que “no caso de as casas serem antigas e haver possibilidade de as voltar a pôr como eram originalmente, tudo bem... agora se fazem uma coisa nova e destroem completamente um espaço... se se implementasse uma política de se deitar abaixo tudo o que é novo para voltar a reconstruir como os antigos, não dá. Acho que se deve valorizar o que é antigo, o que for feito de novo deve assumir-se que é novo, não devendo no entanto, ser demasiado moderno para não chocar”.

Acerca da questão da tradição *versus* autenticidade, Maria refere ainda, de uma forma bastante simples “acho que é importante manter o antigo nos casos em que ele ainda está presente, não é?... E não vale a pena parecer antigo só por parecer...”. Menciona ainda que há elementos que deveriam ser reabilitados como é o caso dos fontanários, que são elementos que pertencem à tradição deste espaço, e, muito embora “já não houvesse muitos, devia mostrar-se pelo menos um, até porque estes elementos também estavam relacionados com os largos...”.

Quando questionados acerca da possível introdução de esplanadas nas ruas do centro histórico, a generalidade dos entrevistados mostrou-se bastante favorável à ideia, referindo que seria uma medida interessante, que podia trazer mais pessoas para as ruas do centro histórico, transformando este espaço num espaço vivido, em que as ruas, segundo Joaquim, que se encontra reformado, “voltariam a desempenhar um papel de ponto de encontro para as pessoas”. Os locais apontados para a implantação destes elementos são sobretudo a Rua da Corredoura e o Largo da Avenida, pela sua importância no contexto urbano e pelo facto de se encontrarem ligados, dado que a Rua da Corredoura é o principal acesso ao Largo da Avenida.

No entanto, apesar de esta ser uma proposta que os deixa bastante agradados, ressaltam o facto de esta medida poder apenas poder ser posta em prática nos meses de Verão, dadas as baixas temperaturas que afectam toda a região durante o Inverno. Para além deste pormenor, referem

ainda que a colocação de esplanadas se encontra directamente condicionada pela circulação automóvel, uma vez que, “enquanto houver carros a circular sobretudo pela Corredoura, não se pode ter nada disto”, tal como refere António”.

#### **iv) Estética das fachadas**

As fachadas constituem, indubitavelmente, um elemento de grande importância quando se estuda um centro histórico. São elas que estabelecem a ligação entre o domínio público e o domínio privado (ver capítulo 4.1.3). São também as fachadas que mais transparecem o estado de conservação de um espaço, na medida em que é através delas que o transeunte forma a sua imagem do edificado e do conjunto que este forma.

Por este motivo, era de todo o interesse abordar a opinião dos entrevistados acerca deste elemento, que, como aliás se pode constatar, foi sendo referido algumas vezes pelos entrevistados quando questionados acerca dos elementos dissonantes.

A estética das fachadas constitui uma preocupação para os entrevistados, sobre a qual pensam ser importante existir uma postura mais interventiva, uma vez que constituem um elemento fundamental para que um visitante construa a sua imagem acerca do centro histórico. No entanto, a percepção que as pessoas têm quer acerca dos materiais utilizados na sua constituição, quer das medidas a tomar no que concerne à recuperação das fachadas são algo distintas.

Se por um lado Raquel diz:” penso que fica bem num centro histórico o recurso à pedra... acho que o que fica melhor é a pedra à vista a revestir as paredes das casas, ou então as casas pintadas de branco, que ficam bem com a pedra e dão assim um ar mais tradicional.”, por outro lado António defende que “há casas em que a pedra não foi utilizada para estar à mostra... acho que não se devia permitir a uma pessoa pôr uma fachada em pedra se a casa não está preparada para isso... se quando foi feita era para ser rebocada.” Esta ideia é reforçada pelo depoimento de Maria, que refere que “a pedra à vista, que é um problema nestas terras, acaba por já não ter qualidade nenhuma na maior parte das casas e põem-na à vista, o que não fica nada bem, porque elas eram rebocadas, o que faz com que não sobressaíam os vãos, que eram extremamente interessantes.”

Em relação à reutilização das cores tradicionais nas fachadas dos edifícios, as perspectivas dos entrevistados são também distintas. Por um lado, Marta e Raquel concordam acerca do facto de não gostarem de ver o centro histórico com as cores tradicionais, sendo referido mesmo por Raquel que “em relação às cores tradicionais confesso que não me agradam muito, acho que são assim... que já não fazem muito sentido, as pessoas já nem sabem quais são, como eu não sabia, por isso...”. Defendendo um outro panorama, Maria defende ser “apologista de trazer as cores tradicionais em algumas circunstâncias porque dá uma nova cor e uma nova..., até para as pessoas se lembrarem que o centro histórico não era assim, se calhar choca, mas também as pessoas acabam por ter uma ideia, ou recordar um passado... ainda há pessoas que se lembram...”. Acerca das cores tradicionais, Ana refere que “dariam mais vida, um ar mais quente... era capaz de ficar interessante”.

Por seu turno, Joaquim assume uma postura mais crítica, ao referir que “ainda ninguém me convenceu que se as cores tradicionais deixaram de se usar foi exclusivamente por razões comerciais. Foram outros produtos que foram lançados no mercado muito menos duráveis, muito mais incaracterísticos, mas que têm um valor comercial que nos foi imposto, porque as cores tradicionais provaram-no durante séculos e ainda ninguém me convenceu de que seriam as ideais, (...) por isso a sua utilização não só não me chocava como a vejo como uma questão identitária.”

É ainda referido pelos entrevistados que a projecção de imagens nas fachadas dos edifícios podia constituir uma ideia interessante. Acerca deste tema, Joaquim refere que “seria interessante quer para os turistas, quer para os residentes (...) não me choca, era o que mais faltava deixarmos de pôr a tecnologia ao serviço não só das pessoas como de modo a rentabilizarmos as coisas”. Acerca da projecção de imagens nas paredes, Maria invoca esta opção como sendo “de vanguarda (...) um pós modernismo” e que existindo fora das muralhas uma série de edifícios de referência como o centro cultural, o teatro, entre outros, que poderia adoptar-se esta técnica nesses edifícios e que “o centro histórico deveria ser preservado de alguma maneira, nestes elementos... o que não quer dizer que... que no Largo da Avenida, como já existiu ... foi uma experiência fantástica, que era a projecção de filmes ... acho que foi uma ideia fantástica, mas mesmo da parte da Câmara, reunia lá as pessoas sentadas a verem um filme, podiam beber alguma coisa, podiam vir outra vez, ouvia-se crianças a rir e a chorar... isto é tinha que ser mantido, tu estás a ver cinema, mas a ver uma projecção livre, no Largo da Avenida, quer dizer, foi espectacular, eu acho que era uma experiência a manter. (...) Toda a gente saía, mesmo quem não quisesse ir ver o cinema, ia para lá,

estava lá toda a gente de Trancoso...”salvaguardando no entanto que Trancoso tem o “problema do clima”, e que “quem quiser estudar o centro histórico é fundamental estudá-lo para ver que possibilidades é que tem que dar aos visitantes e principalmente aos moradores.”

#### **v) Circulação automóvel**

A percepção do espaço que cada um dos entrevistados tem acerca do centro histórico, influencia terminantemente a sua postura face às várias temáticas abordadas neste trabalho, consequentemente a questão da circulação automóvel não é excepção.

Deste modo, para Maria e para Joaquim, o centro histórico deveria estar totalmente vedado à circulação automóvel, pois trata-se de um espaço de dimensão bastante reduzida e sem grandes obstáculos para as deslocações pedonais, sendo, consequentemente, beneficiado com a adopção desta medida. Conforme defendem estes dois entrevistados, o trânsito deveria apenas ser permitido a veículos de emergência e para a realização de cargas e descargas, visto existirem um elevado número de estabelecimentos comerciais no seu interior. Alegam ainda que o trânsito põe em risco a estabilidade estrutural das Portas d’El Rei e da Casa dos Arcos, que segundo Maria, “encontra-se cada vez mais inclinada para a rua, por causa das constantes vibrações provocadas pelo trânsito que vão danificando cada vez mais a estrutura do edifício”.

Mediante a perspectiva de outros entrevistados, como é o caso de Marta e de António, devem tomar-se medidas relativas à circulação automóvel no centro histórico. No entanto, defendem que se deveria apenas encerrar o trânsito na Rua da Corredoura, mantendo as demais ruas abertas à circulação viária, salvaguardando a “ligação entre as Portas de São João e as Portas do Prado”.

Referem ainda que, em vez de se impedir a circulação do automóvel, podiam aplicar-se apenas medidas restritivas ao estacionamento, uma vez que, segundo António “se as pessoas não poderem estacionar cá dentro, a circulação não afecta tanto... o problema é mesmo o facto de as pessoas que muitas vezes trabalham nestas lojas e às vezes mesmo os próprios donos das lojas que chegam de manhã e estacionam o carro aqui na rua o dia todo e depois dá esta imagem de... estar sempre tudo cheio, não fica bem no centro histórico, é que os visitantes se quiserem passar por aqui de carro nem têm onde parar...”.

Quando questionados relativamente à possível adopção de parquímetros como forma de dissuadir o estacionamento de longa duração, os entrevistados mostraram-se favoráveis à aplicação da medida, pois consideram que “era uma forma de evitar que estes carros todos que aqui estão parados fossem circulando, e só parasse mesmo quem realmente precisa, mas sempre por períodos de tempo mais curtos, libertando por isso as ruas de grande parte destes carros que prejudicam mesmo a circulação pedonal ” – refere Ana. Ainda acerca dos parquímetros, António refere, no entanto, que a sua aplicação deveria ser estudada, de modo a que “não viessem também estes elementos a tornarem-se dissonantes”.

### **4.3 Conclusão**

De forma sumária, pode concluir-se que todos os entrevistados identificam como principais elementos identitários do centro histórico de Trancoso as muralhas e o castelo, elementos que consideram fundamentais para a construção da imagem deste espaço. Se a estes elementos juntarmos as várias portas da vila, o pelourinho e as igrejas, o Convento dos Frades e o núcleo de edifícios que se localizam entre o castelo e a Rua dos Cavaleiros, referidos apenas por alguns dos entrevistados, teremos o conjunto de elementos nos quais assenta a imagem identitária que os entrevistados têm acerca do centro histórico de Trancoso. São estes, segundo os entrevistados, os principais símbolos da cidade, que a distinguem, que a tornam autêntica na sua arquitectura e enquanto conjunto e que estão na base da identidade de todo o espaço que é considerado centro histórico.

Apesar de considerado como espaço único dadas as suas particularidades, não se coíbem a identificar, no centro histórico, de Trancoso um conjunto de elementos dissonantes que consideram descaracterizar a imagem deste espaço, destacando, de entre estes, os edifícios em mau estado de conservação; os fios eléctricos que se amontoam nas fachadas das casa e que frequentemente se cruzam por cima das ruas; e as intervenções realizadas em vários prédios, que não cumprem as medidas de salvaguarda estabelecidas para o centro histórico, quer no que respeita aos materiais utilizados, à modificação da cêrcia dos edifícios e a alterações nas fachadas que terminam descaracterizando todo este espaço. É ainda referido pelos entrevistados a existência de espaços devolutos ou sub-aproveitados, nomeadamente alguns largos, que

perderam a sua função social de ponto de encontro para a população, assim como o espaço envolvente ao castelo e alguns edifícios, mais concretamente o Palácio Ducal, que por se tratar de um edifício de referência no centro histórico e dada a sua localização e arquitectura tão particulares, deveria servir de exemplo para a recuperação de outros edifícios.

Quando questionados acerca da tradição e da autenticidade, os entrevistados revelaram opiniões distintas. Há quem considere que havendo possibilidade de repor elementos tradicionais, como candeeiros e fontanários, deveria optar-se primeiramente por essa solução. No caso de tal não ser possível e se utilizarem reproduções de elementos antigos, referem que se devia fazer menção ao facto de se tratar de réplicas, de modo a “não falsear a imagem que se tem desses elementos”. Por outro lado, há entrevistados que referem que, ao invés de ser antigo, “parecer antigo pode resolver”.

Deste modo, a temática da tradição e da autenticidade revela-se bastante interessante ao fornecer opiniões tão díspares, que permitem discutir a percepção que os entrevistados têm acerca deste espaço: enquanto que para uns a tradição revela-se na autenticidade dos elementos e que neles se alicerça a imagem do espaço; para outros essa tradição pode ser cumprida através de elementos que façam lembrar elementos antigos, em que a tradição se cumpre pelo simbolismo atribuído a determinados elementos e não pela sua autenticidade.

No entanto, apesar das opiniões díspares, todos parecem concordar que a introdução de certos elementos modernos, mais concretamente mobiliário urbano, poderia ser benéfica, desde que devidamente enquadrados neste espaço, por forma a conseguir traçar-se a própria evolução do centro histórico, onde cada época possa ser reconhecida nos diversos elementos, traçando a própria cronologia do lugar. “Do casamento entre elementos antigos e elementos modernos pode resultar a valorização do centro histórico de Trancoso”, refere mesmo Joaquim.

Grande parte das fachadas dos edifícios do centro histórico foi ponto comum nas observações mais negativas efectuadas pelos entrevistados. Se, por um lado, umas se encontram degradadas e a necessitar de intervenções urgentes, outras foram intervencionadas de modo incorrecto, segundo o ponto de vista dos entrevistados. Segundo estes, as fachadas constituem elementos importantes na preservação da imagem tradicional dos lugares, mas no caso de Trancoso, esta imagem tem-se vindo a perder, pelo facto de “cada um usar os materiais que quer e compor as casas sem se importar em preservar a sua traça original” – Joaquim.



O recurso às cores tradicionais, como forma de intervir nas fachadas também não é consensual por parte dos entrevistados: se para uns seria um regresso à identidade deste espaço, outros defendem que se trata de cores demasiado fortes que caíram em desuso e talvez já não se enquadrem mais neste espaço, assumindo que a pedra e as paredes pintadas de branco são o que actualmente mais identificam com o conceito geral de “centro histórico”. Por outro lado, o recurso a outras cores poderia significar o perder por completo a identidade do espaço, uma vez que “ficaria parecido à Costa Nova” – António.

Relativamente à questão da circulação automóvel no centro histórico, as opiniões dos entrevistados coincidem no que respeita à necessidade de fazer alterações. Contudo, se segundo a percepção que uns têm acerca deste espaço, bastava encerrar ao trânsito a Rua da Corredoura, visto ser esta a rua principal de todo o centro histórico e onde se localiza um grande número de estabelecimentos comerciais, para outros a dimensão do centro histórico é tão reduzida que consideram não fazer sentido a circulação automóvel. Segundo estes últimos, a pedonalização do espaço em questão fazia todo o sentido, constituindo inclusive uma forma de o valorizar, uma vez que os peões poderiam circular mais livremente sem a preocupação constante de terem que se desviar dos automóveis, podendo por isso desfrutar melhor deste espaço. A pedonalização constituiria uma forma de restituir a rua às pessoas, devolvendo-lhe o cariz social de outros tempos.

A par das opiniões críticas que os entrevistados foram tecendo acerca do espaço, foram também apresentando algumas propostas de intervenção que poderiam contribuir para melhorar a imagem deste centro histórico. Ora, esta atitude demonstra um interesse pelo espaço, pela representatividade que ele encerra, assim como o reconhecimento deste lugar como parte da identidade colectiva de Trancoso por parte dos indivíduos que se disponibilizaram a colaborar na realização deste estudo.



## 5. Conclusões e recomendações

*“Tudo sugere que as paisagens são coisas óbvias. No entanto, quando tentamos analisá-las, logo se nos afigura que, em primeiro lugar, são tão familiares e envolventes que se torna difícil enquadrá-las numa perspectiva nítida e, em segundo lugar, que não podem ser facilmente desmontadas nas suas partes constitutivas, como os edifícios e ruas, sem perder o sentido da panorâmica geral. Portanto, as paisagens são simultaneamente óbvias e esquivas; aparentemente, sabemos exactamente o que são, até ao momento em que temos que pensar e escrever sobre elas, ou modificá-las de alguma maneira; e então tornam-se enigmáticas e frágeis.”*

Edward Relph in *A paisagem urbana moderna* (1987:13)

O estudo de um espaço, muito embora se possa afigurar como uma tarefa simples, vai-se revelando, à medida que sobre ele se debruçam as atenções, um processo cada vez mais complexo, e da imagem inicial que dele se havia construído derivam muitas outras imagens, perspectivas, percepções.

Mais complexo ainda se torna estudar as interpretações e percepções que diferentes pessoas constroem acerca desse mesmo espaço, quando confrontadas com possíveis cenários de transformação, tal como se pretendeu fazer neste trabalho, tendo como estudo de caso o centro histórico de Trancoso. No entanto, este processo veio a revelar-se bastante interessante e frutuoso, como aliás já referido no Capítulo 4.3, relativo às conclusões específicas do caso de estudo.

Neste processo de recolha de dados acerca da percepção dos inquiridos numa primeira fase, e posteriormente dos entrevistados numa segunda fase, as técnicas de “photo-elicitation” e “scenario visualisation”, mostraram-se extremamente úteis. Ao serem confrontados com os possíveis cenários de intervenção propostos nos inquéritos, os inquiridos revelaram alguma surpresa face às alternativas, o que permitiu, para além da avaliação dos cenários propostos, comentários acerca do espaço, que foram revelando um pouco acerca da imagem que estes detêm relativamente ao centro histórico. O facto de apenas um reduzido número de inquiridos se ter disponibilizado para contacto posterior, não desvaloriza esta experiência, na medida em que os entrevistados demonstraram que possuem uma imagem do espaço bastante concreta e que sobre ela cimentam as suas propostas de intervenção, de modo a tentar solucionar os problemas com os quais pensam que o centro histórico se debate.

O recurso à utilização de imagens nos inquéritos, permitiu uma maior aproximação entre a investigadora e os inquiridos, que se no início se demonstraram pouco disponíveis para colaborar, foram sendo “provocados” pelos cenários propostos e foram revelando o seu ponto de vista, desvendando a sua própria imagem do espaço. Estas técnicas despoletaram a curiosidade dos inquiridos que verificavam ora com espanto, ora por vezes com alguma indignação, as alternativas sugeridas, o que fez com que fossem tecendo comentários, mostrando-se favoráveis ou desagradados com as propostas, lembrando elementos que já não existem, mas que foram parte integrante do centro histórico e que se encontram apenas na memória mais ou menos colectiva.

A imagem formulada por cada um deles, decorrente da percepção individual do centro histórico, aproxima-se em vários pontos, como é o caso concreto dos principais elementos representativos, dos elementos que facilmente são conotados com Trancoso e que terminam constituindo parte integrante da sua imagem colectiva. No entanto, não é apenas relativamente aos elementos identitários que as imagens dos entrevistados encontram similitudes, o mesmo sucede relativamente a um considerável número de elementos dissonantes, na pertinência que vêm na reavaliação da circulação automóvel, ou no estado de conservação das fachadas e no impacto que isso causa nos turistas.

Face à aplicação desta metodologia ao centro histórico de Trancoso, foi possível perceber não só pelo que podemos constatar através da nossa própria vivência do espaço, mas também pelos relatos dos entrevistados, que este local tem sofrido mudanças consideráveis ao longo dos anos,

quer no que respeita ao espaço público que o constitui, salientando-se aqui ruas e largos, como também no que concerne à propriedade privada. Vários espaços têm sido intervencionados, mas será que o foram da forma mais correcta? Ter-se-ão preservado as características fundamentais que constituíam parte fundamental para a preservação da imagem do centro histórico de Trancoso? Estas questões podem encontrar resposta através do recurso à metodologia apresentada, que pensamos ser uma mais-valia para discussão da revitalização e reabilitação deste espaço, confrontando a população com as propostas delineadas e, simultaneamente, recolhendo informação da população que possa questionar ou consolidar as propostas de intervenção dos técnicos.

Considera-se, portanto, que o recurso à manipulação de imagens pode constituir uma ferramenta muito útil para a apresentação de propostas de intervenção para o centro histórico, uma vez que, tal método, como refere Harper (2002:14), permite obter mais informação e informação diferenciada e mais qualitativa, evitando os mal-entendidos próprios do recurso à linguagem verbal. Esta metodologia permitiu iniciar uma discussão cada vez mais pertinente acerca das intervenções a realizar nos centros históricos – neste caso em concreto no centro histórico de Trancoso – e de que forma a percepção que os habitantes fazem do espaço pode contribuir para uma maior coerência no processo de reabilitação urbana.

Muito embora, tal como supra mencionado, as conclusões específicas do estudo do caso prático se encontrem em capítulo próprio, julga-se ser de toda a pertinência referir neste ponto algumas conclusões que elucidam acerca dos dados auferidos nestes estudo.

É assim importante destacar que, intimamente relacionados com a imagem que a população inquirida detém do centro histórico de Trancoso, encontram-se sobretudo três elementos: as fachadas dos edifícios, os elementos simbólicos e a questão do trânsito.

No que respeita às fachadas, é referido que se trata de um elemento fundamental para que os visitantes construam uma imagem da cidade. Por isso é urgente adoptar políticas de intervenção que contribuam para melhorar o seu aspecto, tornando-o mais agradável e contrariando a ideia de abandono e de degradação. É ainda de realçar o facto de, apesar de todos os entrevistados referirem a importância de intervir nas fachadas, nem todos concordarem no tratamento a realizar: enquanto que uns são apologistas do uso massivo da pedra, outros defendem que se deve revestir as paredes em que a pedra não tenha qualidade para estar à vista, pois defendem que o uso excessivo da pedra não representa verdadeiramente as construções tradicionais, que

eram muitas vezes revestidas com materiais como o barro. Ainda no que se refere às fachadas, mais concretamente à reutilização das cores tradicionais, é referido por vários entrevistados como sendo algo lhes desagradava, uma vez que já não associam essas mesmas cores ao que idealizam como sendo o centro histórico de Trancoso.

Relativamente aos elementos simbólicos, é de realçar que todos os entrevistados se referiram às muralhas e ao castelo como os principais elementos identitários deste espaço. É sobretudo baseado nestes dois elementos que constroem a imagem da cidade de Trancoso, sublinhando a importância da sua preservação. No entanto, para além destes dois, são ainda mencionados outros, como o Pelourinho, as igrejas e sobretudo o Palácio Ducal, todos estes ligados a um aspecto monumental, isto é, todos passíveis de serem encarados como monumentos, quando analisados individualmente. É ainda sintomático o facto de alguns dos entrevistados referirem como elemento simbólico, a denominada “vila velha” – tal como explicado na caracterização morfotipológica do centro histórico de Trancoso – por considerarem tratar-se do espaço mais “genuíno” do centro histórico, pelo facto de conservar as ruas sinuosas e os edifícios de cêrcia relativamente reduzida, com as floreiras encostadas às paredes.

Ora, é precisamente o reconhecimento destes elementos e a sua identificação com o lugar em questão, tal como refere Lewicka (2008:3), que contribui para a formação do sentido de estabilidade do observador, face a um mundo em constante transformação. São estes significados atribuídos a elementos simbólicos específicos que constituem o centro histórico como um lugar com uma identidade própria. A criação do centro histórico enquanto lugar é, pois, conseguida mediante duas perspectivas: a objectiva e material constituída pelas formas físicas dos elementos concretos e a subjectiva e metafórica, resultante da percepção das pessoas. É a união entre estas duas perspectivas que permite aos habitantes do centro histórico de Trancoso, estabelecer com este lugar peculiar o sentido de pertença, e tal como refere Cresswell (2006:356) o tornam diferente de todos os outros lugares

Um outro elemento que gera alguma divergência de opiniões é sem dúvida a questão do trânsito. Trata-se de uma questão muito pertinente no processo de reabilitação dos centros históricos, uma vez que estes espaços não foram de todo concebidos para este tipo de circulação motorizada. Ora, assim sendo, as opiniões dos entrevistados, ainda que divergentes acerca de se encerrar na totalidade o centro histórico ao trânsito automóvel, são unânimes quando se referem à circulação automóvel na Rua da Corredoura. Esta rua possui também uma forte carga simbólica,

o que contribui para que todos os entrevistados defendam que, pelo menos esta rua deva ser dedicada exclusivamente ao trânsito pedonal, o que poderia, além do mais, favorecer o comércio que se aí se situa, visto ser a rua comercial por excelência de toda esta unidade territorial.

Analisando os dados obtidos nas entrevistas, é curioso que nenhum dos entrevistados se referiu aos residentes e à importância de manter as pessoas no centro, assim como de atrair novos habitantes para este espaço. É importante perceber porque é que colocaram a ênfase na dimensão física do centro histórico e valorizam tanto as questões da reabilitação urbana, mas não se referem à componente humana, aos habitantes. A abordagem do centro histórico, por parte dos entrevistados, constituiu quase um olhar exterior, dando pouca importância à questão humana. Não é abordada a questão da sociabilidade que se idealiza, normalmente, para estes espaços repletos de história e que outrora constituíam o centro de toda a vida social. É, no entanto, de realçar a preocupação que os entrevistados revelam acerca dos turistas e visitantes e na necessidade de lhes proporcionar uma experiência agradável para que possam regressar.

Esta análise faz com que se levante a questão: para quem é o centro histórico? Será que se devem pensar e intervir no centro histórico sobretudo para os visitantes e turistas, para que acerca deste espaço construam uma imagem agradável que os faça voltar ou, pelo contrário, o centro histórico deve ser acima de tudo pensado para os residentes, para os habitantes e pensando também em atrair novos moradores? Devemos ter em conta que, na sua maioria, os habitantes do centro histórico são pessoas idosas, que passam quase despercebidas sempre limitadas ao seu espaço, à sua casa, já quase não usufruem do espaço público, já quase não os vemos nos bancos dos jardins? Será por isso que quase são esquecidos e que raramente são ouvidos nas questões que também a eles dizem respeito? Afinal a cidade também faz parte da sua própria identidade, e eles constituem a parte vital da identidade da cidade.

Talvez tenha, no entanto, sido a forma como as questões foram colocadas aos entrevistados que tenha resultado mais na incidência das respostas acerca do espaço físico e não tanto acerca do lado humano dos centros históricos. Portanto, a experiência realizada nesta investigação leva a que possamos identificar algumas limitações a serem colmatadas em trabalhos posteriores. Encaramos, pois, como recomendações para trabalhos à *posteriori* uma amostra a estudar mais lata, de modo a que se possa abranger pessoas de faixas etárias mais diversificadas, o que à partida poderá contribuir para uma maior abrangência de pontos de vista, abarcando um número

mais significativo de percepções acerca do centro histórico e das medidas a tomar, no que respeita a intervenções no espaço.

É ainda importante que, num trabalho que tenha como cerne o estudo da reconversão e reabilitação urbanas e que recorra à participação pública, seja mais abrangente no que respeita às questões a abordar, para que sejam contemplados um maior número de objectos nos quais urge intervir. Se queremos que as políticas de reconversão urbana sejam feitas *das* pessoas, *com* as pessoas e *pelas* pessoas, não podemos deixar ninguém de fora do processo de planeamento/ordenamento dos centros históricos, é necessário ouvir mais intervenientes. Tal como é referido por Lynch (2003) cada grupo humano, ou seja, cada grupo social e etário, compreende o espaço de forma diferente e dele realça diferentes aspectos significativos, respondendo a diferentes estímulos, daí a importância da participação alargada da população afecta a este espaço. Tal como já referido, no presente trabalho não se pretendeu obter uma amostra representativa em termos numéricos, apenas uma amostra que nos permitisse iniciar uma discussão acerca da problemática em questão. Todavia, sabemos que, num trabalho cuja finalidade ultrapasse a discussão e tenha como objectivo a intervenção, a amostra terá que ser mais numerosa e diversificada de modo a contemplar as situações mais vastas possíveis.

Em sùmula, parece-nos importante perceber de que modo a percepção e a interpretação individual pode ser encarada como uma mais-valia para os técnicos que frequentemente se debatem com as formas mais correctas de intervir nos centros históricos, sem os descaracterizarem, sem irem contra a imagem pré-concebida que os seus residentes e principais utilizadores têm acerca destes locais. É importante perceber de que forma é encarado o património que estes espaços constituem, qual a representatividade que detém para as pessoas, e, para tal, este processo revelou-se muito pertinente, permitindo iniciar a discussão acerca da interpretação e da percepção que os entrevistados têm destes elementos e de que forma essa percepção pode ser inserida no processo de reconversão urbana.

Tal como muitos outros centros históricos, o centro histórico de Trancoso, quer-se cada vez mais, um espaço vivido, utilizado, um espaço de convívio, de residência, de visita. Não se pretende reabilitar o espaço para que constitua um museu vivo, mas para que, lembrando e celebrando um passado importante, se possa delinear um futuro mais apazível que atraia moradores e visitantes. Tal como refere Ramalhete (2006:177) *“qualquer acção de construção no território*



*constitui uma marca humana que o modificará para sempre e perdurará no tempo. Neste sentido, a gestão de um centro histórico deveria constituir um projecto de qualidade e continuidade, onde a renovação seria obtida por meio do confronto dinâmico e participado entre a tradição e a modernidade."*



## Bibliografia

Aguiar, J., 1998, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf> .[consultado em Janeiro de 2008].

Almeida, C. A. F., 1993, Património – Riegl e hoje, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. X, pp. 407-416.

Bender, B., 1993, *Landscape Politics and Perspectives*, Berg Publishers, Providence, USA.

Brito Henriques, E., 2003, *Cultura e Território das políticas às intervenções – Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa

Calvino, I., 2006, *As cidades Invisíveis*, Editorial Teorema, Lisboa (10.ª edição).

Caramelo, A., 2003, *Monografia de Trancoso*, Câmara Municipal de Trancoso, Coimbra.

*Carta de Atenas para o restauro de monumentos históricos, 1931, Serviço Internacional de Museus*, disponível em: [http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/2848\\_Carta%20de%20Atenas.pdf](http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/2848_Carta%20de%20Atenas.pdf)

Carvalho, J., 2003, *Formas Urbanas*, Minerva Coimbra, Coimbra.

Carvalho, S. L., 1989, *Cidades medievais portuguesas – uma introdução ao seu estudo*, Livros Horizonte, Lisboa.

Castro, M.J.A. de, 1991, Recuperação urbana do centro histórico da Guarda, in *Sociedade e Território, Revista de estudos urbanos e regionais n.º 14 e 15*, Ano 5/Dezembro.

Cavaco, C., 2003, Permanência e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, in *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Edições IPC, Coimbra.

Choay, F., 2008, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa.

Cloke, P. et al, 1991, *Approaching human geography*, Paul Chapman Publishing Ltd, London.

Cloke, P., et al, 2004, *Practicing human geography*, SAGE Publications, London.

*Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict*, 1954, UNESCO disponível em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13637&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Correia, L., 1989, *Trancoso: Notas para uma monografia*, Câmara Municipal de Trancoso, Coimbra (2.ª Edição).

Cresswell, T., 2006, Place, in *Encyclopedia of Human Geography*, SAGE Publications, London, pp 356-358.

Custódio, J., Garcia, J.M., 1983, *Opúsculos I*, Presença, Lisboa.

Domingos, A., 2003, Metamorfoses do Centro: Dinâmicas da transformação da condição central in *Planeamento – Revista de urbanismo e ordenamento do território* n.º3, APPLA, Aveiro, pp 19-25.

Dordio, P., 1998, Centros de Povoamento: 1 – Percurso pelas vilas medievais in *Terras do Côa / Da Malcata ao Reboredo – Os valores do Côa*, Maia, pp. 14-73.

Douglas, K. B., 1998, Seeing as Well as Hearing: Responses to the Use of an Alternative Form of Data Representation in a Study of Students' Environmental Perceptions. *Paper presented at the Annual Meeting of the Association for the Study of Higher Education*, ASHE Annual Meeting Paper.

Fernandes, M. G., 2002, *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal – Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real e Bragança entre 1852 e 1926*, FAUP Publicações, Porto.

Gardner, C., 2006, The use and misuse of coloured light in the urban environment in *Optics & Laser Technology* 38, pp. 366-376.

Gaspar, J., Simões, J. M., Barroso, S., 2005, Reabilitação Urbana – Centros Históricos, Áreas de Génese Ilegal e Realojamento, in *Geografia de Portugal*; Volume 4, Circulo de Leitores e Autores, Lisboa, pp 384-421.

Goitia, F. C., 2003, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa.

Gomes, P. C. C., 2008, Cenários para a geografia sobre a espacialidade das imagens e suas significações, in *Espaço e Cultura: Pluralidade Temática*, EDUERJ, Rio de Janeiro.

Gomes, R. C., 1996, *Castelos da Raia I. Beira*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Cultura.

Gospodini, A., 2002, European Cities in Competition and the new 'uses' of urban design, in *Journal of Urban Design*, Vol. 7, n.º1, pp. 59-73.

Harper, D., 2002, Talking about pictures: a case for photo elicitation in *Visual Studies*, Vol.17, n.º 1.

Herculano, A., 1838, Monumentos Pátrios in *Opúsculos* Tomo II, Viúva Bertrand & C.ª, Lisboa, pp. 1-52.

Hubbard, P., Kitchin, R., Valentine, G., 2008, *Key Texts in Human Geography*, SAGE Publications, London.

International Charter the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter – 1964), Disponível em: [http://www.international.icomos.org/charters/venice\\_e.htm](http://www.international.icomos.org/charters/venice_e.htm) [consultado em Novembro de 2007].

Jacobson, D., 2006, Behavioral Geography in *Encyclopedia of Human Geography*, SAGE Publications, London, pp. 17-18.

Kuhlke, O., 2006, Space, Human Geography and in *Encyclopedia of Human Geography*, SAGE Publications, London, pp. 441-444.

Lamas, J. M. R. G., 2007, *Morfologia Urbana e Desenho de Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Porto (4.ª Edição).

Lange, E., et al., 2007, Scenario-visualization for the assessment of perceived green spaces qualities at the urban-rural fringe, in *Journal of Environmental Management* n.º 89, pp 245-256.

Lefebvre, H., 1991, *The production of space*, Basil Blackwell, Oxford.

Lewicka, M., 2008, Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past, in *Journal of Environmental Psychology* n.º 28, pp. 209-231.

Lopes, F.; Correia, M. B., 2004, *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*, Livros Horizonte Lisboa.

Lousada, M., 2008, Antigas Vilas, Aldeias Velhas, Novas Aldeias – A paradoxal identidade das Aldeias Históricas de Portugal, in *Actas do I Seminário Turismo e Planeamento do Território*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Lowenthal, D., 1961, Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology in *Annals of the Association of American Geographers*, Volume 51, pp 241-260.

Lynch, K., 1999, *A imagem da cidade*, Edições 70, Lisboa.

Melo, A. O., Teixeira, B.E., Alexandre, M.A., *A Importância da Geografia da Percepção e do Comportamento para a Ciência Geográfica*, disponível em: [http://www.marceloacha.eng.br/marcelo\\_g000000.pdf](http://www.marceloacha.eng.br/marcelo_g000000.pdf) [consultado em Outubro de 2008].

Mendes, L., 2006, A nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de recomposição sócio-espacial, in *Finisterra*, XLI, 2006, pp 57-82.

Moreno, H. B., 1988, A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV, *Separata do volume. III da Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, pp 217-221.

Palang, H., et al., 2000, Holistic aspects in landscape development: a scenario approach, in *Landscape and Urban Planning*, n. º 50, pp. 85-94.

Pato e Silva, I., 2006, Da experiência urbana à construção identitária dos lugares, *Finisterra*, XLI, 81, pp. 171-188.

Peet, R, 1998, *Modern geographical thought*, Blackwell Publishing, United Kingdom.

*Photo-Elicitation as a Research Method for Investigating Conceptions of Engineering* – College of Engineering, Purdue University, United States of America. Disponível em: [http://engeneering.purdue.edu/INSPIRE/Research/papers/ASEEintl\\_PE\\_07\\_082407\\_sent.pff](http://engeneering.purdue.edu/INSPIRE/Research/papers/ASEEintl_PE_07_082407_sent.pff) [consultado em Maio de 2008].

Pintaudi, S. M., 1997, Cidade, cotidiano e imaginário in *A cidade e o Urbano – Temas para debates*, Edições UFC, Fortaleza.

Portas, N, Domingues, A., Cabral, J., 2003, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Programa Polis da Guarda, disponível em <http://www.mun-guarda.pt/fotos/espacosmunicipais/polis.PDF> [consultado em Outubro de 2008].

Ramalhete, A. F. R., 2006, *Centros históricos e ordenamento do território em áreas metropolitanas*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, disponível em: [www.pluridoc.com](http://www.pluridoc.com).

Relph, E., 1987, *A paisagem urbana moderna*, Edições 70, Lisboa.

Ribeiro, O., 1994, *Opúsculos Geográficos Volume V*, Gulbenkian, Lisboa.

Rocha, L. B., 2002/2003, Fenomenologia semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico, in *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, Sobral, Vol. 4/5, pp. 67-79.

Rocha, V., Pádua, L. C. T., Uma breve leitura da geografia da percepção, in *Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*, Universidade Federal de Uberlândia, 2008, disponível em: <http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/ROCHA,%20Val%20ria.pdf> [consultado em Novembro de 2008].

Salgueiro, T. B., 1999, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Edições Afrontamento, Porto (3.ª edição).

Salgueiro, T.B, 2001, Lisboa, periferia e centralidades, Celta Editora, Oeiras.

Sarmiento, J. C. V., 2004, *Representação, imaginação e espaço virtual: geografias de paisagens turísticas em West Cork e nos Açores*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

Simões, O., Cristóvão, A., 2003, Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida, in *Turismo em Espaços Rurais e Naturais TERN*, Edições IPC, Coimbra.

Soja, E.W., 1996, *Thirdspace*, Blackwell, Cambridge, MA, EUA.

Stewart, W. P.; Liebert, D.; Larkin, K. W., 2004, Community identities as visions for landscape change, in, *Landscape and Urban Planning* n.º 69, pp.315-334.

Teixeira, I. A., 1982, *Trancoso, terra de sonho e maravilha*, Tipografia Lousanense, Lousã.

The Venice Charter, 1964, *International charter for the conservation and restoration of monuments and sites*, disponível em: [http://www.international.icomos.org/charters/venice\\_e.htm](http://www.international.icomos.org/charters/venice_e.htm) [consultado em Junho de 2007].

Tomé, M., 2002, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, Porto.

Tress, B., Tress G., 2003, Scenario Visualisation for participatory landscape planning – a study from Denmark, in *Landscape and Urban Planning*, n.º 64, pp 161-178.

Tuan, Yi-Fu, 1990, *Topophilia – A study of environmental perception, attitudes, and values*, Columbia University Press, New York.

Tuan, Yi-Fu, 2007, *Space and place – the perspective of experience*, University of Minnesota Press, Minneapolis, London.

## Sites

<http://www.apena.rcts.pt>

<http://www.cartadolazer.inatel.pt/>

<http://www.cm-trancoso.pt>

[http://www.geocities.com/renato\\_lopes\\_leite/txt1.htm](http://www.geocities.com/renato_lopes_leite/txt1.htm)

<http://www.ine.pt>

<http://www.international.icomos.org>



<http://www.igespar.pt/>

<http://www.ipa.min-cultura.pt/>

[http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta\\_lei.html](http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_lei.html)

<http://www.unesco.pt/>



## **ANEXOS**



## Anexo 1

Inquérito no âmbito do projecto:  
Percepção do Centro Histórico de Trancoso: Cenários de Intervenção Urbana

- Este trabalho tem por finalidade a apresentação de uma proposta multidisciplinar, em que tendo por base uma fotografia da situação actual, foram criados vários cenários, apresentados através de novas imagens. O objectivo é questionar a opinião pública face a estas alterações, sendo esta uma metodologia utilizada no Planeamento Participativo, uma vez que são chamadas a dar a sua opinião face às possibilidades de intervenção que lhe são apresentadas.
- São apresentados vários cenários, relativos a um conjunto de espaços passíveis de ser intervencionados, cuja selecção resultou do facto de se tratar de espaços de maior visibilidade, cuja valorização será uma mais-valia sobretudo para a prática da actividade turística. A ordem de apresentação dos cenários por ruas termina resultando na criação de percursos que podem ser feitos dentro do Centro Histórico.
- A classificação de cada um dos cenários apresentados, para os diferentes espaços, será feita obedecendo à seguinte escala:
  - 1 – Intervenção muito boa;
  - 2 – Intervenção boa;
  - 3 – Intervenção razoável
  - 4 – Intervenção má;
  - 5 – Intervenção muito má.
- Haverá ainda um espaço destinado a observações achadas pertinentes pelos inquiridos.
- Os inquéritos são anónimos e os seus dados serão utilizados para a elaboração do presente estudo.

---

Inquérito n.º \_\_\_\_\_

Sexo: M \_\_\_\_\_ F \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Residente no Centro Histórico: Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

1 - Cenários apresentados para as Portas d'El Rei – Propostas apresentadas relacionam-se com alterações na cor iluminária:

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					
	G)					
	H)					

Observações:

2 - Cenários apresentados para a Rua da Corredoura – Propostas apresentadas relacionam-se com redução da área de circulação e eliminação dos lugares de estacionamento, colocação de floreiras, alteração da iluminária, aumento da dimensão dos passeios e fecho parcial da rua para colocação de esplanadas.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					
	G)					
	H)					

Observações:

3 - Cenários apresentados para o conjunto edificado da Praça D. Dinis (Largo da Avenida) – alterações relativas à cor e material das fachadas e com a alteração no material e cor das portas e janelas que passaria a ser a madeira, pintada a verde; as janelas seriam em guilhotina com portadas interiores e alteração nos toldos publicitários.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					
	G)					
	H)					

Observações:

4 - Cenários apresentados para o conjunto edificado do Largo do Pelourinho – alterações relativas à cor e material das fachadas e com a alteração no material e cor das portas e janelas que passaria a ser a madeira, pintada a verde ou branco; as janelas seriam em guilhotina com portadas interiores e alteração nos toldos publicitários.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					

Observações:

5 - Cenários apresentados para o conjunto edificado do Largo Luís Albuquerque (edifícios a Norte do Largo) - alterações relativas à cor e material das fachadas e com a alteração no material e cor das portas e janelas que passaria a ser a madeira, pintada a verde; as janelas seriam em guilhotina com portadas interiores e alteração nos toldos publicitários.

Cenários

	Escala				
	1	2	3	4	5
A)					
B)					
C)					
D)					
E)					
F)					
G)					
H)					

Observações:

6 - Cenários apresentados para o conjunto edificado do Largo Luís Albuquerque (edifícios a Sul do Largo) - alterações relativas à cor e material das fachadas e com a alteração no material e cor das portas e janelas que passaria a ser a madeira, pintada a verde; as janelas seriam em guilhotina com portadas interiores e alteração nos toldos publicitários.

	Escala				
	1	2	3	4	5
A)					
B)					
C)					
D)					
E)					
F)					
G)					
H)					
I)					

Observações:



7 - Cenários apresentados para o Largo Luís Albuquerque - alterações relativas `introdução de mobiliário urbano - Bancos / Cadeiras / Fontanário / Candeeiros – plantação de árvores e lugares de estacionamento.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					

Observações:

8 - Cenários apresentados para a Rua Xavier da Cunha – Propostas apresentadas relacionam-se com redução da área de circulação e eliminação dos lugares de estacionamento, aumento da dimensão dos passeios, alteração da iluminária, mobiliário urbano – floreiras e papeleiras – uniformização dos telhados e do formato, material e cor das janelas.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					

Observações:

9 - Cenários apresentados para a envolvente do Castelo – Propostas apresentadas relacionam-se com alteração da iluminária, colocação de mobiliário urbano – papelerias, placar informativo, cerca de protecção e bancos de jardim – limpeza e manutenção do espaço.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					

Observações:

10 - Cenários apresentados para o Castelo – Propostas apresentadas relacionam-se com alterações na cor iluminária: de modo a criar novos cenários através da luz.

		Escala				
		1	2	3	4	5
Cenários	A)					
	B)					
	C)					
	D)					
	E)					
	F)					
	G)					
	H)					
	I)					
	J)					

Observações:

## Portas d'El Rei



← Situação Actual

### Alterações Propostas:

- Alteração nas cores de iluminaria no Largo das Portas d'El Rei.

A)



B)



C)



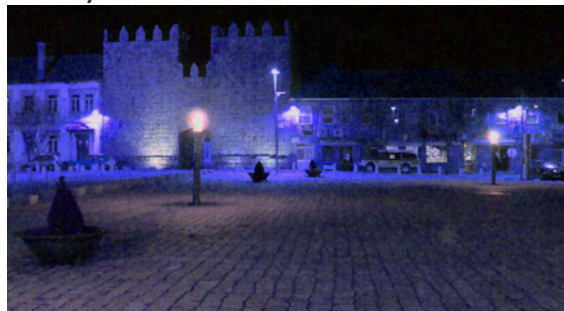
D)



E)



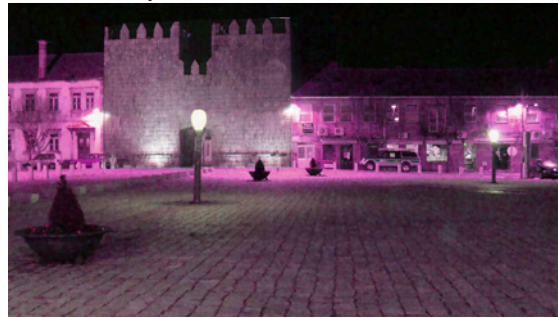
F)



G)



H)



## Rua da Corredoura



← Situação Actual

### Propostas de Intervenção:

- Redução da largura da faixa de rodagem, e inibição do estacionamento automóvel;
- Dar prioridade à circulação pedonal e de bicicletas, aumentando o tamanho dos passeios;
- Colocação de floreiras ou de outro tipo de mobiliário urbano impeditivos ao estacionamento automóvel;
- colocação de esplanadas e de tendas de artesanato ao longo da rua para uma maior vivência da rua por parte dos peões.

A)



B)





C)



D)



E)



F)



G)



H)



I)



J)







## Praça D. Dinis/Largo da Avenida



← Situação Actual

### Alterações Propostas:

- Alteração dos Materiais e cores das Fachadas;
- Alteração/remoção dos actuais toldos de publicidade;
- Alteração das janelas para a tradicional janela de guilhotina com cores tradicionais e com portadas interiores;
- Alteração das portas para portas de madeira pintadas nas cores tradicionais.

A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)



H)



## Largo do Pelourinho



← Situação Actual

### Alterações Propostas:

- Alteração e uniformização das janelas para janelas em guilhotina de madeira em verde ou branco;
- Uniformização das portas e protecção das montras – de cor verde;
- Alteração da cor das fachadas;
- Alteração / Remoção dos toldos de publicidade.

A)



B)





C)



D)



E)



F)



## Largo Luís Albuquerque – Norte



← Situação Actual

### Propostas de Intervenção:

- Alteração dos materiais e cores que revestem os edifícios;
- Alteração das janelas e portas para a tradicional janela em guilhotina com as cores tradicionais;
- Uniformização dos canos colectores de águas pluviais.

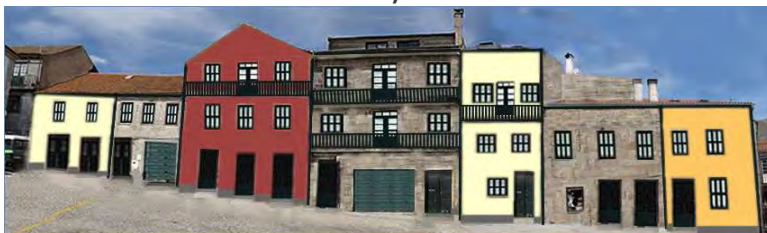
A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)



H)





## Largo Luís Albuquerque – Sul



← Situação Actual

### Alterações Propostas:

- Alteração na cor e materiais das fachadas;
- Alteração das janelas para janelas em guilhotina com portadas interiores;
- Remoção/alteração dos toldos publicitários e dos tubos de recolha de águas pluviais.
- Remoção do aparelho de ar condicionado, que deverá ser substituído por outra solução.

A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)





H)



I)





## Largo Luís Albuquerque



### ← Situação Actual

#### Alterações Propostas:

- Colocação de árvores;
- Lugares de estacionamento demarcados;
- Mobiliário Urbano: Cadeiras/Bancos de Jardim, um fontanário e candeeiros.

A)



B)



C)



D)



E)



F)





## Rua Xavier da Cunha



← Situação Actual

### Alterações Propostas:

- Proibição de estacionamento;
- Alargamento dos Passeios;
- Alteração na Iluminária;
- Colocação de Mobiliário Urbano como papelarias e floreiras;
- Uniformização dos telhados e das janelas.







## Envolvente do Castelo

### Situação Actual



### Alterações Propostas:

- Alteração da iluminária;
- Aplicação de mobiliário urbano – bancos de jardim, painel de informação, papeleiras e cerca de protecção;
- Limpeza e manutenção do espaço envolvente ao Castelo.

A)



B)



C)



D)





E)



F)





## Castelo



← Situação Actual

### Alterações Propostas

- Alterações na iluminaria com o objectivo de construir cenários visuais distintos dos actuais, que possam realçar a monumentalidade do Castelo e Muralhas na paisagem.

A)



B)



C)



D)



E)



F)



G)



H)



I)



J)



## **Anexo 2**

### **Entrevista no âmbito da dissertação de Mestrado**

#### **Percepção do Centro Histórico de Trancoso:**

##### **Cenários de Intervenção Urbana**

#### **1- Elementos representativos;**

- Quais os elementos arquitectónicos ou espaços que destacaria como sendo mais representativos, isto é, como sendo elementos identitários do Centro Histórico de Trancoso e que mais contribuem para a construção da sua imagem? Porquê?

#### **2- Elementos dissonantes;**

- Quais os elementos que mais o chocam ou que considera mais dissonantes neste espaço e que pensa ser importante a sua alteração, para melhorar a imagem do Centro Histórico?

- Pensa que existem espaços devolutos/subaproveitados/indevidamente utilizados? Quais? Que medidas poderiam ser tomadas para reverter essa situação?

#### **3- Tradição vs autenticidade;**

- Em relação ao mobiliário urbano – candeeiros, bancos, fontanários, floreiras, etc. – pensa ser importante a manutenção da tradição, de modo a introduzir elementos que façam lembrar os antigos, ou que inclusive deveriam ser repostos os antigos – é mais importante ser antigo ou parecer antigo?

- Pensa que era interessante confrontar elementos antigos vs tradicionais com elementos modernos?

- Que pensa acerca da colocação de esplanadas nas ruas e comércio de artesanato, sobretudo nos meses de Verão?



#### 4- Estética das fachadas

- Acerca da pintura das fachadas, é uma medida boa para todos os espaços ou apenas para alguns? Deveriam ser reproduzidas as cores tradicionais ou considera-as demasiado “fortes” para que voltem a ser utilizadas? Quais as cores e materiais a utilizar? Que pensa acerca do uso da pedra? Em que situações ou em que espaços considera que deveria ser utilizada?
- Que pensa acerca do recurso a pintura ou projecção de imagens nas paredes dos edifícios? Pensa poder constituir uma atracção para o turismo?

#### 5- Circulação automóvel

- Como encara a circulação automóvel no centro histórico? Justifica-se o recurso ao veículo automóvel neste espaço ou a pedonalização pode constituir uma alternativa viável? Que tipo de inconvenientes e/ou vantagens se podem retirar de cada uma destas situações? Que propostas/alternativas seriam viáveis para resolver a problemática do trânsito neste espaço?

- 6- Mediante a percepção que tem do Centro Histórico de Trancoso, que **outros aspectos** referiria como **importantes** para **melhorar a imagem** deste local?

